



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

CÍCERA FERNANDA SOUSA DO NASCIMENTO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MULHER CEARENSE EM CARGO
POLÍTICO DE DECISÃO: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO EM NOTÍCIAS DO
JORNAL *O POVO***



FORTALEZA – CEARÁ

2021

CÍCERA FERNANDA SOUSA DO NASCIMENTO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MULHER CEARENSE EM CARGO POLÍTICO
DE DECISÃO: ANÁLISE CRÍTICA EM NOTÍCIAS DO JORNAL *O POVO*

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Orientador: Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu.

FORTALEZA – CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Nascimento, Cicera Fernanda Sousa do.

Representações sociais sobre a mulher cearense em cargo político de decisão: análise crítica do discurso em notícias do jornal o povo [recurso eletrônico] / Cicera Fernanda Sousa do Nascimento. - 201.

95 f.

Dissertação (MESTRADO ACADÊMICO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Programa de Pós-graduação Em Linguística Aplicada - Mestrado Acadêmico, Fortaleza, 201.

Orientação: Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu..

1. Representações sociais. Análise do discurso crítica. Discurso. Mulher em cargo político de decisão. Jornal O Povo.. I. Título.

CÍCERA FERNANDA SOUSA DO NASCIMENTO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MULHER CEARENSE EM CARGO POLÍTICO
DE DECISÃO: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO EM NOTÍCIAS DO JORNAL *O*
POVO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada. Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Aprovada em: 31 de março de 2021.

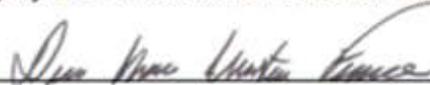
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Ana Paula Rabelo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Profa. Dra. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira
Universidade Estadual do Ceará – UECE

A quem sempre esteve comigo em toda essa caminhada: meus filhos e minha mãe. Sem essas pessoas eu não seria eu e não estaria aqui. E a todas as mulheres negras e pobres que há séculos são obrigadas a carregarem o país como um fardo pesado demais para suas existências.

AGRADECIMENTOS

Como agradecer a uma, a um, a uns e outras, se somos apenas a composição de todas, todos e todes que nos cruzaram de forma material e imaterial? Tenho vontade de agradecer ao velhinho que ao ver-me agoniada para atravessar uma avenida para chegar à escola, no auge dos meus 11 anos de idade, olhou-me terno e disse: “-Minha filha, vá com calma, é melhor perder um minuto da vida do que a vida em um minuto.” Aquelas palavras atravessaram-me de tal maneira que ao atravessar ruas e tomar decisões, eu o escuto falando. Creio que assim se manifestam os anjos em nossa vida, fazem parte desse poder cósmico maior dos deuses, deusas, orixás, Natureza, Universo e Deus, supremo, maior. Deus se manifesta como guias e nos apontam direção, em nome d’Ele agradeço a vida.

Tenho vontade também de agradecer a todos os meus ancestrais e nessa linha tive eu a bênção de ser filha da minha mãe que é responsável por eu ser quem sou e pelo que ainda serei. Sem ela, eu seria outra e não eu mesma. Essa linha também me deu a graça de ser meio para que Álvaro e Lidigerson Filho viessem abrilhantar e inspirar minha existência nesse mundo. Se pensasse numa árvore, seriam eles, mãe e filhos, semente e raiz.

As folhas, frutos e flores dessa árvore são inumeráveis, são tantas e tantos que afagam e acolhem meus sonhos; que brigam e lutam quando eu canso; que me fazem caldo naqueles momentos de quase desmaio; que elogiam o batom vermelho quando ele é o que de mais vivo há em mim; que inspiram; que resolvem; que riem e fazem com que o tempo corra leve e descontraído e que encantam porque os encontros são assim, únicos e mágicos. Estão por toda parte, em todos os lugares, se espalham, se multiplicam e são essenciais para que haja em mim alguma força para resistir e continuar. Amigas da pós-graduação, das caronas, dos bares, das redes sociais, das trocas diárias ou não, constantes ou não, dos antigos e atual lugar onde se ganha o pão, das redes sociais e da vida, são muitos, raros e essenciais.

Muitos são árvores que, de tão próximas a mim, se enraizaram às minhas raízes de tal maneira que não há mais como dizer onde começo eu e onde terminam eles. Esses e essas sabem exatamente quem são e o lugar que ocupam na minha vida. Estão comigo há muito tempo, estão em mim, permanecem, compõem minha existência e sustentam meus mundos quando o mundo parece não ter saída. Eles estão desde a ideia até a execução de tudo que eu faço na vida. Amores e amigos de fato.

Ao meu professor e orientador Lucineudo Machado Irineu (o Lu), eu não só agradeço, eu o reverencio pelo seu compromisso social, político e engajamento profissional. A minha trajetória e processo de formação enquanto pesquisadora não seria possível sem o apoio

incondicional desse ser humano incrível e raro. Gratidão, Lu, pela crença e paciência na construção de uma academia mais acolhedora e justa.

Como nem só de poesia vivem os agradecimentos, agradeço à Funcap por, na contramão do que rege a política atual, acreditar e fomentar a Ciência como deve ser.

À banca de defesa, composta por professoras que eu admiro e tenho orgulho de poder contar com os preciosos apontamentos. Professora Dina, com a qual eu me inspiro nos looks e na vida, gratidão por topar estar comigo em mais essa fase. Professora Ana Paula, pela generosidade e ternura de sempre, acolhimento e exemplo de militância de esquerda, gratidão por estar junto comigo agora e desde o princípio da ideia. E, agradeço também à professora Letícia pela gentileza em aceitar ler essa pesquisa.

Agradeço de muito bom grado ao programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (POSLA) da Uece e a universidade em si por respirar teimosia e resistência. E como não poderia deixar de ser, Jamile e Ismael, sempre tão acolhedores e que durante todo o curso seguraram meus BO's. Queria, sobretudo, agradecer-los pelos atrasos para atualizar o lattes e entregar a coleta capes, comprometo-me a ser uma pós-graduanda mais pontual.

Por fim e não menos importante, agradeço a mim mesma, porque enfim, não é fácil ser mulher periférica, mãe solo, feminista, vivendo num país governado por uma pessoa que não tem nenhum compromisso ético com o bem social e com a vida das pessoas e ainda assim, ousar fazer pesquisa na contramão do que espera a linha de produção capitalista vigente. Falar de mulher, de política e abordar os mecanismos discursivos usados para nos oprimir é tarefa árdua, porém, essencial, pois é preciso desvelar modos de opressão para que possamos avançar na luta por conquistas e garantia de direitos. E, quando falamos de direitos para as mulheres, estamos falando de direito, essencialmente, à vida. Avancemos!

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar as representações sociais sobre a mulher cearense em cargo político de decisão pela ótica da análise do discurso crítica (re) produzidas no discurso através das notícias veiculadas pelo jornal *O Povo* nos três primeiros meses de governo das ex-prefeitas de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele e Luizianne de Oliveira Lins. Do ponto de vista teórico, ancoramo-nos nas seguintes teorias: Teoria das Representações Sociais, a partir dos estudos de Moscovici (1976; 2009) e da abordagem discursiva das RS, Irineu (2019) e Análise do Discurso Crítica, Chouliaraki e Fairclough (1999), Fairclough, (1989, 2016), Magalhães (2005,2017) e Resende e Ramalho (2018, 2016, 2006 e 2004). Do ponto de vista metodológico, adotamos o método tridimensional de análise proposto por Fairclough (2016). Metodologicamente, separamos as notícias que tinham as ex-prefeitas como tópico discursivo e seguimos as seguintes etapas: No nível do texto, descrevemos os elementos temáticos através dos processos de lexicalização e referenciação como vetores de RS; no nível da prática discursiva, caracterizamos os processos de produção, distribuição e consumo do discurso pelo jornal em questão; por fim, no nível da prática social, investigamos as bases ideológicas e hegemônicas que sustentam o discurso analisado. Os resultados evidenciaram que, a mulher cearense em cargo político de decisão é representada pelo viés machista que coloca em dúvida sua competência e legitimidade para ocupar tal cargo mesmo que as representações utilizadas signifiquem esperança de mudança. Esses resultados nos permitiram observar que o discurso passa por mecanismos de mudança para tornar menos explícito as práticas opressoras que sustentam sua produção e construção.

Palavras-chave: Representações sociais. Análise do discurso crítica. Discurso. Mulher em cargo político de decisão. Jornal *O Povo*.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the social representation of women, in Ceará, in political decision-making position under the perspective of Critical Discursive Analysis (re)produced in discourses through the news delivered in *O Povo* newspaper during the first trimester of each government of the former mayors of Fortaleza, Maria Luiza Fontenele and Luizianne de Oliveira Lins. The theoretical outlook includes the Social Representation theory by Moscovici (1976, 2009), the Discursive Approach of the Social Representation by Irineu (2019); Critical Discourse Analysis, Chouliaraki and Fairclough (1999), Fairclough (1989, 2016), Magalhães (2005, 2017) and Resende and Ramalho (2018, 2016, 2006 e 2004). The three-dimensional model, proposed by Fairclough (2016), was employed. The data was selected from the news which had those former mayors as central discursive topic and followed the steps: in the text stage, we described the thematic elements through the lexicalization process and referencing as vectors of Social Representation; in the social practice stage, we characterized the processes of reproduction, distribution and consumption of discourses of the newspaper; finally, in the social practice stage, we investigated the ideological and hegemonic bases that give support to the speeches. The findings have evidence that the women, in Ceará, in a political decision-making position are represented by a sexist bias that doubt their competence and legitimacy in occupying such position even if they represent hope of change. These findings allowed us to observe that the speeches go through mechanisms of change in order to hidden the oppressive practices that support their production and construction.

Keywords: Social representation. Discourse. Critical discourse analysis. Women in decision-making position. *O Povo*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
2.1	Teoria das representações sociais.....	27
2.2	Representação política da mulher no discurso midiático.....	32
2.3	ADC - Fairclough e a abordagem dialético-relacional.....	36
3	METODOLOGIA.....	40
3.1	Caraterização da pesquisa.....	40
3.2	O Corpus.....	43
3.3	Procedimentos de análise e categoria.....	46
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	48
4.1	Texto.....	48
4.1.1	Lexicalização: Análise das notícias sobre a ex-prefeita Maria Luiza.....	49
4.1.2	Lexicalização: Análise das notícias sobre a ex-prefeita Luizianne Lins.....	54
4.1.3	Referenciação: Análise das notícias sobre a ex-prefeita Maria Luiza e Luizianne Lins.....	57
4.2	Prática discursiva: produção, distribuição e consumo.....	59
4.3	Prática social: ideologia e hegemonia.....	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	89
	ANEXO A – MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA.....	95

1 INTRODUÇÃO

Guiada pelo interesse em colocar em pauta, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, as representações sociais sobre a mulher cearense em cargo político de decisão construídas em notícias publicadas pelo jornal *O Povo* entre os anos de 1986 e 2005, mais precisamente nos primeiros cem dias de governo das duas ex-prefeitas de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele e Luizianne de Oliveira Lins, discutimos as lutas e as tensões que envolvem a mulher em cargo político de decisão e sua participação nos espaços políticos de poder, assim como a constante disputa que envolve o feminino nesse contexto. O fato de as mulheres ainda enfrentarem desafios específicos apenas por serem mulheres quando ocupam cargos de chefia na esfera política ainda fala muito sobre o modo de organização patriarcal que impera na modernidade tardia¹.

Apesar dos avanços que tivemos com relação à participação e representação feminina na política, ainda estamos no caminho para que consigamos diminuir problemas sociais que envolvem as questões de gênero. Nessa questão, entendemos que os discursos, enquanto modos de ação, têm responsabilidade sobre a manutenção, a transformação e/ou o tensionamento de práticas sociais, sejam elas coerentes com a justiça social ou não, posto que é na e pela linguagem que as realidades sociais são constituídas e representadas. Nesse sentido, consideramos a mídia como um lugar em que a produção e a reprodução de discursos podem produzir efeitos, em larga escala, sobre práticas e estruturas sociais. Por isso, em nossa pesquisa, propomos, ao analisar textos midiáticos a partir de seus elementos linguístico-discursivos, revelar como são operacionalizadas as representações sociais sobre a mulher cearense em cargo político de decisão em notícias do jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas no município de Fortaleza- CE.

Para compor o nosso estado da arte, fizemos uma busca por trabalhos que envolvessem o estudo sobre mulheres ocupando espaços políticos de poder. Nessa busca, percebemos que há uma extensa lista de pesquisas em diversas áreas, nas Ciências Humanas, Sociais e Políticas. Por isso, para a nossa pesquisa, decidimos focar em trabalhos que abordem tal temática a partir da perspectiva dos estudos do discurso, mais especificamente, dentro do campo da Linguística Aplicada (de agora em diante LA). Em seguida, buscamos

¹ Trazemos o conceito de Giddens (apud RESENDE, RAMALHO, 2017, p. 30) o qual define modernidade tardia como “a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização dos traços básicos da modernidade: separação de tempo e espaço, mecanismos de desencaixe e reflexividade institucional”.

pesquisas que apresentassem a Teoria das Representações Sociais (de agora em diante TRS) a partir de uma abordagem discursiva, como compreendido por Irineu (2019)² e outros estudiosos, defendendo como hipótese que os processos de lexicalização e referenciação atuam como vetores de Representações Sociais (de agora em diante RS). Desse modo, dispomos abaixo um bloco com nove trabalhos investigativos encontrados que consideramos como mais relevantes para o propósito de reflexão aqui pretendido. No primeiro momento, focaremos nos aspectos investigativos que nos aproxima e/ou nos distancia das pesquisas citadas. No segundo momento, determo-nos às exemplificações de trabalhos que adotaram a abordagem discursiva das representações sociais.

Morais (2008) investigou o modo como as mulheres na política, quando em mesma posição ou cargo assumidos preponderantemente por homens, eram representadas em revistas brasileiras (*Veja, Isto É e Época*, de 2002 a 2007) à luz da Linguística Sistêmico-Funcional. Seu trabalho está inserido dentro da grande área da LA e, portanto, alinhavou-se a teorias das Ciências Políticas, coadunando com o caráter transdisciplinar da área de estudos da linguagem. A autora observou em sua pesquisa que as mulheres eram representadas por questões relacionadas ao comportamento e aparência física, não apenas por suas competências profissionais, embora desenvolvessem as mesmas habilidades para o cumprimento das tarefas exigidas pelo cargo, enquanto os homens eram representados por características que condizem apenas com a função que ocupavam. Embora houvesse muita crítica ao modo como eles atuavam na política em relação à honestidade, por exemplo, não havia por parte dessas revistas comentários relativos à aparência física e comportamento pessoal desses homens.

Nosso trabalho assemelha-se ao de Moraes (2008) ao se interessar pelo discurso midiático e como as mulheres são representadas por ele, porém não nos deteremos a uma comparação sobre como os homens são representados por este discurso. Consideramos importantes as pesquisas que se debruçam numa comparação sobre o tratamento que homens e mulheres recebem em nossa sociedade, porém, optamos por focar nossa pesquisa na representação sobre mulheres, investigadas por uma mulher, levando em conta que os homens já têm destaque em vários espaços sociais, políticos, científicos, entre outros. Para leitura do

²A abordagem discursiva de representações sociais se define como “o olhar especializado que lançamos para o estudo de tais representações a partir da interface entre a Teoria das Representações Sociais, no campo da Psicologia Social, e a Análise de Discurso Crítica, no campo da Linguística e da Linguística Aplicada, com especial atenção para a análise dos processos discursivos envolvidos na reprodução destes ‘objetos do pensamento’ (MOSCOVICI, 1976) através dos quais elaboramos nossa visão sobre o mundo e sobre seus elementos constitutivos” (IRINEU, 2019, p. 01).

nosso objeto, mobilizamos teorias distintas do trabalho acima, embora a nossa pesquisa também esteja alinhada aos pressupostos teóricos da LA.

Michel (2009), por sua vez, interessou-se em investigar como a mídia representava e tratava as mulheres candidatas à prefeitura de Porto Alegre no ano de 2008 comparado com o modo como os homens candidatos ao mesmo cargo eram representados. A pesquisadora debruçou-se sobre o gênero entrevista e perfil para buscar marcas discursivas que revelassem qual o perfil, o tratamento e a representação criada pelo jornal sobre as mulheres que disputavam o pleito municipal à época. O aparato teórico- metodológico desta pesquisa encontra-se na Análise do Discurso Crítica (de agora em diante ADC), a partir das abordagens dialético-relacional (FAIRCLOUGH, 2016) e da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996). A pesquisa revelou que o discurso apresentado pela mídia na campanha analisada ainda traz marcas fortes do sexismo e coloca a mulher em condição de subordinação ao homem, ressaltando o papel fundamental do discurso midiático para construir e/ou manter imagens estereotipadas sobre o feminino na política.

Quando nos propomos a analisar as representações sociais expressas em notícias do jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas de Fortaleza, aproximamo-nos da proposta de Michel (2009), porém nos diferenciamos quanto ao gênero escolhido para a análise dessas representações e em relação ao aparato teórico-metodológico. Outro ponto divergente em relação a nossa pesquisa é o lócus considerado para investigação do fenômeno social, Fortaleza tornou-se destaque por ser a primeira capital a eleger uma mulher para prefeitura, nosso interesse em pesquisar as ex-prefeitas dessa cidade considerou esse fato, como abordaremos ao longo do texto. Decidimos pelo gênero notícia por considerarmos a importância e o destaque que este gênero recebe nos jornais impressos desde outrora. Acreditamos que as notícias trazem as experiências do mundo para a realidade das pessoas, pois quando um fato é noticiado, passa a existir para alguém que não detinha aquela informação, e segundo Lage (2001, p. 25) “descobrir torna-se ato consequente quando se dá notícia do descobrimento”. Em relação ao aparato teórico-metodológico, destacamos o fato de buscarmos apoio referencial na ADC, da vertente faircloughiana, por esta apresentar princípios transdisciplinares, podendo dialogar com a Teoria das Representações Sociais (de agora em diante TRS) e interessar-se pelos estudos críticos a partir da análise de textos. Destacamos, sobretudo, o fato de a ADC nos oferecer subsídios teóricos para que possamos, para além da análise linguística, nos debruçarmos sobre os aspectos sociais que envolvem as práticas discursivas e suas transformações a partir do desvelamento de relações desiguais de poder.

Pereira (2013) apresenta um estudo sobre a construção do feminino no discurso de Dilma Rousseff, na época presidenta do Brasil, a partir da análise da identidade, performatividade e do *ethos*. Ao articular teorias da linguagem com as teorias de gênero, utilizando-se das categorias “feminilidade” e “feminilidade” (FERREIRA, 2009; FERREIRA; RAJAGOPALAN, 2006, *apud* FERREIRA, 2013) para a análise dos dados, a pesquisa confirmou a presença de estereótipos de cunho machista e discriminatório na construção da imagem da mulher mesmo que esta ocupe um alto cargo de representação política. Na mesma direção de Pereira (2013), em nossa pesquisa, partimos do pressuposto de que as mulheres, mesmo ocupando cargos de chefia, estão sujeitas às opressões de gênero, porém, não nos propomos à análise das representações de si (*ethos*), mas a um tipo de representações grupais (re) produzidas em textos midiáticos.

Capistrano (2014) e Gehrke (2017) interessaram-se, em seus trabalhos, por investigar aspectos linguístico-discursivos que envolvem as mulheres na política, tomando como objeto de pesquisa as identidades que surgem das práticas discursivas midiáticas em relação às campanhas de 2010 para presidente do Brasil, encabeçadas por Dilma Rousseff, e para governadora do Rio Grande do Norte, encabeçadas por Rosalba Ciarline, e a construção de um *ethos* de resistência nos discursos e Dilma no período da Operação Lava Jato, respectivamente. Nessa pesquisa, Capistrano (2014) mobilizou conceitos do Círculo de Bakhtin e dos Estudos Culturais para leitura do seu objeto no qual identificou que emergem do discurso midiático múltiplas identidades sobre as mulheres candidatas, “de mulher pioneira, competente, sensível, avó, mãe, religiosa” e que essas identidades aparecem nas campanhas midiáticas a partir da necessidade imediata de obtenção de votos.

Em Gehrke (2017), a investigação do objeto partiu dos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa para observar que o *ethos* de resistência da ex-presidenta se constitui a partir de dois aspectos: da posição de “líder da nação” e de “mulher, primeira presidenta do País”. Neste, observaram-se traços de subjetivação por fugir do que se espera do discurso de um “chefe de Estado”; naquele, observaram-se elementos que partem da posição “Presidente da República democrata e patriota e da posição militante política que tem coragem, pois já enfrentou a ditadura militar a presidente com - coração valente disposta a enfrentar a crise econômica e política que agitava o país naquela fase”.

Em ambas as pesquisas, Capistrano (2014) e Gehrke (2017), consideraram aspectos que se aproximam de nossa investigação, a análise de discurso midiático, a representação sobre mulheres na política, o interesse pelos elementos linguístico-discursivos que envolvem os objetos de pesquisa, porém, nossa pesquisa se diferencia por focar no

contexto político local e por mobilizar teorias do campo da Psicologia Social e da LA, como foi explicitado acima. Destacamos a originalidade desta pesquisa ao propor o estudo das RS sobre as mulheres em cargos de decisão na cidade de Fortaleza, importante por ter sido a primeira capital brasileira a eleger uma mulher para gestão municipal e, devemos destacar o simbolismo, por essa eleição ter ocorrido logo após o período da ditadura militar. Optamos por não usar “espaços de poder” apenas, por entendermos que tratamos do poder no âmbito da política, mais especificamente, mulheres em cargos eletivos majoritários. Igualmente, nossa escolha em lançar um olhar para a política municipal, em dois períodos distintos, é uma forma de visibilizar as duas únicas representações femininas que estiveram à frente da gestão dessa cidade que recebeu o nome de Fortaleza há 293 anos.

Hoje a cidade está na gestão do 48º prefeito desde o início do período republicano, o número de prefeitas representa menos de 5% desse total.

O jornalismo impresso ocupou durante muito tempo lugar de destaque social, por esse motivo, outro aspecto de nossa pesquisa é o interesse pela mídia impressa de um dos jornais mais antigos do estado do Ceará, no caso o jornal *O Povo*. No decorrer do nosso trabalho, nos deteremos à história do jornal escolhido e aos aspectos sociais que envolvem o discurso midiático.

À luz do estado da arte relatado, destacamos que a Linguística Aplicada (LA), grande área que abriga os trabalhos citados acima e o nosso, é um campo de estudos linguísticos que nos últimos anos passou por transformações teóricas e metodológicas, deixando de se preocupar apenas com o ensino de línguas estrangeiras para se dedicar à “investigação teórica e empírica de problemas do mundo real nos quais a linguagem é a questão central” (BRUMFIT, 1995, p. 27). No escopo da LA, nosso trabalho situa-se mais especificamente no campo de “Estudos Críticos da Linguagem”, na linha três do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da UECE, tratando da construção linguístico-discursiva das representações sociais reproduzidas pelo jornal *O Povo* em relação às ex-prefeitas de Fortaleza. Em nosso trabalho, voltamo-nos à identificação e reflexão dos elementos temáticos examinados a partir dos processos de lexicalização e referenciação, defendendo que estas categorias revelam vetores de representação e categorias de análise.

A seguir, na segunda parte da constituição do nosso estado da arte, apresentamos pesquisas que empregam a TRS a partir de uma abordagem discursiva, numa perspectiva transdisciplinar, tal como propõe Irineu (2019) ao defender a relevância do discurso para a (re) produção das representações sociais (de agora em diante RS). Segundo o estudioso, o olhar para as RS a partir da interface com a ADC tem apresentado um campo promissor para

o desenvolvimento de pesquisas que buscam compreender aspectos sociais na nossa atualidade (IRINEU, 2019). Para a construção do próximo passo, optamos por apresentar as pesquisas sobre RS em apenas um bloco, por entendermos que o destaque apresentado pelos trabalhos está no fato de trazerem a abordagem discursiva da teoria das representações sociais. Portanto, essa ilustração se dá para mostrar a consistência da abordagem, não necessariamente o que se aproxima ou se distancia da nossa pesquisa, como havíamos feito com as pesquisas anteriores. Assim, não nos deteremos amiúde às diferenças e semelhanças das pesquisas apresentadas em relação à nossa de maneira detalhada. Para esta parte do nosso trabalho, nos interessa apresentar uma gama de trabalhos que apresentam a intercessão entre teorias linguístico-discursivas alinhadas a TRS para justificar que nosso trabalho se somará a essa proposta de pesquisa, podendo, assim, tornar-se mais uma contribuição para essa linha de investigação.

Em trabalho anterior, Irineu (2011) investigou as representações sociais sobre a latinidade em postagens da extinta rede social *Orkut* feitas por usuários latino-americanos. Para a constituição dessa representação, observou a constituição temática, as estruturas do discurso e as condições de produção das postagens. Posteriormente, Nascimento (2012) interessou-se em descrever a representação social sobre avaliação construída por professores e tutores num contexto de curso de formação de docentes. Para tal, a pesquisadora usou como categoria o léxico dentro das manifestações discursivas. Nessa mesma perspectiva de análise discursiva, Cavalcanti (2017) ao investigar a representação social sobre mulheres latinas numa série televisiva, *DeviousMaids*, reproduzida pela *Lifetime*, utilizou a multimodalidade, o contexto de produção, recepção e transmissão do discurso e o universo diegético para chegar ao objetivo de sua pesquisa. Por fim, trazemos Garcia (2018), que, ao investigar a representação social sobre o racismo construída pelos alunos moçambicanos da UNILAB/CE, utilizou da abordagem sociodiscursiva como uma das categorias de análise.

Os trabalhos acima, assim como o nosso, apresentam pesquisas que propõem análises discursivas para apresentar a produção e reprodução de representações sociais. Ao analisarem variados discursos, midiáticos, autobiográficos, multimodais, os autores ancoram-se no pressuposto de que as representações sociais são materializadas na e pela linguagem (MOSCOVICI, 1976 apud IRINEU, 2019). Propomo-nos, em nossa pesquisa, a analisar como os processos referenciais, assim como as escolhas lexicais, são instrumentalizadas em notícias jornalísticas para a representação social de mulheres em cargos de decisão política. Acreditamos que, ao mobilizarmos essas categorias em nossa pesquisa, estaremos contribuindo, assim como os trabalhos citados anteriormente.

É importante ressaltarmos os motivos que caracterizam nosso objeto de pesquisa, mulher em cargo político de decisão, como objeto de representação dentro da TRS. De acordo com Sá (1998), para que um objeto do mundo seja um objeto de representação, é preciso que ele apresente três características. A primeira delas é o fato de o objeto ter relevância cultural para o grupo analisado, o outro é que ele tenha espessura ou impacto social no grupo de investigação e, por último, que este objeto seja não-familiar para o mesmo grupo. Partimos do pressuposto que o grupo social que estamos estudando é a população fortalezense das épocas adotadas, este grupo aparece através das notícias, entendendo que essas notícias apresentam marcas da sociedade a qual pertencem. Portanto, constatamos que o objeto que nos propomos a investigar apresenta essas três características, tendo em vista a relevância, o impacto e o estranhamento que as mulheres em cargos políticos de decisão causam na RS do grupo social a ser analisado a partir das notícias do jornal. Se levarmos em conta todo o contexto social que envolve as mulheres em espaços políticos de decisão, podemos dizer que tal objeto ainda hoje causa estranhamento e se caracteriza como relevante e impactante para grupos sociais.

Assumimos, nesta pesquisa, uma postura crítica e autoral diante do tema abordado, por isso, a partir desse momento, passamos a utilizar a primeira pessoa do singular no intuito de discorrer sobre as motivações pessoais que me levaram à investigação desse tema. Começo falando sobre minha participação em espaços de organização política e em seguida, o ambiente acadêmico no qual as discussões e estudos propiciaram o surgimento desta pesquisa.

Na política, como em muitos outros espaços, os homens sentem-se os donos do poder: poder de falar, orientar, definir e dirigir. Costuma ser assim nos espaços de militância partidária, sindical e, inclusive, nos movimentos sociais. Em mesas de debate, reuniões, na presidência de sindicatos, os homens costumam ser maioria, se não maioria em número, eles acumulam os lugares de decisão. Obviamente, há inúmeras exceções, mas essas exceções são conquistadas com muita disputa e/ou com muita conciliação.

É um incômodo receber “ordens” de mulheres e até no movimento de mulheres, querem os homens dizer como deve ser a organização das pautas. Muitas vezes ouvi de companheiros de militância que as mulheres do movimento feminista são sectárias apenas por essas mulheres reivindicarem seu protagonismo diante das pautas feministas. Existe um nível aceitável para participação política das mulheres na militância política-partidária-sindicalista. Se esse limite for ultrapassado, logo as mulheres viram inimigas, objetos de chacota ou motivo de comentários sexistas. Assim como existe um limite, também, para as mulheres que questionam esses modos de organização, podem reivindicar espaço, mas não podem

questionar os privilégios masculinos; podem falar, mas só o que os homens querem ouvir; o que passa disso soa como agressivo, como exagero.

Dentro da política sexista, quando discutimos partilha de protagonismo entre homens e mulheres, quando debatemos sobre igualdade salarial entre homens e mulheres que cumprem a mesma função, quando falamos de violência física, psicológica ou sexual e/ou quando questionamos a divisão sexual do trabalho, há muitos conflitos de interesses porque todas essas pautas vão de encontro aos privilégios masculinos.

Minha vivência em meio a organizações partidárias, sindicais e movimentos sociais, observando, aprendendo, militando e questionando, trouxe-me para a pauta desse debate: por que é tão forte a disputa das mulheres por espaços de decisão política dentro dessas organizações? Por que algumas mulheres conquistam e outras não? Por que algumas mulheres são tão rechaçadas, estigmatizadas em alguns desses espaços? Esses e outros questionamentos levaram-me à reflexão sobre a temática que circunda o objeto da minha pesquisa, identificar quais as representações sociais existentes sobre as mulheres em locais de decisão política majoritária suscita novas reflexões e traz à tona novas questões pertinentes.

Para empreender este trabalho, reafirmo meu posicionamento feminista, de esquerda, comprometida com a luta de classes, anticapitalista, antipatriarcal e ciente que só a luta de classes não é suficiente para emancipar a mulher. Certifico que esta pesquisa segue essas mesmas prerrogativas. É preciso mover as estruturas sociais que sustentam essas práticas machistas e misóginas. Não se pode apenas mexer em alguma das peças do jogo, é preciso destruir o tabuleiro para que um novo possa ser construído e um dos meios para que essa transformação ocorra, passa pelo fortalecimento da investigação científica. A Ciência é uma das chaves para que uma sociedade alcance mudanças significativas e, nessa seara, os estudos dos discursos cumprem um importante papel. Para isso, precisamos de todas/ todos e da união das classes, que só ocorrerá com o combate às opressões.

A minha participação no Grupo de Pesquisa sobre Análise de Discurso Crítica (GPADC), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), desde a sua fundação, no início de 2018, deu-me os subsídios teóricos e metodológicos para que eu pudesse unir teorias linguísticas e políticas, coadunando com a militância que é parte do que sou. De uma maneira geral, pesquisas em ADC se propõem a investigar “relações assimétricas de poder” (FAIRCLOUGH, 2016) e parte de problemas sociais que são evidenciados pelo(a) pesquisador(a). Esses problemas investigados são analisados pelo viés social, então há um compromisso de fazer análises que problematizem situações de diversas violências que são vistas como naturais, mas que, na verdade, escondem diversas formas de opressões. Nesse

ponto, esta pesquisa coaduna com os pressupostos do campo de pesquisa da ACD, teoria que visa a problematizar e desvelar práticas sociais (dentre elas o machismo) e discursivas preconceituosas de modo a questioná-las e apontar meios de desnaturalizá-las, por isso a relevância social desta pesquisa. É mister abordar esse debate, tendo em vista a necessidade de se estudar o machismo, enquanto prática social, e o espaço da mulher na política, no âmbito da estrutura social, e questionar posturas sociais que servem para corroborar com a opressão da mulher dentro de uma sociedade constituída nos moldes patriarcais. Acredito que esta pesquisa é viável, do ponto de vista metodológico, e ao mesmo tempo pertinente, do ponto de vista social. Portanto, este trabalho propõe um estudo linguístico-discursivo acerca de representações sociais sobre mulheres em cargo político de decisão, uma vez que pretende: investigar o discurso sobre o gênero feminino em uma posição vista, em primeiro momento, em lugar de privilégio. Diante desta problemática, partimos da hipótese, no que concerne ao contexto social, de que o cargo exercido pelas prefeitas não as tira de uma situação de vulnerabilidade e esta condição é marcada, no que concerne à linguagem, no discurso midiático a partir dos processos de lexicalização e referenciação como vetores dessas RS.

Diante do que foi exposto, partimos agora para exposição dos caminhos que nos levaram a construir nossas questões de pesquisa a partir dos problemas que despertaram interesse para nosso olhar em direção ao objeto desta pesquisa. Pretendemos com nosso trabalho compreendermos a realidade e construirmos conhecimentos (PAIVA, 2019).

Em variados períodos da História mundial, observa-se que as mulheres sempre estiveram presentes em movimentos de luta por direitos sociais. Na era medieval, por exemplo, era muito forte a presença das mulheres nos movimentos heréticos contra a Inquisição da Igreja Católica que era implacável com qualquer mulher que não se enquadrasse dentro dos padrões impostos pelo poder clerical. Por conseguinte, os embates continuaram na luta pela autonomia dos corpos femininos, pelos direitos reprodutivos, emancipação e reivindicação de direitos como se vê até os dias atuais (FEDERICI, 2017). Diante desses processos incessantes de luta, ao nos debruçarmos sobre os movimentos históricos de organização social, percebemos, através da literatura vigente, que a participação das mulheres em todos esses movimentos é bastante expressiva, porém, muitas vezes, essa participação nem sempre é destacada ou mesmo reconhecida. Um dos motivos pelos quais a participação das mulheres em movimentos de luta pode ser invisibilizada pode ser o fato de que “somente os movimentos centrados nas questões ‘femininas’ - isto é, aqueles correspondentes à esfera da reprodução -, ou os que agrupavam exclusivamente mulheres” são reconhecidos na história como tendo participações de mulheres (SOUZA-LOBO, 2011, p. 01). Outro fator, igualmente

pertinente, é o fato de que o registro histórico oficial ter sido feito exclusivamente por homens, estes escolhem as perguntas que devem ser respondidas e os elementos que devem ser destacados (LERNER, 2019).

As mulheres foram, paulatinamente, conquistando espaço na vida pública e conseguindo destaque na política. Na atualidade, podemos destacar algumas mulheres em espaços de decisão política no cenário mundial, mas esses destaques ainda estão muito aquém se comparados à presença hegemonicamente masculina nessas posições. Na Alemanha, por exemplo, apenas em 2005, pela primeira vez, o cargo de chanceler foi ocupado por uma mulher, Angela Merkel, que hoje ainda permanece na mesma função e é considerada uma das mulheres mais importantes do mundo.³ Porém, as mulheres ainda representam uma minoria na política internacional, como afirmam Connell e Pearse (2015, p. 31, supressão nossa):

[...] Nunca houve uma mulher chefe de governo na Rússia moderna, na China, na França, no Japão, no Egito, na Nigéria, na África do Sul ou no México. Nos casos do Brasil, da Alemanha, do Reino Unido, da Índia, da Indonésia e Austrália, houve apenas um em cada um desses países, ao longo de toda a sua história.

No caso do Brasil, mal podemos comemorar o fato de termos tido uma primeira mulher presidenta da República, porque esta foi destituída através de um golpe orquestrado por homens brancos e misóginos articulados com “ação da mídia, dos grandes empresários, dos ruralistas, dos políticos conservadores e de direita” (GOMES, 2018, p. 153). Um fato emblemático foi o das escolhas feitas pelo presidente que assumiu, Michel Temer, que, tão logo tomou posse, compôs um governo no qual nitidamente percebia-se ausência das mulheres para compor seu ministério⁴, o que foi amplamente problematizado à época através das redes sociais e em sites feministas. Esses fatos não podem ser vistos com naturalidade, não é por acaso a presença massiva de homens nos mais altos postos de poder mundial. Se as mulheres constituem pelo menos metade ou mais da população global, por que elas não assumem igualmente esses postos de destaque? Também é notório a ausência das mulheres em outros espaços de destaque, como por exemplo, nos cargos de poder econômicos, nos quais as mulheres representavam em 2015 apenas 4,4% “das mais poderosas lideranças de negócios no mundo” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 32). Esse número é igualmente desigual se levarmos em conta a população feminina.

³ <https://www.forbes.com/sites/forbespr/2018>». Forbes (em inglês). Consultado em 30 de AGO, 2019.

⁴ Foto da posse de Michel Temer no anexo A.

Destacamos que embora haja uma sub-representação feminina nos espaços políticos de poder e que isso ainda seja uma realidade, é possível vermos algumas conquistas. Portanto, é preciso levar em consideração que essas conquistas não foram alcançadas de maneira pacífica e ainda não estão completamente asseguradas, de modo que as mulheres ainda encontram dificuldades para atuarem legitimamente nesses espaços. Um exemplo das várias lutas enfrentadas por mulheres é o movimento sufragista, que foi de fundamental importância para alcançar esse objetivo; no Brasil, demorou mais de 40 anos desde a promulgação da constituinte de 1891 para que as mulheres pudessem votar (ALVES; PITANGUY, 1991). Desde a luta pelo direito ao sufrágio feminino até os dias atuais, muitas mulheres morreram e ainda morrem por lutarem pelo direito de participar ativamente da política. Recentemente, no dia 14 de março de 2018, o Brasil assiste atônito ao assassinato brutal de uma vereadora eleita do Rio de Janeiro, Marielle Franco, mulher, negra, favelada, que lutou entre outras pautas, pela igualdade de gênero e denunciou os abusos policiais nas comunidades carentes da cidade onde fora eleita. Até o presente momento (março de 2021) ainda não se sabe ao certo quem foram os mandantes do assassinato de Marielle e quais os interesses envolvidos por trás desse crime violento e covarde.

Numa estrutura machista e patriarcal, aprendemos que a política não é espaço para as mulheres. Não à toa, apesar da intensa atuação das mulheres no meio político, constatamos, como já foi dito, a baixa representação destas nesse meio por não terem acesso às mesmas condições de disputa e de igualdade. Por isso, para entendermos quais são os motivos que impedem a participação ativa de mais mulheres nesse meio, é preciso “levar em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida social e os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais” (BIROLI, 2018, p.171).

Com relação às eleições municipais, foco da nossa pesquisa, gostaríamos de destacar que, pelos dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)⁵ de 2016, apenas 12,57% das mulheres disputaram candidatura majoritária nas eleições do mesmo ano, embora mais de 52% do eleitorado brasileiro seja feminino⁶. Chamamos a atenção para o fato de que, em 2018, segundo os dados do Tribunal, foi eleita a maior bancada feminina da história do congresso nacional. Houve um crescimento de 51% em relação às eleições de 2014. No

⁵ “Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro”, 06 de março, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Março/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 01 ago. 2018.

⁶ “Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014”. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Março/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em ago. 2018.

entanto, segundo pesquisa divulgada pelo site *GN* (Gênero e Número)⁷ sobre os primeiros seis meses de mandato, apenas 7% dos projetos de leis apresentados pelas deputadas versam sobre os direitos das mulheres, dentre esses, ainda há os que propõem retiradas de direitos já garantidos, ou seja, a luta pela representatividade feminina na política passa também pela disputa ideológica para que essas mulheres possam de fato representar avanços no debate emancipatório e não usem esses espaços para fortalecer a hegemonia patriarcal que existe mesmo sem a presença dos homens e que pode ser reproduzida, inclusive, por mulheres (BEAUVOIR, 2009; SAFFIOTI, 2015). Por isso, concordamos com Dantas (2014, p. 146, supressão nossa), quando diz que é “importante termos em perspectiva que a participação das mulheres na esfera parlamentar [...] não garante em absoluto que os temas de interesse feminino ganhem mais forças na agenda legislativa”, mas ainda assim é importante garantir a política da presença. Nesse sentido, ao falar sobre a presença feminina nos espaços políticos de poder, Melo e Tomé (2018, p. 137) afirmam que a “própria presença já rompe em parte com uma estrutura fixa e dificilmente mutável de poder”, só o fato de termos mulheres nesses espaços, independentes dos posicionamentos políticos, já mexem com as estruturas de poder existentes.

No caso específico do Brasil, em se tratando de representatividade feminina, tivemos um caso peculiar, fomos o primeiro país latino-americano a eleger uma mulher para prefeitura de uma cidade. Foi em 1928, no Rio Grande do Norte, quando Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lages, devido a uma mudança na lei municipal. Oito décadas depois alcançamos uma vitória importante para a pauta da representatividade feminina na política, quando, em 2010, elegemos a primeira chefe de Estado do período republicano, Dilma Vana Rousseff, para o mandato de presidenta de 2011 a 2014. Reeleita para o mandato de 2015 a 2019, a presidenta foi deposta por um golpe parlamentar disfarçado em processo de *impeachment* no ano de 2016, como citado anteriormente.

Durante o governo da primeira mulher eleita presidenta, o país inteiro acompanhou o esforço diário dos principais veículos da imprensa corporativista local na produção e circulação de notícias e reportagens em que a presidenta era representada a partir de discursos que traziam valores misóginos, machistas e patriarcais. Como exemplo desta afirmativa, podemos lembrar alguns episódios, como a publicação de uma edição da revista *IstoÉ* em que Dilma foi retratada gritando com a manchete “As explosões nervosas da

⁷ “Os primeiros seis meses: apenas 7% dos projetos apresentados por deputadas na Câmara discutem direitos das mulheres” 25 DE JULHO DE 2019. A pesquisa completa está disponível em: <http://www.generonumero.media/projetos-deputadas-direitos-mulheres-7/>. Acesso em: 04 de ago. 2019.

presidente” (Revista IstoÉ, 2016)⁸ e a comercialização de adesivos para carros com uma montagem da figura da presidenta de pernas abertas.

Moreno (2017, p. 32), ao tratar sobre qual a imagem que a mídia propaga da mulher na realidade brasileira, diz:

E o discurso – quer verbal, quer imagético – nos apresenta sempre jovens (como se fosse crime ou vergonha envelhecer), quase sempre brancas (embora a nossa maior riqueza seja justamente a diversidade de raças e etnias que nos caracterizam), sempre magras (numa ditadura que se acentuou nos últimos anos, na contramão dos contornos corporais, tanto devidos à nossa mistura de raças quanto à alimentação moderna e à vida sedentária), preferencialmente loiras e de cabelos lisos (bem distante do padrão nacional) – no máximo, ondulados e em raros casos, cacheados.

Nas palavras da autora, com as quais concordamos, podemos perceber o quanto a mídia brasileira corrobora para construir e reafirmar um ideal feminino que não condiz com a realidade da maioria das mulheres. Esse ideal propagado pela mídia não se restringe apenas às questões físicas, ele também delega em favor de um determinado comportamento específico que repete estereótipos femininos, como o exemplo da manchete da revista *Veja*, que junto à foto da, na época, quase primeira dama, Marcela Temer, a descrição em destaque “Bela, recatada e ‘do lar’”. (REVISTA VEJA, 2016)⁹. A manchete destaca adjetivos que caracterizam a mulher pela beleza, pelo comportamento e pela reserva em ambiente privado.

Tais práticas de violência executadas pela mídia com anuência de grande parte da sociedade em relação à mulher e, em específico, sobre a presença da mulher na política, não ocorrem apenas em nível nacional. No Ceará, na cidade de Fortaleza, em 1985, Maria Luíza Fontenele foi eleita a primeira prefeita de uma capital brasileira. Durante sua gestão, num período pós-ditadura militar, não obteve apoio político-institucional do então governador do Estado, Tasso Jereissati. Em entrevista ao site R7 no ano de 2016, ao ser questionada sobre questões relacionadas à sua atividade política, como mulher e prefeita, em um contexto marcadamente machista, a ex-prefeita diz que

Havia um processo de discriminação forte por eu ser de Quixadá (CE). Lá tem uma escultura de pedra de uma galinha cuidando dos ovos. Falavam que ‘até as pedras de lá são galinhas’. Isso perpassou também dentro da prefeitura. Eu sempre fui muito simpática e jeitosa. Havia um artigo que falava sobre dominar ou diminuir meu ímpeto, só para dizer que mulher não é competente. Desde muito cedo percebi que o

⁸ “As explosões nervosas da presidente”, IstoÉ, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/#. Acesso em: 01 ago. 2018.

⁹ “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 01 set. 2019.

pessoal mostrava que queria namorar comigo, mas na verdade queriam me controlar. (R7, 2016)¹⁰

Nesse trecho da entrevista, percebemos que o tratamento que a ex-prefeita recebia no período de sua gestão, os termos com os quais se referiam a ela, como compará-la a uma “galinha”, expressam de maneira muito clara o preconceito e a misoginia. Afirmamos, com base na análise da conjuntura exposta até aqui, que os homens que são da mesma cidade, de Quixadá, onde se encontra a pedra no formato de galinha, certamente não teriam a mesma associação e/ou receberiam o mesmo tratamento.

Como podemos observar, já encontramos indícios de representação no trecho da entrevista com a ex-prefeita Maria Luiza, como deixar explícito, através do designativo gentilício que fez referência à cidade “Quixadá”, o lugar de onde a prefeita é. O uso da metáfora “até as pedras de lá são galinhas” para associar e, de certa maneira, aviltar a imagem da prefeita assim como, o uso de estereótipos para descrevê-la, como “simpática” e “jeitosa”.

No município de Fortaleza, após a experiência de termos uma mulher no mais alto posto de decisão política de uma cidade, somente em 2004, quase 20 anos depois, a capital cearense viria novamente a ter uma prefeita frente à administração pública do município, Luizianne de Oliveira Lins que, como a prefeita anterior, também esteve no foco da mídia durante os anos de mandato. Caso interessante é uma reportagem presente no site da revista *IstoÉ*¹¹, que, ao tentar ressaltar o fato de a ex-prefeita ter conquistado com a militância o direito de se candidatar e ter vencido a eleição, a revista refere-se a ela como “patinha feia” na manchete.

Reafirmamos que numa sociedade que se construiu numa estrutura patriarcal, ainda causa muito estranhamento que as mulheres ocupem espaços demarcados historicamente por homens, como os espaços políticos de decisão. Um exemplo bem próximo é o fato de que o Senado Federal não contava com um banheiro feminino na ocasião de sua construção, apenas em 2015 esse espaço foi construído, esse dado histórico diz muito sobre os espaços de representação política e para quem eles foram construídos (RUBIM; ARGOLLO, 2018).

¹⁰ “Maria Luiza Fontenele fala sobre experiência como mulher na política e nas lutas sociais”, R7, 18 de set, 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2016/tentavam-dizer-que-mulher-nao-era-competente-na-politica-diz-primeira-prefeita-eleita-em-grande-capital-18092016>. Acesso em: 21 jul. 2018.

¹¹ “A vitória da ‘patinha feia’.” Entrevista completa no endereço: <https://istoe.com.br/150284>. Acesso em: 04 de ago. 2019.

Outro fator a ser destacado é de frequentemente haver associações da imagem da mulher a uma figura masculina (como aconteceu com a ex-presidenta Dilma em relação ao ex-presidente Lula), para que seu cargo ou função seja legitimado. Também é comum o tratamento misógino que mulheres públicas recebem quando estão em cargos políticos, como podemos observar em publicações permeadas por preconceitos e desrespeito por parte da mídia, conforme visto nos exemplos supracitados.

Contudo, o modo como a mulher, como referente no texto midiático, tem sua representação construída enquanto objeto de discurso, é parte da constituição simbólica do feminino na sociedade em geral e na política em particular. No nível do texto, compreendemos que os processos linguístico-discursivos de lexicalização e referenciação tecem, juntamente de outros recursos da língua, os nossos modos de racionalizar, de identificar e de julgar as mulheres nas posições sociais que assumem.

Acrescentamos que a escolha pelo jornal *O Povo* se deu pela relevância do periódico na cidade de Fortaleza, tendo em vista que ele é o mais antigo a circular na capital, pois foi lançado o primeiro número do jornal há quase um século, exatamente no dia 07 janeiro de 1928 (NOBRE, 1975). Ao longo dos anos, a partir da década de 60, Nobre (1975, p. 152) relata que o jornal foi se tornando “um dos diários melhor aparelhados do norte do Brasil”, passando a ter receptividade relevante também no Piauí. Outro fator importante, associado ao anterior, é o fato de o referido jornal ter espaço específico dedicado à cobertura e comentários sobre dados da política local e nacional. Assim, observamos que havia muitas referências aos mandatos das ex-prefeitas como foi comprovada na nossa busca e seleção do material. Nossa investigação se debruçou sobre o discurso institucional de um jornal cearense de considerável relevância para o cenário municipal.

Em face do exposto, levando em consideração a baixa participação política da mulher nos espaços institucionais de decisão, especificamente na política local, e tendo Fortaleza tido três experiências (uma prefeita duas vezes) com mulheres à frente da gestão da cidade, faz-se necessário investigar de que modo as representações sociais sobre as mulheres em cargos políticos de decisão são (re) produzidas através da mídia local, especialmente nos primeiros momentos do mandato, quando a base conciliatória do governo é definida e há uma constante avaliação da sociedade e das instituições sociais sobre o recente governo instaurado. Em 293 anos de fundação, 128 anos de República, apenas três vezes Fortaleza foi gerida por mulheres, representada pelas prefeitas, Maria Luíza Fontenele e Luizianne de Oliveira Lins (reeleita), de tal maneira que nos interessa investigar de que modo essas mulheres, no cargo de prefeitas, foram representadas. Deixamos claro que, como houve uma reeleição, embora as

experiências de mandatos tenham sido três, para nosso trabalho, investigaremos apenas um governo da prefeita reeleita, no caso, o primeiro.

De acordo com o que foi exposto até aqui sobre o tema desta pesquisa, lançamos como questão central de nosso trabalho: De que modo a mulher cearense em cargo político de decisão é representada no discurso jornalístico do Jornal *O Povo* em notícias publicadas nos cem primeiros dias de governo das ex-prefeitas de Fortaleza?

Para respondermos a esta pergunta de pesquisa central, lançamos mão dos pressupostos teóricos da ADC, partindo do modelo tridimensional de análise, alinhado aos estudos da TRS, no que diz respeito aos conceitos construídos socialmente sobre determinado objeto de conhecimento. Interessa-nos saber como os elementos linguístico-discursivos foram articulados pela mídia local para construir a imagem da mulher cearense em cargo político de decisão através das notícias veiculadas no período inicial dos mandatos das ex-prefeitas de Fortaleza- CE.

A partir da pergunta central, surgiram as seguintes questões específicas de pesquisa:

- a) Quais são os elementos temáticos que constituem a representação social do discurso jornalístico do Jornal *O Povo* sobre a mulher cearense em cargo político de decisão revelados pelos elementos linguístico-discursivos mobilizados nos processos de lexicalização e referenciação do discurso presente nas notícias veiculadas pelo jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas da cidade de Fortaleza?
- b) Quais as formas de produção, distribuição e consumo das notícias produzidas pelo jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas do ponto de vista das formas de enunciação da representação social em análise?
- c) Quais as estruturas ideológicas e hegemônicas que sustentam a prática discursiva e a representação social sobre as mulheres em cargo político de decisão?

Para respondermos tais perguntas, trazemos como objetivo geral de pesquisa: Desvelar as estruturas discursivo-ideológicas presentes no discurso presente em notícias do jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas de Fortaleza publicadas nos cem primeiros dias do governo nos anos de 1986 e 2005 que revelam as representações sociais do discurso institucional do periódico sobre as mulheres em cargo político de decisão. A partir deste

objetivo geral, partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da ADC e da TRS, nossos objetivos específicos são:

- a) Descrever os elementos temáticos que constituem a representação social sobre as mulheres em cargo político de decisão a partir dos elementos linguístico-discursivos envolvidos nos processos de lexicalização referencial e presentes nas notícias veiculadas pelo jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas;
- b) Caracterizar as formas de produção, distribuição e consumo das notícias produzidas pelo jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas enquanto formas de enunciação da representação social em análise;
- c) Investigar as estruturas ideológicas e hegemônicas que sustentam a prática discursiva e a representação social sobre as mulheres em cargo político de decisão.

A seguir, apresentamos as bases teóricas que sustentam nossa pesquisa, assim como, os movimentos metodológicos para leitura e análise dos dados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pretendemos neste momento do trabalho, ao percorremos os pressupostos teóricos da Teoria das Representações Sociais e da Análise do Discurso Crítica, demonstramos que em nossa pesquisa adotamos os estudos que surgem no horizonte da intercessão entre discurso e representação social. Defendemos o discurso como constitutivo essencial no processo de construção e reprodução das RS. A intercessão entre as teorias supracitadas nos revelam a representação social sobre a mulher cearense em cargo político de decisão presente no discurso midiático.

2.1 Teoria das representações sociais

O termo “representações” é profícuo no campo de estudos da linguagem e remete a estudos sobre representações de si (ethos), representações dos atores sociais e representações sociais (RS). Para cada conceito citado, há autores com trabalhos desenvolvidos na área, como fundantes ou divulgadores das teorias. A seguir, discorreremos brevemente sobre cada um desses conceitos a partir, principalmente, dos estudos de Irineu (2014, 2018, 2019) para chegarmos ao conceito de RS, tal como empregado nesta pesquisa.

Diferentes enfoques teóricos têm se debruçado sobre o conceito de ethos, que é definido, em linhas gerais, como representação de si. Situaremos a definição aqui mencionada a partir da Análise do Discurso de linha francesa pela sua relação com o discurso. As representações de si, ou ethos discursivo, é um conceito que mantém relação estreita com a enunciação, uma vez que o ethos é uma imagem, segundo Maingueneau (2008), construída discursivamente no processo interativo por meio de uma voz social. Essas representações de si manifestam-se conjugando fenômenos de diferentes ordens, tanto marcas linguístico-discursivas (por meio do léxico e das dêixis), quanto marcas do espaço social (IRINEU, 2014).

As representações dos atores sociais, de acordo com Van Leeuwen (2008, apud IRINEU, 2018), consistem nas representações que circulam na sociedade sobre os sujeitos, estas representações são expressas por meio de textos de diversos tipos e podem ser analisadas a partir dos parâmetros de inclusão e exclusão. Em termos gerais, é possível afirmar que a proposta de investigação deste autor consiste na formulação de um inventário sociossemântico dos modos pelos quais tais sujeitos são representados no e pelo discurso.

Para esta pesquisa, interessa-nos a Teoria das Representações Sociais (TRS), mais especificamente, as proposições da “teoria de base”, cunhada pelo francês Serge Moscovici, nascida no campo da Psicologia Social, quando ocorreu a publicação da pesquisa “*Psychanalyse: sonimage et sonpublic*”, em 1961, na qual emergiu a TRS. Neste estudo, o autor buscou identificar qual a representação que a sociedade parisiense construiu sobre a psicanálise, como, a partir da popularização de um conhecimento científico, emergia a RS no senso comum. No âmbito dos estudos discursivos, Irineu (2019, p.02) entende que as RS “são um construto discursivo, de natureza sociocognitiva e ideológica através do qual, na condição de membros de grupo sociais, compreendemos os objetos do mundo com os quais interagimos”. Sobre este conceito, nos deteremos um pouco mais nas linhas a seguir.

Antes de entrarmos propriamente no conceito, processos de formação, funções e características da TRS, achamos relevante explicitar o que significa “representações” e o que significa “sociais” dentro desta teoria, de acordo com Guareschi (2010). Segundo o autor, a ação de representar é inerente ao ser humano, “nós temos essa capacidade extraordinária de prescindir do objeto material ao pensar nele, ao falar dele e até ao relacionarmos-nos com ele” e que ao representarmos estamos construindo, reconstruindo e dando sentido a tudo o que existe, seja material ou imaterial (GUARESCHI, 2010, p. 79).

Ainda sobre o conceito de representação, Guareschi (2010, p. 79) diz que não se pode separar a “representação mental”, o “sujeito que conhece” e o “objeto conhecido”, por isso o autor afirma que “toda representação é social” e que não há conhecimento sem representação, portanto as representações apresentam dimensões simbólicas e sociais, configurando-se como “fenômenos subjetivos, intersubjetivos e objetivos”. Representar é, portanto, assimilar sentidos, é a apropriação cognoscente de um objeto desconhecido através de mecanismos de aprendizagem.

O social para a TRS, nas palavras de Guareschi (2010, p.80), “é visto como uma *relação*, isto é, algo que não pode ser concebido como isolado, como uma realidade absoluta e fechada em si mesma; ele implica, por sua própria definição, outros”, nesse sentido, o social é o que liga o indivíduo ao coletivo, é o “entre” (JOVCHELOVITCH, 2002 apud GUARESCHI, 2010). É entender que as construções das representações são sociais, mas sem desconsiderar os mecanismos mentais que passam por cada indivíduo.

Por fim, na perspectiva da TRS, segundo Guareschi (2010, p. 81), “as representações são ‘construções psíquicas imateriais’, mas também são “realidades sociais”, ou seja, elas são sistemas cognitivos partilhados por grupos sociais e que orientam práticas. A partir de um conceito que se cria sobre algo, de uma representação, os sujeitos sociais agem

orientados por estas estruturas mentais. Queremos saber como essas práticas sociais são apresentadas discursivamente.

A TRS surgiu a partir do conceito de Representações Coletivas do sociólogo alemão Emile Durkheim, no qual o autor defendia que a representação sobre algo era construída coletivamente e reproduzida pelos indivíduos. Moscovici (2009), ao propor o conceito de RS, defendeu que as representações são sociais e individuais, que há relação constitutiva entre o social e o coletivo, não podendo dissociar o social do coletivo, por isso optou pelo termo representações sociais para diferenciar das representações coletivas de Durkheim. Para marcar a distinção entre as teorias, uma no âmbito da Sociologia e a outra no âmbito dos estudos da Psicologia Social, Moscovici (2009, p. 49, supressão nossa) conclui que:

[...] Se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”.

Como podemos perceber no excerto acima, as RS versam sobre a construção de saberes, assim como a transformação destes saberes em contextos sociais diversos, o interesse da TRS é justamente pelo “fenômeno das representações sociais, que compreende os saberes *na e pela* vida cotidiana” (GUARESCHI, 2010, p. 78, grifo do autor). Melhor dizendo, a TRS se interessa pelo conhecimento produzido nas interações da vida comum, no cotidiano, pois esse conhecimento é produzido pelo senso comum e o pensamento é proveniente dele.

Para Moscovici (2009), uma RS é uma imagem/conceito mental que um grupo (re) produz sobre algo/alguém/alguma coisa, esta imagem corresponde aos objetos de representação do mundo. Esses objetos de representação são objetos que estão no mundo, porém, para que eles sejam objetos de estudos para a RS, é preciso que apresentem relevância cultural, espessura social e impacto para o grupo a ser investigado (SÁ, 1998).

De acordo com Sá (1998), RS é a representação de alguém sobre algo, no qual esse alguém é representado por um grupo específico que compartilha características comuns (semelhanças, identidades) como, por exemplo, os moradores de uma cidade, os leitores de determinado jornal, pessoas em situação de rua, dentre outros. O que o grupo vai construir ou (re) produzir sobre o objeto em estudo é o que será revelado nos estudos das RS. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a mídia se apresenta como um vetor de RS por trazer

de modo pulverizado a ótica da sociedade. Por ser, por exemplo, o jornal um meio de difusão do que as pessoas pensam ou da forma como representam. Como afirma Sá (1998, p.73, supressão nossa) ao fazer considerações sobre as contribuições teóricas de Denise Jodelet:

[...] gostaríamos de privilegiar nas contribuições de Jodelet sua ênfase à consideração dos suportes pelos quais as representações são veiculadas na vida cotidiana. Esses suportes são basicamente os discursos das pessoas e grupos que mantêm tais representações, mas também os seus comportamentos e as práticas sociais nas quais estes se manifestam. São ainda os documentos e registros em que os discursos, práticas e comportamentos ficam institucionalmente fixados e codificados. Finalmente, são as interpretações que eles recebem nos **meios de comunicação de massa**, que de forma retroalimentam as representações, contribuindo para sua manutenção ou sua transformação, ou ainda – para ser mais fiel ao pensamento de Jodelet – para sua manutenção enquanto se transformam e para a sua transformação enquanto se mantêm (grifo nosso).

Assim, atendemos ao que se pede em estudos de RS que se especifique o sujeito, ou grupo social, e o objeto a ser representado. Nesta pesquisa, o grupo social é a sociedade fortalezense no período do mandato das ex-prefeitas e a mulher em posição política de decisão é o objeto de conhecimento que queremos analisar. Ao reconhecermos a mídia como meio de profusão de representação, buscamos nas notícias através dos estudos linguístico-discursivos marcas dessas ocorrências.

Os processos de formação das RS servem para que os sujeitos, ao se depararem com o novo, o não-familiar, possam assimilar essas novas imagens e construir sentidos para tais. Esses processos são descritos por Moscovici (2009), que os chama de:

- a) *Ancoragem*- consiste na classificação e nomeação de um determinado objeto, pessoa ou conceito, estranho em familiar. Acontece quando tal objeto, pessoa ou conceito estranho para ser classificado ou nomeado é comparado a alguma referência já existente no mundo e do conhecimento do sujeito ou grupo que o representa. A classificação passa pela comparação e assim, o objeto, pessoa ou conceito novo, ancora-se na imagem de algo que já é comum para o sujeito ou grupo que o representa (MOSCOVICI, 2009);
- b) *Objetivação*- consiste na ação de tornar concreto algo abstrato, por isso essa denominação, ao objetivar, o sujeito ou grupo, classifica, nomeia e constrói uma imagem mental do objeto, pessoa ou conceito. No processo de objetivação, “ainda a nível mental, as imagens se tornam elementos da realidade, de modo quase concreto, ao invés de elementos do pensamento, de modo abstrato” (IRINEU, 2011, p. 82).

Desse modo, vai ficando claro que a TRS versa sobre o conhecimento, a maneira como os sujeitos inseridos em grupo social constroem as representações sobre algo, alguém, alguma coisa. Moscovici (2009, p. 54) afirma que a finalidade da RS “é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não familiaridade”, portanto os processos de ancoragem e objetivação são essenciais para a construção desse conhecimento, que se dá pela interação e pela linguagem. No entanto, Abric (1994 *apud* DIEB, 2004) afirma que as RS possuem mais quatro funções: do saber, de orientação, identitárias e justificatórias. Conforme Dieb (2004), apresentamos abaixo uma definição sucinta de cada uma dessas funções:

- a) Funções de saber - essa função diz respeito ao modo como as pessoas compreendem a realidade e compartilham seus saberes;
- b) Funções de orientação - nessa função a RS serve para orientar as práticas no mundo, mantendo relação de constitutiva, adequadas ao contexto social;
- c) Funções identitárias - função na qual a RS caracteriza a identidade de um determinado grupo;
- d) Funções justificatórias - quando as RS justificam as ações dos sujeitos.

Por fim, Guareschi e Jovchelovich (1995) apontam algumas características da RS como o fato de ser dinâmica, consensual, social e atravessada pelos indivíduos, os autores afirmam que a TRS apresenta dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Cognitivas porque envolvem a construção dos saberes sociais; afetivas porque envolvem as emoções dos sujeitos sociais no empenho em criarem representações; por último, sociais porque a construção dos saberes, das representações, acontece na interação social. Outra característica é o caráter emancipatório das RS ao disputar ideologias dominantes que atravessam as RS, podendo prevalecer conceitos que servem como mecanismo de opressão e não de libertação. O modo como o conhecimento sobre algo é construído perpassa disputas de poder por narrativas diversas, daí a importância dos estudos das RS para que se entenda os mecanismos de construção do senso comum para que significações sejam favoráveis a emancipação.

A TRS deu frutos, e muitos autores continuaram a desenvolvê-la a partir de abordagens e procedimentos metodológicos diferentes da primeira proposta apresentada em meados dos anos 60 pelo autor fundante, Moscovici (2009, 2012), o qual conceituou e caracterizou a teoria de base nos estudos das RS. A título de informações, Jodelet (2001), Abric (1994) e Doise (2001), são alguns autores que continuaram os estudos sobre a RS. Para cada abordagem, esses autores propuseram uma metodologia específica. Suas perspectivas

teóricas correspondem, respectivamente, às abordagens dimensional, genética e psicossociológica de investigação das representações sociais. Não nos deteremos nessas abordagens, pois, para nossa pesquisa, propomos o aparato teórico proposto pela teoria de base fundamentada por Moscovici (2009, 2012), articulado com os estudos críticos do discurso, especificamente com a proposta de abordagem discursiva da TRS proposta por Irineu (2019).

Uma vez tendo definido em que consiste uma RS, partimos, a seguir, para a explanação das teorias que pautam a representação feminina na política através do discurso midiático.

2.2 Representação política da mulher no discurso midiático

O tema da representação feminina em espaços políticos de decisão é discutido em várias instâncias da sociedade, seja nos debates políticos dos movimentos organizados, seja nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas em números consideráveis. Esse interesse deve-se à problematização acerca do lugar que a mulher sempre ocupou na sociedade, lugar esse que reservou às mulheres os espaços privados e aos homens, os espaços públicos. Apesar dessa construção, é possível observarmos a participação feminina em momentos históricos de luta, embora essa participação por vezes seja invisibilizada ou relegada a funções de menos destaque como podemos ilustrar com as palavras de Biroli (2018, p.174):

A baixa presença e mesmo a ausência, em muitos casos, das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão, no âmbito estatal, não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente político historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários.

No Brasil, temos exemplos de mulheres que precisaram romper com a lógica imposta pela estrutura social para adentrar no mundo da política, para fazer valer o direito de usufruir o espaço político, mulheres que, inclusive, tiveram que assumir um nome ou um personagem masculino para ocuparem esses espaços, o que diz muito sobre o mundo e como ele se configura para as mulheres. Beauvoir (2018) fala sobre o conceito de “outridade” da mulher na sociedade, afirmando que o mundo foi feito, pensado, organizado, para os homens, de modo que a mulher fica no lugar do “Outro”, o que não é o “Ser”. Nessa perspectiva, Miguel (2014, p. 94) afirma que “Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a

construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar”.

Tais processos de socialização restringem o acesso das mulheres aos espaços políticos de representação, para participar e ocupar esses espaços é preciso que se tenha tempo e, de certa maneira, apoio. Miguel (2014) aponta um dado interessante ao relatar que pesquisas em locais diversos comprovam que a presença de mulheres solteiras e viúvas na política é maior que a de homens na mesma condição. Esse fato é explicado pelo papel que a mulher ocupa nas relações e na família: enquanto para o masculino o aparato familiar significa apoio, para o feminino representa sobrecarga e uma maior dedicação de tempo e cuidado.

Portanto, discutir questões sobre representatividade feminina continua sendo o um ponto importante do debate político contemporâneo, pois embora a luta da mulher pela conquista de espaços de representação não tenha cessado desde os primórdios do movimento feminista no Brasil, nossa realidade nos mostra que as mulheres continuam sendo sub-representadas nos espaços políticos de decisão. Ser mulher na política ainda significa enfrentar preconceitos para ocupar esse lugar, se esse espaço for de decisão, o desafio da mulher política é ainda maior. Embora desde 1997 o país tenha uma lei de cota que obriga que 30% das candidaturas dos partidos sejam de mulheres, o número de homens na política e em espaços de representação do poder ainda é muito superior ao número de mulheres. Outras leis existentes no Brasil estimulam a presença de mais mulheres na política, como a lei que orienta a aplicação de, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo Partidário para investimento em candidaturas femininas e a lei que garante que, no mínimo, 10% do tempo de propaganda partidária gratuita seja destinado às participações das mulheres.

Sobre o tema da representação das mulheres na política, Biroli (2018 p. 172) afirma que:

É possível sustentar, a partir do conjunto amplo e heterogêneo de estudos que temos hoje à disposição, que obstáculos materiais, simbólicos e institucionais erigem barreiras que dificultam a atuação das mulheres e alimentam os circuitos da exclusão. A política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados.

Tal afirmativa nos faz refletir sobre como esses espaços são ainda mais restritos se observarmos o recorte de classe e raça, proposto pelos estudos da interseccionalidade¹² presente no feminismo negro (AKOTIRENE, 2018). A raça é até hoje um fator que exclui, mata e desumaniza as pessoas, sobretudo as mulheres no contexto brasileiro. Federici (2019) chega a afirmar que as mulheres continuam sendo caçadas como bruxas e que as mulheres negras, principalmente, são as novas “bruxas” do nosso século, dado o índice de assassinatos a que as mulheres negras e periféricas estão sujeitas. Nesse ínterim, o acesso da mulher no meio político torna-se ainda mais restrito quando falamos sobre mulheres negras. Kilomba (*apud* RIBEIRO, p. 32) diz, fazendo analogia à teoria de Beauvoir (1980), que a mulher negra “é o outro do outro”. A mulher negra não é mulher branca e não é homem negro, ou seja, ela é o outro do outro, dentro da escala interseccional, podemos dizer que ela está na base das opressões históricas. Não podemos, portanto, deixar de mencionar que as dificuldades que as mulheres brancas e de classes abastadas sofrem, são potencializadas para as mulheres negras, não há dúvida de que um país que foi constituído econômica e culturalmente na base da exploração escravagista não guarde vestígios de uma política racista e excludente.

Outro fator específico que atinge as mulheres em posição de representação política é o modo como o discurso midiático é construído em torno delas e o quanto essas construções discursivas restringem a atuação das mulheres no campo político. Embora os avanços em torno da questão da presença das mulheres na política ocorram, o modo como elas devem se portar nesse meio ainda é permeado de preconceitos, como afirma Miguel (2014 p. 106, supressão nossa)

[...] As marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino. Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada do que faz com seus competidores do sexo masculino.

Tudo que foi dito até aqui, os contextos que envolvem a representatividade feminina, nos leva a analisar o modo como essas determinações reverberam na maneira como a mídia se porta às mulheres que ocupam espaços de decisão política, a observação ao jeito como as mulheres falam, como se vestem, se são agressivas ou não, são observações que

¹² Adotamos a perspectiva de interseccionalidade proposta por Crenshaw (*apud* AKOTIRENE, 2018, p. 15): “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.”

costumam aparecer em discursos midiáticos quando se referem às mulheres. É inegável o papel que a mídia ocupa na sociedade para a construção de imagens que reafirmam papéis sociais introjetados nas estruturas presentes na sociedade.

O discurso midiático apresenta marcas ideológicas presentes na sociedade, pois embora se diga que há imparcialidade em alguns gêneros midiáticos, como a notícia, por exemplo, toda fala remete a um posicionamento, inclusive, a busca por imparcialidade é também um posicionamento. Sobre o contexto midiático, Charaudeau (2012, p. 151) explica que:

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se dias às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento jamais é transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelo critério de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. Nela, a instância de recepção encontrará pontos de referência, e desse encontro emergirá o espaço público.

Na fala do autor, podemos atestar o que foi dito anteriormente sobre a seleção dos fatos já darem indícios de posicionamento, quando se decide publicizar algo através da mídia, a escolha já remete a alguma exclusão, portanto escolher, selecionar, o que vai ser mostrado, é também posicionar-se diante dos fatos. Nesse mote, não é difícil percebermos que o modo como o discurso midiático dirige-se às mulheres passa por essa construção que é atravessada pelos elementos estruturantes do contexto em que esse discurso está inserido. Ademais, a mídia é espaço de representação e o meio pelo qual as RS são dissolvidas. Como afirma Guareschi (1995), os meios de comunicação de massa são lugares onde as RS são elaboradas a partir do momento em que expõe as pessoas aos elementos noticiados.

Portanto, a mídia como arma poderosa de formação e informação pode contribuir para a reprodução e manutenção de preconceitos e estereótipos de modo a naturalizá-los, como foi explicitado com os casos das ex-prefeitas e da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Esse cenário, de pouca representação da mulher nos espaços políticos de decisão, nos leva ao questionamento de como essas mulheres, que rompem as estruturas impostas pelo patriarcado para estarem presentes na política, que alcançam esses lugares de poder, são representadas no contexto midiático. Entendemos que a mídia produz e reproduz padrões presentes na sociedade, não estando dissociada desta, por ser também uma estrutura social.

Diante disso, o fato de ser a mulher política, em cargo político de decisão, um fator estranho, nos interessa como essas mulheres são representadas por meio de textos jornalísticos.

Diante do que foi exposto, atestamos a dificuldade que o feminino enfrenta para ocupar os espaços políticos e quando ocupam esses espaços, enfrentam desafios diante de uma estrutura discursiva midiática imposta. O desafio é mudar as estruturas para que as representações possam mudar, portanto, o discurso, na perspectiva da ADC, passa a ser essencial como arma de disputa ideológica diante desse panorama de mudança.

Após termos definido o conceito de RS e de termos debatido sobre o cenário geral da representação da mulher na política, no tópico seguinte, adentraremos na perspectiva da ADC, para fundamentarmos a perspectiva que sustenta o nosso olhar acerca de como são construídos os discursos sobre mulheres políticas na mídia.

2.3 ADC - Fairclough e a abordagem dialético-relacional

O surgimento dos estudos do discurso no âmbito da linguagem remete aos princípios da teoria funcionalista, quando linguistas passaram a propor uma abordagem que considera os elementos linguísticos externos como responsáveis pela organização interna da língua em oposição à abordagem formalista, que entendia a língua como objeto suficiente em si mesma. Nessa perspectiva funcional da língua, o discurso passa a ser considerado como linguagem em uso (RESENDE; RAMALHO, 2006). Tal terreno de teorização foi profícuo para que a Análise do Discurso (AD) se estabelecesse como disciplina teórica, a partir dos estudos linguísticos de Jean Dubois e dos estudos filosóficos de Michel Pêcheux, em meados dos anos 60 na França, ficando conhecida como Análise do Discurso Francesa (ADF). As bases teóricas da ADF, em linhas gerais, foram fincadas no campo dos estudos marxistas, estruturalistas e com base nas teorias psicanalíticas da época (MUSSALIM, 2011).

Por sua vez, a AD de linha francesa é uma das várias vertentes que se preocupam em teorizar e analisar os discursos, entretanto, há outras vertentes teóricas como a Análise Dialógica do Discurso, tendo como seu exponencial representante Mikhail Bakhtin; a Semiologia do Discurso nos estudos de Patrick Charaudeau, dentre outras também relevantes. No entanto, essa breve introdução aos estudos do discurso é apenas para que possamos inserir a abordagem dos estudos discursivos que sustenta nossa pesquisa, a Análise do Discurso Crítica (ADC), de maneira mais detalhada nas linhas a seguir.

A ADC surgiu no panorama dos estudos da linguagem em meados dos anos 80, recebeu esse nome do linguista britânico Norman Fairclough, que embora seja reconhecido

como nome fundador da teoria, essa área de estudos não se limita apenas ao nome dele, como afirmam Resende e Ramalho (2017). A ADC, desde o seu nascedouro, apresentou propostas de engajamento social diante das relações desiguais que permeiam a sociedade, entendendo que o papel do pesquisador é também refletir e se posicionar diante da realidade que o permeia e tem como característica o fato de agregar várias abordagens, dentre elas a abordagem Dialético- relacional, que embasa teoricamente nossa pesquisa. A respeito da heterogeneidade das abordagens da ADC, Vieira e Resende (2016, p. 20) elucidam que a teoria

É heterogênea porque há uma gama variada de abordagens que se identificam com o rótulo de 'ADC', Assim, não apenas os avanços trazidos por Norman Fairclough são identificados como ADC, mas também as perspectivas de autores como Teun Van Dijk (1989), Ruth Wodak (1996), Blommaert (2005), Theo van Leeuwen (2008), entre outros/as. Todas essas abordagens são legitimamente associadas à Análise de Discurso Crítica, e cada uma delas provê acercamento teórico e instrumental específico para pesquisas discursivas.

A heterogeneidade da ADC, de um modo geral, também é vista devido a sua constituição interdisciplinar, por isso esta teoria mobiliza diversos conceitos que advêm de áreas e autores distintos. Conceitos como ideologia, hegemonia, poder e discurso, são essenciais para se entender as bases epistemológicas da ADC em suas diversas abordagens, desse modo, consideramos estritamente importante para entendermos os estudos nesse campo, que o conceito de “crítica” da teoria seja elucidado.

Podemos dizer que o “crítica” da ADC é devido ao fato de esta teoria nascer a partir das contribuições da Linguística Crítica (MAGALHÃES, 2005), área que entende o fazer científico engajado, de modo a defender que não existe neutralidade nas ciências e que a linguagem e a sociedade estão intrinsecamente conectadas: “Esse ponto é fundamental para a abordagem metodológica da ADC, por descartar pesquisas ‘objetivas’ em análise do discurso”, como nos dizem Vieira e Resende (2016, p.37).

Nesse sentido, mesmo com sua diversidade de abordagens, há características que são comuns a todas elas, o elemento da “crítica” é uma destas características, justamente porque a ADC lança um olhar para a linguagem a partir do social, considerando que no contexto neoliberal, capitalista, no qual estamos inseridos, há relações desiguais, de opressões, que também se sustentam através do discurso. “O “C” de ADC justifica-se por seu engajamento com a tradição da “ciência social crítica”, que visa oferecer suporte científico para a crítica situada de problemas sociais relacionados ao poder como controle” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p.14), assim, o analista do discurso, dentro dessa proposta de análise

crítica, se posiciona de maneira responsável ao se deparar com estas relações de opressão, colocando-se, do ponto de vista da responsabilidade social, ao lado da classe explorada, oprimida, e buscando entender como essas relações são construídas na e pela linguagem.

Com esse perfil crítico, na abordagem dialético-relacional, Fairclough (1989) propõe um estudo que considera o discurso como prática social, mantendo com essa prática uma relação de imbricação: o discurso alimenta a prática e a prática orienta o discurso. Segundo essa concepção, é através do discurso que agimos no mundo para o bem ou para o mal. Há, portanto, uma relação dialética entre discurso e prática social, na qual esta precisa daquele para se ancorar. É nessa perspectiva também que surge o conceito de mudança social, a partir do tensionamento causado pelo discurso nas práticas sociais. Para esta conceptualização de discurso, o autor propôs uma análise tridimensional.

Nossa pesquisa se ancora no modelo de análise tridimensional da ADC, proposto por Fairclough (1989; 1992), que adota três dimensões do discurso: texto, prática discursiva e prática social.

Sobre o texto, o autor compreende que ele é a unidade mínima de análise da ADC, podendo ser analisado a partir de categorias como léxico, gramática, coesão, estrutura, etc. Em nosso trabalho vamos levar a analisar os processos de lexicalização e referenciação como elementos indispensáveis para a construção de sentidos sobre a realidade. Ao passo que, tais elementos, de acordo com nossa hipótese, nos levarão ao modo como a mulher cearense em cargo político de decisão é representada pela mídia local.

A prática discursiva refere-se à análise da produção, distribuição e consumo dos textos em analisados, elementos fundamentais, para construir as RS. Nessa etapa, levamos em consideração que o contexto de produção e os modos de circulação são fatores essenciais para a construção de RS, assim como, o modo como essa produção chega aos sujeitos (SPINK, 1995).

Por fim, a prática social analisa elementos referentes à ideologia e hegemonia. No modelo tridimensional Resende e Ramalho (2004, p.189) explicam que:

Apesar de o conceito de prática social estar presente na abordagem teórica, observa-se, no modelo tridimensional de ADC, a centralidade do discurso. Nesse modelo, o discurso como produto recebe tratamento mais central que aquele a ele dispensado no desenvolvimento da elaboração teórica apresentado em 1999. A análise da prática social se dá pelo texto. É através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais.

De acordo com as autoras, o modelo tridimensional centraliza sua análise nos textos, como propõe o autor fundador do conceito, a partir da Teoria Social do Discurso, com a Análise Textualmente Orientada (ADTO). Nesse sentido, nossa pesquisa por fazer análise documental, entende que esse modelo atende ao objetivo proposto por nós, uma vez que nos basearemos nas análises dos textos midiáticos selecionados no corpus.

Em estudos posteriores, Chouliaraki e Fairclough (1999) passaram a conceituar o discurso como um momento da prática social, para essa segunda perspectiva propuseram como metodologia de análise um modelo no qual se consideram outros elementos para a análise, como o estudo sobre a conjuntura mais detalhado, na qual considera “que estruturas, práticas e eventos estão em um continuum de abstração/concretude” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 42). Esse modelo ficou conhecido como análise transformacional.

Com base nesse perfil sugiro que as pesquisas em ADC interessam-se em analisar questões que apresentam relações assimétricas de poder, situadas dentro do conceito da modernidade tardia proposto por Giddens ([1991], 2002, apud, RESENDE; RAMALHO, 2006) e pretendem uma perspectiva de mudança social.

3 METODOLOGIA

A partir deste ponto, traçamos o caminho que esta pesquisa percorreu para alcançar o seu objetivo geral, que é desvelar as estruturas discursivo-ideológicas emergentes no discurso presente em notícias do jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas de Fortaleza publicadas nos cem primeiros dias do governo nos anos de 1986 e 2005, que revelam as representações sociais do discurso institucional do periódico sobre a mulher cearense em cargo político de decisão.

3.1 Caracterização da pesquisa

Na ótica positivista, as pesquisas científicas partiam do pressuposto de que a pesquisadora deveria manter distância do objeto analisado para que os resultados fossem precisos. Preconizava-se a imparcialidade na Ciência para que esta pudesse ser confiável.

Na contramão desse pensamento, Santos (1985) levantou questões sobre a situação da ciência no contexto da virada do século que estava por vir. O autor apresenta um panorama de como a ciência foi mudando a partir do paradigma positivista até chegar no que, naquele momento, ele chamava de paradigma emergente. Mudanças ocorreram de lá para cá, os debates em torno do modo de fazer ciência, de produzir conhecimento acadêmico, continuaram, desenvolveram-se e essa postura de reflexão acerca da pesquisa científica, de quem faz pesquisa, continua sendo a ordem do dia.

No nosso século, com o advento da Crítica nos estudos filosóficos, sociais e da linguagem assim como, estudos pós-estruturalistas, as pesquisas científicas passaram a contemplar a parcialidade como realidade nos processos de pesquisa. O discurso subjetivo da Ciência passou a ser visto como parte constitutiva no desenvolvimento das pesquisas (CORACINI, 1991). Conforme Dieb (2004), a neutralidade nas pesquisas científicas é motivo de questionamentos no meio acadêmico, o que abre possibilidades para outras abordagens metodológicas que consideram os aspectos interpretativos dos pesquisadores, como é o caso das pesquisas qualitativas. Portanto, entendemos que o modo de construção do trabalho científico parte de um momento histórico, de um lugar específico e de pessoas envolvidas logo, não há como dissociar esses elementos ao se fazer ciência, todos esses aspectos são complementares e influenciam nas escolhas e no desenvolvimento das investigações propostas.

Diante do que foi exposto, nossa pesquisa lança mão de uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, interpretativa, com foco na crítica social, adotando uma

postura de pesquisa proposta por Denzin e Lincoln (2006, p. 23) ao afirmar que “os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação”. Para os autores, as atividades que definem o processo de pesquisa qualitativa seguem uma variedade de rótulos diferentes, incluindo os de teoria, método, análise, ontologia, epistemologia e metodologia. Por trás desses termos, está a biografia pessoal da pesquisadora, o qual fala a partir de uma determinada perspectiva de classe, de gênero, de raça, de cultura e de comunidade étnica. Essa pesquisadora marcada pelo gênero, situado em múltiplas culturas, aborda o mundo com um conjunto de ideias [sic], um esquema (teoria, ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) que ele então examina em aspectos específicos (metodologia, análise). Ou seja, a pesquisadora coleta materiais empíricos que tenham ligação com a questão, para então analisá-los e escrever a seu respeito. Cada pesquisador fala a partir de uma comunidade interpretativa distinta que configura, em seu modo especial, os componentes multiculturais, marcados pelo gênero, do ato da pesquisa (Denzin& Lincoln, 2006, p. 32).

Compreendemos que a pesquisa qualitativa, a partir de ações materiais e interpretativas que partem de uma pesquisadora situada no mundo, dá visibilidade a uma determinada realidade a partir da análise construída por meio da investigação científica (DENZIN; LINCOLN, 2006). Ela é uma “atividade situada que localiza o observador no mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Nessa perspectiva de pesquisa qualitativa e a respeito da postura da pesquisadora propostas pelos autores, afirmamos o caráter engajado e comprometido de nossa pesquisa, ao compreendermos que as pesquisas científicas não são neutras, pois até as escolhas temáticas se propõem a visibilizarem ou não grupos minoritários.

Ressaltamos que, dentro do âmbito da linguagem, a ciência na qual estamos inseridas, Linguística Aplicada, propõe um estudo da linguagem dentro das relações sociais e como essa linguagem interfere para construir ou desconstruir opressões. Levando em conta a questão ética, as pesquisas dentro da LA, repensam a vida social (MOITA LOPES, 2017).

Realizamos uma pesquisa documental, pois esse tipo de pesquisa atende às necessidades propostas na análise do nosso objeto, baseado no que afirmam Vieira e Resende (2016, p.95) quando fazem uma breve descrição teórico-metodológica sobre este tipo de pesquisa em ADC, ao afirmarem que “a pesquisa documental utiliza, como principal material empírico, dados de natureza formal, como textos midiáticos, jurídicos, oficiais, entre outros, cuja elaboração demanda competência de conhecimento especializado”. Porém, as autoras apontam, conforme Bauer, Gaskell e Allum (2005, p. 21 apud VIEIRA; RESENDE, 2006)

que as pesquisas documentais em ADC podem buscar textos complementares para fins de análise, como “dados de natureza informal”. Contudo, Vieira e Resende (2006, p. 106) explicam, em relação ao uso de um “corpus complementar”, que “não é possível defini-lo de antemão” uma vez que essa escolha “demanda várias revisões e redefinições ao longo da pesquisa”. A nossa investigação tem como suporte teórico-metodológico a Análise de Discurso Crítica (ADC) alinhada à Linguística Aplicada (LA), ressaltando que esta ciência se situa dentro da tradição das pesquisas que adotam postura engajada e preocupação social, e que, se opondo ao paradigma positivista, adotam uma abordagem crítica nos estudos da linguagem (RAJAGOPALAN, 2003).

Por ser a ADC, ao mesmo tempo, teoria e método, usamos para fins de nossa análise discursiva o enquadre metodológico proposto no modelo tridimensional de Fairclough (2016), que propõe os estudos sobre a linguagem numa perspectiva social e considera o discurso como uma prática social, no qual discurso e realidade social estão ligados de maneira a se retroalimentarem, de modo que um constrói o outro, mantendo-se, modificando-se e questionando as estruturas organizadas, com base nas ideologias e representações presentes e partilhadas na e pela sociedade.

Em nossa pesquisa, também nos baseamos no caminho delineado por Moscovici (2009, 2012) segundo o qual o teórico investigou a RS que a sociedade parisiense construiu sobre a psicanálise. Em sua pesquisa, o autor analisou dois jornais que apresentavam posicionamentos divergentes, um de cunho marxista e outro de cunho religioso. Em consonância com o autor, nosso trabalho analisa textos midiáticos e a RS presente nesses textos. Porém, o autor dedicou-se anos para desenvolver sua pesquisa sobre o tema supracitado, temos consciência que em nossa pesquisa, não dispomos da mesma quantidade material para análise nem do tempo empenhado pelo teórico para realizar sua pesquisa inovadora. Por isso, em nossa pesquisa, mostramos vestígios de representações, dado o número limitado do corpus e tempo dos quais dispomos.

Por fim, consideramos importante em pesquisas críticas o aspecto dialético, pois a pesquisadora, ao compreender a realidade na intenção de transformá-la, também se transforma no processo em interação com os elementos abordados (DEMO, 2004). Essa dialeticidade exposta pelo autor, diz respeito ao fato de que não entramos e não saímos isentos de pesquisas críticas, por isso o compromisso responsável com o lugar social que ocupamos para tratarmos de determinados assuntos, nesse sentido, reiteramos que assumimos a nossa postura feminista e posicionada ideologicamente contra o sistema de opressão imposto pela sociedade, principalmente às mulheres.

3.2 O Corpus

Como relatamos acima, nossa pesquisa usará como corpus notícias veiculadas em um jornal impresso (*O Povo*), especificamente, aquelas publicadas nos cem primeiros dias ou três primeiros meses dos anos de 1986 e 2005. O conjunto dessas notícias constitui nosso corpus e nos dá a condição de desvelar vestígios de RS que emergem desse discurso jornalístico institucional. Observamos que nossa análise considera a linguagem verbal do material, embora em muitos momentos comentamos, apenas a título de ilustração, sobre as imagens dispostas ao lado de algumas notícias.

Para efeitos de caracterização desse corpus, consideraremos notícia como um gênero jornalístico que circula em jornais, revistas, rádio, televisão e internet e que, ao longo do tempo, vem sendo conceituada através de diversos enfoques que ora se confundem, ora se contrastam. No geral, algumas características da notícia costumam aparecer de maneira mais recorrente quando se trata desse gênero, como a atualidade, a imparcialidade e o caráter informativo. A notícia caracteriza-se por relatar os fatos por ordem de importância, na qual os acontecimentos são expostos ao invés de narrados e o processo de construção se dá por meio da seleção, ordenação e nomeação dos eventos (LAGE, 2011). A notícia estrutura-se a partir do lide, primeiro parágrafo explicativo que traz as informações mais relevantes, respondendo as clássicas perguntas (quem, o quê, onde e quando?), os elementos aparecem no texto atravessados por fatores (sociais, psicológicos, comportamentais, etc.) que definem o grau de importância e ordem em que aparecem (LAGE, 2011).

Dentro do que trazemos sobre o gênero notícia para justificar nossa escolha para esta pesquisa, Charaudeau (2012, p. 131) afirma que “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real”, por isso, defendemos que a seleção de notícias, embora passe pelo crivo do interesse público, apresenta decerto posicionamento ideológico dos produtores, pois toda escolha implica exclusão e os fatores que determinam tais escolhas são relevantes para se construir ou reproduzir representações sobre algo/alguém.

O primeiro contato com o corpus foi feito através da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, que conta com uma hemeroteca na qual os jornais referentes aos anos propostos em nossa pesquisa se encontram. No entanto, os arquivos apresentam alguns problemas em relação ao estado de conservação, é um arquivo físico e não digital e algumas notícias estão danificadas pelo tempo. Entramos em contato com o responsável pelo arquivo do jornal num primeiro momento, mas não tivemos êxito na reposta para termos

acesso ao material. Diante dessa circunstância, mandamos e-mail para o jornal *O Povo*, numa segunda tentativa, dando ciência sobre nossa pesquisa e, para nossa surpresa, tendo em vista que o acesso já havia sido negado por telefone, recebemos resposta positiva para fazermos nossa busca no setor responsável pelo arquivo do jornal. Nossa busca passou a ser digital, com a facilidade de salvar os documentos em pastas, que seriam cedidas, em partes, ao fim da pesquisa. As condições de pesquisa e o material a ser analisado melhoraram bastante em relação ao acervo disponível na biblioteca citada.

Numa primeira impressão das notícias separadas para fins de análise, observamos uma diferença muito explícita nos formatos do gênero em questão quando se refere ao tempo. As notícias que se referiam à ex-prefeita Maria Luiza, ano de 1986, traziam um teor menos formal, gerando dificuldades, inclusive, no processo de separação desses textos. Por questões metodológicas, optamos por notícias que trouxessem como tópico discursivo principal sobre as ex-prefeitas, embora, muitas vezes o tópico tenha aparecido de modo diluído ao longo da notícia selecionada. Por tópico discursivo, nos guiamos pelo conceito apresentado por Cavalcante (2005, p. 83) quando traz que:

Nem sempre, necessariamente, um texto apresenta um único tópico central. Dependendo do gênero a que ele pertença, do grau de formalidade, dos propósitos comunicativos e de outros fatores, poderá haver mais de um tópico.

Quando nos deparamos com esses casos, adotamos o critério de prevalência, se ao longo da notícia selecionada, o tema central se dedicasse a comentar ou trazer algo se referindo de modo direto ou indiretamente às prefeitas ou a alguma ação realizada por elas, esta notícia foi para o rol de análise.

As notícias coletadas no jornal *O Povo*, numa impressão preliminar, apresentaram características como a atualidade na escolha dos eventos, quanto estrutura. Podemos identificar que as partes definidas nos manuais sobre o gênero correspondem, manchete, lide e corpo da notícia, embora ainda não tivéssemos nos debruçado sobre como o discurso se materializa através dessa estrutura. Contudo, um primeiro olhar nos mostrou que a escolha temática das notícias trazia traços relevantes sobre o fato das prefeitas serem mulheres, como uma notícia que se referia ao modelo de roupa usada pela prefeita no dia da posse ou o fato que, para nós, apresenta estranhamento em relação à imparcialidade, uma manchete que tendia a apresentar um juízo de valor pelo fato de uma das prefeitas ter escolhido homens para os cargos de secretários em sua gestão.

Percebemos, ainda nesse primeiro contato com o corpus, diferenças em relação à apresentação da imagem das prefeitas em relação aos períodos pesquisados. As imagens ou caricaturas da prefeita Maria Luiza Fontenele costumavam aparecer repetidas; em algumas colunas fixas, como a coluna vertical. Supomos que esse fato pode ter ocorrido devido às condições de produção temporal, já que em 1986 não havia tantas imagens ou condições para produzi-las em momentos diversos como na época da prefeita Luizianne Lins.

Achamos essencial trazer o percurso seguido por nós para que tivéssemos acesso ao material de análise para realização desta pesquisa. Já trouxemos nosso passo a passo de como fizemos o primeiro contato com a empresa, agora vamos trazer os passos seguintes para coleta dos dados.

Em nossa trajetória para que tivéssemos acesso ao arquivo do jornal, fomos à empresa onde se encontrava o acervo por quatro vezes. Havia uma sala dedicada aos documentos na qual dois trabalhadores dedicavam-se à pesquisa e catalogação dos arquivos passados. Durante essas quatro visitas, colhemos todos os arquivos que tivessem o nome das prefeitas ou combinações como “prefeitura de Fortaleza” ou “prefeita de Fortaleza”, os arquivos não foram liberados pelo jornal, a priori, nos deram a opção de pagar por eles, mas continuamos o processo de negociação com a diretoria. O pagamento por arquivo em PDF variava de trinta a dezoito reais (valor mínimo cobrado a partir de 30 arquivos). No início, a pessoa com quem entramos em contato que fazia parte do setor de documentos nos liberou 25 arquivos em PDF e deixamos uma pasta com nosso nome e todos os outros arquivos que faziam referência ao nome das ex-prefeitas, o que totaliza 319 arquivos. Alguns meses depois, com algumas negociações, o jornal liberou todos os arquivos para nós, o que nos deixou muito animadas, pois, assim, pudemos fazer a seleção das notícias de modo mais tranquilo e com tempo necessário para leitura.

Em nossa primeira ida ao jornal (em julho de 2019), ao nos familiarizarmos com o mecanismo virtual de busca, pesquisamos pelo nome completo da primeira prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenele. Apareceu ao todo, no ano de 1986, o total de 112 arquivos, porém, esses arquivos não são todos equivalentes a notícias, há outros gêneros nos quais o nome da prefeita aparece, como editoriais e cartas do leitor. Como já anunciado, fizemos também um recorte temporal: os cem primeiros dias de governo e, em seguida, salvamos os arquivos em uma pasta com o nome da prefeita e com as combinações citadas acima.

A partir da segunda visita ao jornal, começamos a pesquisar os arquivos do período de 2005 equivalentes ao governo da segunda prefeita mulher do município, Luizianne de Oliveira Lins. Usamos o mesmo mecanismo de indexação, porém, nos surpreendemos com

o volume de arquivos referentes a essa busca, ao ponto de precisarmos de duas tardes no jornal para colher todas as ocorrências que diziam respeito à prefeita.

A análise do corpus se deu a partir da pré-seleção dos textos que identificamos como notícias. Posteriormente, decidimos que, por questões temáticas, apenas usaríamos as notícias que compusessem as páginas direcionadas à política. Porém, como foi dito logo acima, após ler todas as notícias que já em sua manchete faziam referências às prefeitas ou prefeituras, líamos o corpo do texto e a escolha se dava pelo tópico central. Em seguida, partimos para uma análise descritiva do contexto social e político no qual as notícias foram geradas e mapeamos os processos de introdução e retomada relacionando-os com os processos constitutivos das representações linguístico-discursivas manifestadas no texto, assim como as escolhas lexicais que corroboram para a construção e/ou presença das reproduções sociais.

3.3 Procedimentos de análise e categoria

Nesta seção, traremos os procedimentos metodológicos de análise e as categorias que nortearam nosso caminho na leitura dos dados selecionados para nossa pesquisa. Como mencionado antes, utilizamos o arcabouço teórico-metodológico proposto pela ADC, o modelo de análise tridimensional. Sendo assim, explanamos abaixo as etapas de análise do corpus.

Na primeira etapa, aplicamos a análise textual, na qual descrevemos os elementos temáticos que constituem a representação social sobre as mulheres em cargo político de decisão emergente no discurso jornalístico do Jornal *O Povo*, a partir dos elementos linguístico-discursivos mobilizados nos processos de lexicalização e referenciação presentes no material de análise selecionado. Tomamos como categorias de análise, nesse primeiro procedimento, os processos de lexicalização, primeiramente e, em seguida, analisamos as notícias com o nosso olhar voltado para os processos referenciação que emergiram no discurso examinado, por nós entendidos como vetores das representações sociais em análise.

Nosso foco foram as escolhas lexicais distribuídas ao longo dos textos e, em relação aos referentes usados, focamo-nos em escolhas que introduziam e retomavam diretamente as ex-prefeitas.

Num segundo momento, trouxemos a descrição da prática discursiva. Tomamos como categorias de análise, nesse segundo procedimento: os processos de produção,

distribuição e consumo das notícias produzidas pelo jornal *O Povo*, como o lugar de onde falam as RS sobre as ex-prefeitas.

Em seguida, analisamos os aspectos referentes à ideologia e hegemonia que subjazem ao discurso presente nas notícias do jornal. Tomamos como categorias de análise, nesse terceiro procedimento, os modos de operação da ideologia de Thompson (2011) e os postulados dos estudos gramscianos propostos por Fairclough (2016).

Por fim, cumprimos a etapa de análise dos dados a partir da análise dos resultados obtidos nas etapas anteriores. A seguir, apresentamos a análise dos dados divididas em etapas de acordo com os pressupostos da ADC no que diz respeito ao método tridimensional de análise.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, debruçamo-nos sobre a interpretação das 31 notícias selecionadas para análise do corpus. As notícias que compõem nosso corpus apresentam as ex-prefeitas como temas centrais, ou seja, são notícias que as têm como tópico discursivo. Partimos dos elementos textuais para descrever a estrutura temática da representação social sobre a mulher cearense em cargo político de decisão, nosso objeto de pesquisa. Na sequência, discorreremos sobre as instâncias de produção, distribuição e consumo de tais notícias, compreendidas como o lugar de enunciação do qual emerge a representação analisada. Por fim, adentramos nas construções ideológicas e hegemônicas que sustentam tais representações.

A seguir conheçamos como se estrutura tematicamente as representações sociais sobre as mulheres em cargo político de decisão nas notícias do jornal *O Povo*.

4.1 Texto

No modelo tridimensional, na ordem do texto, a análise é feita através de categorias textuais, Fairclough (2016) propõe que analisemos o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. No entanto, estas categorias são um ponto de partida, podendo a elas serem acrescidas outras a depender do corpus. Assim, nesta pesquisa, como meio de chegar às RS sobre as mulheres em cargo político de decisão, identificamos e descrevemos os elementos temáticos que a constituem a partir dos elementos linguístico-discursivos envolvidos nos processos de lexicalização e referenciação presentes nas notícias veiculadas pelo jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas de Fortaleza.

Explicamos que separamos os processos de lexicalização dos processos de referenciação por entendermos que embora alguns processos lexicais possam ser entendidos como referentes em alguns contextos, optamos, para nossa análise, dentro dos processos de referenciação, pelas formas que são usados como elementos de introdução e retomada de referentes dentro dos textos.

Abaixo, trazemos a análise dos itens lexicais que dizem respeito à ex-prefeita Maria Luiza e em seguida e em seguida apresentamos a mesma análise em relação à ex-prefeita Luizianne Lins. Por fim, traremos as considerações em torno da análise dos processos de referenciação como foco nos itens de introdução e retomada de referentes no texto, com base na análise das notícias sobre as duas prefeitas.

4.1.1 Lexicalização: Análise das notícias sobre a ex-prefeita Maria Luiza

Para início da análise, destacamos, como nos disse Araújo (2008), que a vitória de Maria Luiza Fontenele foi uma surpresa para a cidade, embora a campanha tenha ocorrido num período importante da história e contado com participação militante assídua, não havia na época indícios de que Fortaleza seria a primeira capital do país a eleger uma mulher para ocupar o cargo de prefeita. Dito isto, fica mais fácil entender a surpresa e o fato da prefeita não ter recebido o apoio preciso para que pudesse desenvolver os projetos de gestão que pretendia. Outro ponto importante é o fato de que o Partido dos Trabalhadores havia sido criado há pouco tempo e, se hoje os partidos que se posicionam mais à esquerda são demonizados, no período em questão a desconfiança e a antipatia era tão maior quanto o desejo de mudança que nutria o sonho e a esperança de pessoas comprometidas com a transformação social. Supomos, inclusive, que essa junção de uma prefeita mulher e o período marcado pelo restabelecimento da democracia depois de um longo período de ditadura militar, foram elementos importantes para o modo como Maria Luiza foi representada pela mídia e o como foi tratada pelos homens do “poder” que faziam parte da política cearense.

Outro ponto que chamamos atenção com o fato de termos mulheres na política é a pauta constante apresentada pela mídia: passou-se a se interessar por assuntos que são associados ao universo feminino. Seguindo a lógica sexista, não é raro encontrar elementos midiáticos representando as mulheres políticas de modo destoante de como os homens políticos são representados, apenas reiterando o que foi dito no início deste trabalho. Temas como vestimenta, estado civil, maternidade, vida pessoal e sexual, são trazidos à baila para julgar o comportamento feminino a partir de uma moral patriarcal. Questionam-se escolhas pessoais ao invés de se preocuparem com as questões administrativas do cargo ocupado pelas mulheres gestoras, isso mostra a marca das diferenças do tratamento do feminino em posições de chefia. Reforçando, assim, que o papel da mulher na sociedade deve estar ligado aos assuntos privados, fortalecendo, pois, a desconfiança a respeito do preparo e da competência das gestoras políticas. É esperado que essas mulheres que entram na política consigam dar conta do universo doméstico, conciliando com a vida pública, por isso, não obstante, o interesse midiático perpassa os assuntos públicos e acabam por abordar demasiadas vezes pautas que poucos dizem respeito aos interesses coletivos, como deveria ser quando se aborda uma figura que ocupa cargo público de decisão.

Dito isto, no grupo de textos sobre a ex-prefeita Maria Luiza, ressaltamos que a escolha dos itens lexicais que aparecem de modo recorrente nas notícias, indicou

explicitamente vestígios de uma representação pautada nos temas relacionados à desconfiança e ao julgamento pessoal. A imagem que associamos à gestora através dessas representações demonstra que a mulher que ocupava o cargo político de decisão da maior instância administrativa da cidade não apresentava competência suficiente para ocupar este lugar conquistado legitimamente.

A análise das 16 notícias sobre a então prefeita Maria Luiza Fontenele nos mostrou uma representação social a partir de três grandes temas, são eles: **função/cargo, sexismo e desconfiança/despreparo**. Abaixo, apresentamos cada tema com as evidências lexicais encontradas nas notícias trazidas para fins de análise.

No que se refere ao bloco do primeiro tema, **função/cargo**, notamos que as escolhas lexicais presentes nas notícias 01ML, 02ML, 05ML, 06ML e 12ML, associam o cargo ocupado pela prefeita como sendo um cargo masculino, por isso ao fazer referência à função da prefeita é usado o termo “*prefeito*” (01ML) no masculino. Assim como, o fato de especificar que a voz da prefeita saiu “*firme*” e “*pausada*” (02ML) durante o discurso de posse. Ora, a primeira prefeita de Fortaleza veio de uma trajetória militante, já havia ocupado cargo na câmara legislativa, portanto proferir discursos em público não era novidade para ela, ao escolher termos de autoafirmação para caracterizar a sua voz, naquele momento, nos dá a entender que foi uma tentativa de justificar a presença dela naquele lugar. Ou, podemos inferir, são formas de mostrar o estranhamento pelo fato de ter uma mulher naquele lugar sempre ocupado por homens.

Constatamos que, nesse campo temático, as fotografias trazidas para ilustrar esse momento da posse, reafirmam as nossas conclusões de que havia uma constante presença de elementos desqualificadores da imagem feminina no cargo de gestão, de modo geral. Nesse escopo, dos aspectos mais amplos do gênero, citamos a fotografia escolhida pelo jornal para ser colocada na festa da posse de Maria Luiza, em uma Praça de Fortaleza. Na foto, a prefeita está no palanque, percebe-se apenas mais uma mulher ao seu lado, e os outros são todos homens. No entanto, o destaque para essa imagem é o fato de o jornal ter publicado o momento no qual o ex-presidente Lula estava falando e não a prefeita, mesmo a festa sendo da posse dela. O ex-presidente Lula, na época, ainda não havia sido presidente, mas já era conhecido como líder político, o que, a nosso ver, não justifica que o registro em foto seja dele falando e não da prefeita recém-eleita da capital.

Ainda sobre as escolhas imagéticas para comporem as notícias, trazemos outro destaque: a prefeita Maria Luiza aparece lendo (com a descrição do ato abaixo da foto) o juramento, olhando para baixo. Para nós, poderia colocá-la olhando para o público ao assumir

o compromisso com a gestão, tendo em vista que a recém eleita prefeita da capital já era bastante desenvolvida para falar em público. Nessa mesma notícia, aparece a imagem da prefeita em um carro aberto, conversível, fazendo um gesto com as mãos em forma de agradecimento e cumprimento por onde passava, uma imagem bastante emblemática, pode significar muitas situações. Corremos o risco de levantar a questão de que essa estrutura composicional denota certa glamourização do evento, pois ao destacar que a prefeita vai ao ato de posse em uma espécie de desfile, aponta como o fato de Maria Luiza ter sido eleita causou estranhamento no contexto social.

No campo do primeiro tema, também percebemos outros elementos lexicais que deslegitimam a prefeita como apta para o cargo ocupado por ela, como dizer que ela precisou pegar “*carona*” por não saber onde estava o carro oficial, revelar o “incômodo” da prefeita ao sentar na “*cadeira*” de sua sala, assim como dizer que ela “*perdeu-se*” ao tentar sair do gabinete de uma das secretarias (05ML). Observamos também o fato de que um prefeito homem, de outra cidade, oferecer “*assessoramento*” (06 ML) e dar conselhos à prefeita para que ela consiga gerir a cidade. Nesse exemplo, caímos na máxima de que aos homens cabe a legitimidade de ocuparem cargos administrativos e que as mulheres precisam de instrução ou apoio masculino para que possam ter sucesso.

Por fim, ainda dentro do primeiro tema, destacar que Maria Luiza não terá “*apoio administrativo*” e que as “*críticas*” (12ML) contra ela são crescentes, fragiliza mais ainda a prefeita em relação ao cargo que ocupa. Percebemos que há uma constante necessidade de colocar em dúvida a validade da prefeita para ocupar o lugar de liderança da cidade ao mesmo tempo em que essa representação social tende a associar ao masculino a competência para exercer tal função. Isso, como dissemos, nos remete a ideia de que a política é um lugar para homens, não para mulheres.

Em relação ao segundo tema, **sexismo**, encontramos nas notícias 03ML, 07ML e 11ML, elementos que evidenciam diferenças discriminatórias baseadas no gênero, associando à mulher características que são consideradas inerentes ao universo feminino. Entendendo que esse universo é baseado em crenças que definem o que é papel masculino e feminino, colocando este em posição de inferioridade em relação aquele. É parte de a ideologia sexista a mídia decidir tratar de temas irrelevantes para a administração pública e focar em pautas de cunho pessoal quando é uma mulher que ocupa o cargo, como dissemos acima.

Em uma notícia (03ML) de quase meia página, o jornal dedica-se a detalhar como foi o dia da prefeita antes da posse, apresentando detalhes do “visual”, como a cor da “roupa”, e especificou como ela realizou o passo a passo da “maquiagem”, “retoques”, “imagem”,

“unhas”, “cabelos” e destaca o fato da prefeita apresentar “nervosismo” antes do evento. As escolhas lexicais que destacam elementos de um mesmo campo semântico, confirmam que, mesmo a mulher ocupando mais alto cargo administrativo de uma cidade, a representação social apresentada é aquela voltada para o destaque na aparência.

Ainda sobre a notícia citada acima, observamos as imagens que compõem a notícia, como elemento de reflexão. O jornal traz duas fotografias nas quais a prefeita aparece recebendo uma escova nos cabelos e em outra com uma amiga polindo suas unhas. Destacar a preparação do visual da prefeita para ir a sua posse; só nos leva ao universo de temas misóginos que permeiam a presença das mulheres na política e a escolha dessas imagens reverberam tal afirmação.

A prática sexista se alimenta da crença de que os homens são superiores, que algumas características pejorativas são intrinsecamente femininas e servem para manter a dominância masculina. Uma dessas crenças diz respeito à amizade feminina, colocando em xeque a relação de lealdade entre as mulheres, alimentar que as mulheres são rivais, que não há acolhimento entre elas, é também um modo de desqualificá-las. Nesse sentido, trazer itens lexicais como “rompimento”, “agastamento” e “racha” (07ML) para falar que Maria Luiza e Rosa da Fonseca, companheira de militância de muito tempo, “romperam” a “amizade” por causa das escolhas da prefeita para ocupar o secretariado, corroboram para uma representação sexista e com base em abordagem pessoal.

Nesse segundo campo temático, também destacamos o fato do jornal enfatizar que a prefeita substituiu um nome do secretariado pelo “ex-marido” (11ML). A apresentação enfatiza “*padre*” (secretário anterior) e “ex-marido”, dando a notícia caráter de chacota ao dar margem para interpretação de que a escolha da gestora é de cunho pessoal, não técnico, e a ênfase na relação conjugal, mesmo se tratando do ex-marido, coaduna com a abordagem sexista ao dar evidência a questões relacionadas à vida privada e não a vida pública, já que se trata de uma gestora pública. Reiteramos que o sexismo presente nesse conjunto de notícias, evidenciados pelas escolhas lexicais, nos dá indícios de RS marcada pela discriminação de gênero.

O terceiro e último bloco temático relacionado às notícias sobre a ex-prefeita Maria Luiza Fontenele apresenta a **desconfiança/despreparo** como marca característica presente nas seguintes ocorrências: 04ML, 08ML, 10ML, 12ML, 13ML, 14ML, 15ML e 16ML. O tema citado está intrinsecamente ligado à sub-representação feminina em cargos políticos de decisão. Essa ligação se explica pelo fato de que a mulher, ao ocupar um espaço na sociedade no qual a presença hegemônica é masculina, é colocada sob suspeita ou em

dúvida quanto à questão de ela estar preparada para estar naquele lugar. Atualmente, muito tem se falado sobre violência política de gênero, porque mesmo hoje, o ano de 2021, o tratamento que a mulher política recebe nos espaços que ocupa e pela própria mídia nos revela indícios de desrespeito, desconfiança e abusos. Desse modo, abaixo explicitamos o conjunto de notícias, a partir das escolhas lexicais, que ilustram nosso último tema sobre a primeira gestão feminina analisada através dos textos.

Começamos por destacar itens que sugerem que a prefeita recentemente eleita recorreu a elementos religiosos para que seu “caminho” pudesse ser limpo e que essa “limpeza” garantiria que a “administração” pudesse ocorrer de forma “tranquila” e “livre” dos possíveis “embarços”. Vale ressaltar que os rituais foram realizados por religiões de matriz africana, logo, houve a explicitação dos ritos que compõem a doutrina como a “pólvora”, a “água” e os “perfumes” que foram utilizados no intuito de “descomplicar” e “purificar” os anos nos quais “Maria” estaria à frente da prefeitura da cidade. Ademais, ao descrever a “benzedura”, nos chamou atenção o uso do termo “talagadas” para expor o uso de álcool durante o rito, algo que é comum a essa prática religiosa, assim como, trazer vocábulos como “cachimbos”, “charutos”, “entidades” e “terreiros” relacionados à religião descrita.

No exemplo citado acima, destacamos o fato de que na notícia 04ML foi preciso dizer que a caminhada da prefeita durante sua gestão constou com apoio místico, trazendo citações que remetem a uma possível tragédia que possa ocorrer durante sua trajetória na prefeitura. No entanto, os problemas que precisam ser evitados parte da personalidade, por isso é preciso limpar o caminho “de Maria”, suscitando a uma RS de desconfiança ou despreparo da prefeita. Outro ponto que nos chamou atenção, porém como análise complementar, foi a ênfase que se deu aos costumes ritualísticos dos umbandistas e candomblecista: questionamos se os modos de representar essa religião e a descrição feita da cerimônia não teve intenção de expor o/ao julgamento racista presente na nossa sociedade aquela época.

A RS que se apresenta da prefeita em Maria Luiza nesse bloco temático mostra uma prefeita despreparada para ao cargo, em posição de desespero, sem condições para assumir e resolver os problemas da cidade, com pouca experiência e precisando sempre “pedir” “ajuda” aos governos, estadual e federal. Não obstante, a ideia de que ele pode a qualquer momento desistir do cargo devido às dificuldades é outro ponto que aparece nas notícias analisadas por nós.

A prefeita é representada como uma gestora de ações vagas e incertas e que está sempre em busca de ajuda, desesperada por apoio. Remete ao pessoal e não ao cargo ou gestão, pois parte da premissa de que as atitudes partem apenas dela e não de uma equipe

gestora. É a mulher pedindo ajuda, não a prefeita buscando apoio com os aliados, como exemplo citamos as notícias 08ML, 12ML e 13ML, conjunto de palavras que se repetem dentro desse mesmo campo lexical como “pede”, “ajuda”, “apoio” e “necessidade” são associadas à pessoa e não à gestora. Nesse campo temático, destacamos também que outras imagens apresentadas nas notícias remetem a essa desqualificação em relação à ex-prefeita, situação, pensadas ou não, nas quais a prefeita está a pedir, a observar alguma transação ou a falar de modo exacerbado, em alguns momentos.

Para fortalecer a imagem da mulher despreparada, é preciso criar um ambiente de desconfiança sobre as ações da prefeita, por isso, apresentar as contradições nas ações da gestora, é fulcral para que o selo de despreparada possa ser a primeira marca da mulher frente a uma gestão. Parte dessa estratégia é descredibilizar a seriedade do processo administrativo. A notícia 16 ML, especialmente, nos chamou atenção pelo fato de, ao comentar sobre uma reunião do secretariado, destacar que não houve formalidade, quando diz que na reunião os secretários foram chamados pelo “nome de guerra”, que aconteceu com “descontração” e que a prefeita foi chamada “simplesmente Maria”. Em 15 ML, seguindo essa linha, do “engano”, é preciso ressaltar os “erros” o pedido de “desculpas” por dar uma informação “errada” e que devido a essa “desorganização”, a prefeita havia causado um “reboiço” e muitos “danos” causados à cidade. Mais uma vez, a necessidade de associar a imagem da prefeita ao “caos” e à impossibilidade de que esta possa resolver os problemas da capital.

Em síntese, as 16 notícias analisadas sobre a RS da prefeita Maria Luiza enquanto mulher em cargo político de decisão nos revelou a seguinte representação: **a mulher cearense em cargo político de decisão é representada como despreparada para ocupar o cargo.**

4.1.2 Lexicalização: Análise das notícias sobre a ex-prefeita Luizianne Lins

Partimos agora para a análise das quinze notícias selecionadas para mostrarmos a RS sobre a ex-prefeita Luizianne Lins. Em princípio, é preciso destacar que após o término do governo de Maria Luiza, a cidade teve quatro prefeitos homens, todos de um mesmo partido, sendo que um deles foi reeleito duas vezes. O primeiro deles foi o então deputado estadual Ciro Gomes, eleito em 1989, saindo da prefeitura para assumir o governo do estado em 1990. Em seu lugar, foi eleito para seu primeiro mandato Juraci Magalhães, este ficou até 1993 e em seguida foi substituído por seu correligionário, Antônio Cambraia. No governo deste último, a gestão passou a durar quatro anos, não mais três como era anteriormente. De 1997 até o ano de 2004, Juraci Magalhães permaneceu na prefeitura da cidade. Durante esses 15 anos,

Fortaleza esteve sob a administração de uma mesma organização partidária, na época o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que hoje não possui mais a primeira letra da sigla. Após esse longo período a ex-prefeita Luizianne Lins ganha a eleição no segundo turno, em 2004, sem apoio de algumas correntes internas do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual era filiada, inclusive da corrente nacional da qual fazia parte o presidente Lula.

A vitória da prefeita foi recebida com um sentimento de mudança e transformação, dado ao longo do período no qual a cidade esteve sob a gestão de um mesmo partido. Nesse sentido, é importante dizer que os temas referentes às notícias sobre a segunda prefeita da cidade concentram-se em dois blocos temáticos: **esperança/mudança** e em outro o **sexismo/dependência**. Sendo o primeiro mais relevante, pois conta com um número maior de ocorrências lexicais e o segundo, mais pontual, pois as ocorrências aparecem de modo inferior se comparar ambos os temas. Um ponto de destaque é que mesmo nas notícias em que a prefeita precisou recorrer a recursos de outras esferas federadas para dar prosseguimento às ações da sua gestão, o compromisso é sempre coletivo, não pessoal, não responsabiliza a prefeita e sim a administração como um todo. Outro fator observado por nós, baseado nas escolhas lexicais, é o fato de que não há o mesmo descrédito dado à Luizianne Lins como ocorreu com a primeira prefeita da cidade.

No primeiro tema, **esperança/mudança**, temos quase toda a totalidade das notícias, são elas: 01LL, 02LL, 03LL, 04LL, 05LL, 06LL, 07LL, 08LL, 09LL, 11LL, 12LL, 13LL, 14LL e 15LL. O uso de léxicos remete ao novo, sempre associando à prefeita a ideia de “gestora” preocupada com a sua “nova gestão” e sua “nova administração”. Entendemos que nessa confiança depositada na nova prefeita, também demonstra um modo de comprometê-la ao colocá-la como ativa e como chefe “aplaudida”, enfatizando as ações ativas da gestora, quando “decreta”, se “esforça” ou profere algum “discurso” sob apreciação e admiração.

Quando se prioriza nas notícias a presença de elementos lexicais ligados ao campo técnico, o número de ocorrências aumenta, e aparece em todas as notícias citadas palavras como “contrato”, “transparência”, “emergência”, “negócio”, “gravidade”, “detalhes técnicos”, “compromisso”, “decretação”, “verba”, “operação”, “sistema” e etc. Percebemos que, pelo menos nesse primeiro período de tempo analisado, a RS sobre a prefeita mostrou uma mulher que estava apta para o cargo que ocupava e que havia depositada nela a confiança e a esperança de que sua administração seria comprometida e séria. Mesmo quando, nas notícias, associavam a ela, constantemente, a militância, a associação político-partidária, ainda assim, percebemos que esse fenômeno ocorria para ressaltar o sentido da mudança e da novidade.

No que diz respeito ao segundo tema, o sexismo/dependência, destacamos as notícias 04LL, 05LL, 08LL, 10LL, 12LL e 13LL. Todos esses exemplos remetem ao fato de a prefeita precisar de “ajuda” e “apoio” administrativo, a diferença é que neste momento, suas ações apresentam, segundo as escolhas lexicais do jornal, “estratégias”, “diálogos”, “articulações” e os demais “gestores” que compõem o grupo gerencial estão envolvidos nos processos. A dependência, nesse caso, acontece mais como necessidade da prefeitura aos demais campos administrativos, não é pelo fato da gestora Luizianne Lins não ter condições ou competência para gerir a cidade.

Nesse bloco, o tema da vestimenta aparece novamente, para corroborar o sexismo presente nas pautas sobre as mulheres em cargo político de decisão, detalhar a vestimenta da prefeita e o questionamento dela não usar vermelho numa reunião federal para negociar recursos para pagamento de dívidas do município, é bastante revelador, embora essa ocorrência tenha aparecido apenas em uma notícia, 10LL (“sem o vermelho”, “calça jeans”, “blusa” e “blazer”).

Na notícia 12LL, quando a prefeita cria uma secretaria com a função equivalente a um chefe de gabinete e convida o jornalista Waldemir Catanho para ocupar o cargo de “extrema confiança”, o jornal apresenta-o como “contemporâneo” da prefeita da época de “movimento estudantil”, colocando em relevância não a criação da secretaria em si, mas o fato do “amigo” ter sido o nome escolhido para a função. Com esse exemplo, fechamos o bloco temático sobre a segunda prefeita mulher de Fortaleza.

Sobre as fotografias trazidas em notícias sobre Luizianne Lins, não temos o mesmo padrão exposto em relação à Maria Luiza, pelo menos não em nossa amostra. As imagens a trazem, na maioria das vezes, sorrindo, negociando, apertando mãos e fechando acordos, essa representação sobre a ex-prefeita coaduna com a detectada por nós nos textos sobre ela nesses três primeiros meses de gestão.

Por fim, a representação sobre Luizianne Lins, levando em consideração a escolha dos elementos lexicais acima examinados, nos revelou que **a mulher cearense em cargo político de decisão é representada como elemento de mudança e transformação para ocupar o cargo.**

No escopo das 31 notícias, chegamos a seguinte representação social sobre a mulher cearense em cargo político de decisão: **a mulher cearense em cargo político de decisão é representada com desconfiança e com esperança de mudança e transformação.**

4.1.3 Referenciação: Análise das notícias sobre a ex-prefeita Maria Luiza e Luizianne Lins

No que concerne à análise dos elementos textuais em relação aos procedimentos referenciais, partimos do pressuposto de que as formas de referenciação escolhidas para representar os objetos do discurso no que se refere à introdução e retomada desses referentes no texto são vetores de RS. Para tanto, deixamos explícito que, como em nossa pesquisa, importa desvelar o modo como as ex-prefeitas são representadas, consideramos as referências diretamente ligadas a elas, importa-nos descrever como elas são introduzidas e retomadas nas notícias. Portanto, consideramos as prefeitas nosso objeto discursivo e, nesse sentido, analisaremos os termos direcionados a elas.

Por conseguinte, em relação à leitura do corpus sob a ótica da referenciação, explicamos que as escolhas de referentes são importantes para o processo de construção e representação da imagem dos objetos do discurso. Concordamos com Koch (2017, p. 35) quando a autora diz que “o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido”. Tal afirmativa revela que o modo como os elementos referenciais são escolhidos pelo produtor do texto é motivado e, nessa perspectiva da nossa análise, podem ser vetores de representações sociais.

Com base na teoria da construção de sentidos a partir do fenômeno referencial, fomos aos textos em busca de formas referenciais apresentadas para apresentar, descrever e retomar ambas as prefeitas ao longo dos textos. No entanto, ao analisarmos as notícias selecionadas, percebemos que, com base em nossa leitura dos dados, os processos referenciais que se apresentam nas notícias não sustentam nossa ideia inicial de que eles poderiam, nessas circunstâncias, apresentar as RS sobre as prefeitas.

No entanto, ousamos fazer alguns apontamentos sobre o resultado dessa análise. Ao lermos atentamente todas as notícias selecionadas, seguindo nosso critério da topicalidade discursiva, percebemos que o universo de referentes relacionados às ex-prefeitas segue um mesmo padrão: variam entre nome próprio (o primeiro, o primeiro e o segundo ou, no caso da Maria Luiza, dois primeiros nomes e sobrenomes), o uso do cargo e, algumas vezes, se estendendo para a cidade (como prefeita e prefeita de Fortaleza) e retomadas através do pronome pessoal tal (ela). Contudo, é importante salientar que, nas notícias sobre a segunda prefeita, percebemos também o uso do termo *prefeita* para referir-se a ela, não o suficiente para considerarmos uma mudança significativa

Para nós, ao usar a afiliação partidária da prefeita para referir-se a ela corrobora com a informação que trouxemos anteriormente de que o fato de a prefeita ser de um partido de esquerda e suceder um partido antagonista que estava à frente da gestão há muito tempo potencializa o destaque partidário. Mesmo que a ex-prefeita Maria Luiza também tenha sido prefeita enquanto estava filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores), entendemos que, na época, o fator surpresa era a primeira mulher na prefeitura, enquanto o fato do PT ter ganho eleição em 2004, depois de um período longo, foi o que mais destacou-se, segundo nossas interpretações.

Por fim, consideramos que o fato de nossa análise não ter apresentado os resultados esperados, que os referentes utilizados para se referirem às ex-prefeitas, seriam vetores de representação social, isso não significa dizer que o processo de referenciação não seja elemento produtivo para chegarmos a essa RS. Avaliamos que é comum às notícias estratégias de introdução e retomada dos objetos do discurso, no caso das ex-prefeitas, os textos que a traziam como tópico discursivo, precisavam retomá-la diversas vezes e que o critério pareceu estar mais associado a uma exigência de progressão textual. Constatamos que mesmo as formas de referenciação escolhidas não tendo nos levado aos vestígios de RS como prevíamos, ainda assim o contexto das notícias, assim como a composição dela no geral, nos leva a afirmar que havia uma constante presença de elementos desqualificadores das imagens femininas no cargo de gestão, de um modo geral.

Outro fato que gostaríamos de destacar é que, em algumas notícias sobre a primeira prefeita, havia uma preferência por apresentá-la no texto como *Maria*, apenas, o que à priori pareceu um meio de trazê-la à informalidade ou de dar ao seu governo um caráter menos, principalmente quando o faz logo nas manchetes associadas a temas negativos. Porém, tal lógica não se comprovou nas outras amostras, assim como também não foi verificada nas notícias que se referiam à prefeita Luizianne Lins. Logo, constatamos que a variação de escolhas dos termos referentes foi realizada para construir a progressão textual.

Em relação à análise textual, concluímos que o arcabouço linguístico-discursivo é fator relevante para a construção e/ou manutenção de representações sociais, pois as escolhas que operam no nível do texto servem ao projeto de dizer algo e construir sentidos.

A seguir, partimos para a análise descritiva das circunstâncias de produção, distribuição e consumo dos textos analisados nesta pesquisa.

4.2 Prática discursiva: produção, distribuição e consumo

Na dimensão da prática discursiva, de acordo com Fairclough (2016) analisamos o contexto de produção, distribuição e consumo dos textos e como os diferentes discursos são atravessados pelos fatores sociais envolvidos nesse processo. Partimos da caracterização do tipo discursivo em questão, o ambiente de distribuição, tais como os elementos que contribuem para que essa distribuição se dê e as formas de consumo.

Entendemos um jornal como instituição comunicativa que contribui para a produção e a reprodução de representações a partir do discurso e que tais textos são produzidos a partir de um ideário coletivo e são consumidos também por uma coletividade. Para a leitura dos nossos dados, entendemos que a prática discursiva é o lugar de onde fala as representações sociais e, dentro dessa abordagem, damos conta de que a produção, distribuição, consumo dos textos e o contexto social de todo esse processo contemplam nosso objetivo para esta pesquisa, sendo suficientes para apontar as formas de enunciação da representação social em análise.

No que concerne ao discurso jornalístico, compreendemos a inegável importância da comunicação para a humanidade. Comunicar pressupõe o direito à informação, bem inalienável ao povo em quaisquer democracias, mesmo naquelas que apresentam algum tipo de limitação, ou ainda para uma boa organização social, assim como o direito de informar é igualmente necessário. Aliás, o direito à comunicação está profundamente ligado à essência do que é “Ser Humano”. Segundo Guareschi (2013, p. 23):

A liberdade de pensamento, de expressão, de culto, de reunião etc. já faziam parte da primeira geração de direitos humanos. Mas eles se manifestavam de forma extremamente restritiva como, por exemplo, no direito à informação (ser bem-informados, e buscar a informação livremente em qualquer lugar que fosse necessário). O direito humano a essa liberdade, contudo, é muito maior: é o direito de o Ser Humano extrapolar de si, multiplicar-se, entrar em contato com pessoas e o mundo.

Diante desse postulado, temos, na comunicação jornalística, um instrumento relevante para que o direito humano à comunicação seja garantido. Ela se apresenta como um dos meios pelo qual a comunidade fica a par de informações, com o ato de tornar públicos acontecimentos passados e presentes, podendo até expor ideias e pretensões futuras sobre funcionamento e programação de uma cidade, de um estado, de um país e, ainda, sobre o mundo. Nesse sentido, os jornais brasileiros atuaram e atuam nos processos de decisões e direcionamentos políticos, econômicos e sociais do país. Com um modo de produzir e

distribuir essas informações, a imprensa no Brasil foi modificando-se, desenvolvendo-se e, de acordo com o desenvolvimento e necessidade da sociedade, foi adequando-se aos novos modos de comunicar.

A mídia impressa começou a circular em solo brasileiro, em meados de 1808, com a chegada da família real, porém, com acesso bastante restrito e permeado pela censura instaurada pelos monarcas que aqui estabeleceram residência fixa após terem fugido de Portugal em circunstâncias de guerra, como nos é contado pela História. Apenas no período que prenunciou o acordo para independência da colônia, em 1821, houve uma diminuição nas restrições que permeavam os jornais. Seguindo essa linha do tempo, a história da mídia impressa durante o período histórico do Brasil, desde a colônia até o período republicano, acompanhou as nuances do autoritarismo presentes nos sistemas de organização econômicas, ora mais intenso, como nos regimes fechados (ditaduras), ora mais ameno, com acordos de liberdade de expressão (SODRÉ, 2011).

No Ceará, a produção jornalística alcançou destaque no desenvolvimento de sua mídia impressa, aparecendo como o segundo estado do nordeste com maior quantidade de títulos no primeiro centenário da imprensa periódica do Brasil. De acordo com os dados apresentados pelo Tomo Consagrado ao Centenário da Imprensa Periódica¹³ de 1908, o Estado havia lançado até aquela data 947 títulos de jornais, perdendo apenas para Pernambuco, que contava com 1622 publicações (COSTA, 2019). Apesar da vasta produção no estado, em meados dos anos 70 ainda se questionava a qualidade intelectual da produção jornalística dos periódicos produzidos na capital. Nobre (1975, p. 159) lembra que

A Imprensa de Fortaleza conta com bons editorialistas, redatores e repórteres, tendo nela se iniciado jornalistas que se sobressaem, profissionalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, etc. No entanto, não se pode afirmar que ela se faça notar pela qualidade intelectual, pois a maior parte do seu pessoal se constitui de jovens tarimbados na própria atividade. A instituição de um Curso de Jornalismo na Universidade Federal do Ceará verificou-se em 1966, de maneira que somente daqui a alguns anos haverá profissionais devidamente capacitados.

Quando o autor escreveu sobre a história da imprensa cearense, o jornal *O Povo* já existia há algum tempo, havia sido criado anos antes, mais precisamente no dia 07 de janeiro de 1928, há exatos 92 anos, tendo se tornado o mais antigo jornal impresso do Ceará. Como prática comum na mídia brasileira, o jornal nasce como uma empresa familiar, tendo como

¹³ Tomo consagrado á exposição comemorativa do primeiro centenário da Imprensa periódica no Brasil promovido pelo mesmo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Acessível na Revista trimestral Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1908.

fundador e primeiro presidente por 15 anos Demócrito Rocha e, após sua morte, foi presidido por seu genro, Paulo Sarasate, que ficou 25 anos no cargo. A presidência do jornal foi sucessivamente substituída por membros da família e, coincidentemente, nos anos de 1986 a 2005 foi gerenciada por Demócrito Dummar, que assumiu o cargo maior do jornal em 1985 e nele permaneceu até 2008, quando o sucedeu, na linha hereditária, sua filha, bisneta de Demócrito Rocha, Luciana Dummar que, até o momento dessa escrita, permanece no cargo. A seguir, uma breve identificação do primeiro presidente e fundador do jornal, o presidente que esteve à frente da gestão no período o qual pesquisamos e, a título de ilustração, a atual presidenta da empresa.

Demócrito Rocha nasceu na Bahia em 1888, mas, na juventude, mudou-se para Fortaleza, em 1912, aos 24 de idade. Tendo experienciado o trabalho desde a infância, foi nesta cidade que começou a sua afinidade com a teia de produção jornalística, criando revistas para jornais como *O Ceará* e *Ibiapina*. Em 1927, já casado e pai de duas filhas, já tinha planos de criar seu próprio jornal, o que veio a ocorrer no ano seguinte. Era afeito aos temas literários, trazendo para as páginas do seu jornal nomes de peso da literatura cearense, como Rachel de Queiroz e Jader de Carvalho. Em 1934, concorreu ao cargo político de deputado federal, foi eleito, mas teve seu mandato interrompido em 1937, quando o então presidente da república, Getúlio Vargas, fechou o congresso. Sua morte, em 1943, causou grande comoção na cidade, de modo que, em respeito ao seu legado, vários jornais e rádios locais paralisaram sua programação.

O presidente dos anos os quais estudamos nesta pesquisa, Demócrito Dummar, assumiu uma postura diferente em relação à política. Ao contrário do avô e do tio, Paulo Sarasate (segundo presidente do jornal), ambos foram deputados federais, Demócrito Rocha não quis seguir a carreira política partidária; contudo, através do jornal, levantava bandeiras que, a seu ver, defendiam o crescimento e o desenvolvimento do estado. Dos 17 anos de idade até o ano de sua morte, em 2008, esteve à frente do jornal por 45 anos, um amor e um cargo herdados de família. Foi atuante no cenário nacional e internacional no meio jornalístico, chegou a ocupar cargos de presidência e vice-presidência em várias associações e foi membro da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), representando empresas do continente americano.

A atual (2021) presidenta, Luciana Dummar, foi a mais jovem a assumir o cargo. Formada em Administração de Empresas, começou a trabalhar no jornal, a exemplo do pai, passando por vários setores, até assumir o cargo maior. Seu interesse nas mídias digitais sempre foi um aspecto importante de sua atuação.

O Povo passou por uma série de transformações gráficas desde a sua criação. No princípio, contava com apenas 16 páginas, com textos divididos por linhas pretas e sem uma fonte específica. Não demorou muito, e o jornal seguiu todas as atualizações gráficas, sendo atualmente referência no que diz respeito à tecnologização e à atualidade referente ao seu projeto gráfico.

O jornal cresceu e passou por variadas mudanças, de forma que, atualmente, compõe um conglomerado de mídia que atua no setor da comunicação cearense, composto além do jornal impresso, pelo portal *O Povo* on-line, fundado em 2009, por mais quatro emissoras de rádio, por um canal de TV e por quatro revistas. O grupo também criou, em 1985, a Fundação Demócrito Rocha, quando Albanisa Sarasate era a chefe-mor. O jornal é hoje o segundo em número de tiragem na cidade, só perdendo para o concorrente no Estado, *Diário do Nordeste*, que pertence ao Grupo Edson Queiroz. No entanto, desde 2012, deixou de circular no interior e passou a circular apenas na capital e na Região Metropolitana de Fortaleza. Não tivemos acesso ao número de tiragem na cidade no período no qual as notícias analisadas foram publicadas. Atualmente, como é comum aos novos tempos, há uma disparidade entre o consumo de jornal impresso e o jornal no formato digital e das mídias digitais como um todo, sendo estes em número muito superior em acesso em comparação ao primeiro. A respeito desse tema, Serrano (2013, p. 149, supressão nossa) comenta sobre uma “crise de distribuição” de jornal impresso como elemento presente na estrutura atual de se fazer jornalismo, vejamos:

Essa crise afeta a imprensa escrita. A metodologia de entregar os jornais nas bancas todas as manhãs, expô-los ao público e esperar que o cidadão se desloque até lá para compra-los tornou-se obsoleta por muitas razões. Em primeiro lugar, devido ao atraso na informação: os conteúdos informativos chegam ao público em torno de oito horas depois de serem escritos pelos jornalistas. Outro inconveniente é que garantir a oferta implica na devolução de um grande número de exemplares e, conseqüentemente, em desperdício econômico [...].

A distribuição do jornal em questão era e continua sendo diária, (atualmente o jornal impresso é comercializado pelo valor de três reais, sendo cobrado um real a mais na edição de domingo, a assinatura diária varia de acordo com o pacote, que vai de quarenta e noventa a sessenta e cinco e noventa, incluindo o conteúdo on-line). Os cadernos e editoriais permanecem fixos e abordam fatos e acontecimentos políticos e administrativos. O uso das colunas foi popularizado a partir de 1950, tornando-se uma forma de divulgar pessoas de maneira pouco usual, admitindo-se o uso da informalidade e, muitas vezes, partindo para assuntos ou temas cotidianos (NOBRE, 1975). Aos domingos, *O Povo* e os outros jornais da

época publicavam uma edição especial, acrescentando assuntos ligados à arte, cultura e afins. As edições especiais de domingo permanecem nas práticas diárias da produção jornalística em estudo.

O Povo dispõe de uma Carta de Princípios, escrita pelo conselho de editores e produzida em 1989, e de um Código de Ética, escrito após dois anos, feito para se juntar à Carta de princípios. Um detalhe interessante sobre a ocasião da construção da Carta de Princípios é o fato de não ter sido permitido por Rachel de Queiroz, que compunha o conselho editorial do jornal, que este se declarasse politicamente com a social-democracia. Na reunião, a escritora alegou que o fundador do jornal não concordaria com tal vinculação, pois era ligado aos ideais anarquistas (ARAÚJO, 2008). Destacamos que durante a ditadura militar, o segundo presidente do *O Povo*, Paulo Sarasate, mantinha com o primeiro general presidente pós-golpe militar, Castello Branco (1964/1967), uma relação de proximidade e alinhamento ideológico (NOBRE, 1975). Vejamos a Carta de Princípios e o Código de Ética na íntegra:

Quadro 1 – Carta de princípios

(Continua)

Tendo como pressupostos que a informação constitui um bem essencial na sociedade moderna e que ela se incorpora e se associa ao patrimônio da comunidade e aos direitos do cidadão, O POVO fundamenta os seus objetivos e as condições do pleno exercício da sua missão no reconhecimento do papel superior da Imprensa, posta a serviço da verdade, na defesa da livre manifestação das ideias, do princípio da divergência e do espírito crítico, como condição da preservação das prerrogativas democráticas da cidadania. Esta Carta apoia-se nesses princípios, que consubstanciam a orientação da linha editorial do O POVO, nascida de um compromisso assumido pelos seus Fundadores e que permanece íntegro nos valores, nas crenças e nos propósitos dos que nele trabalham.

LIBERDADE - Elemento fundamental ao exercício da imprensa, a liberdade representa a garantia do direito e do dever de informar, comentar, criticar e denunciar.

IMPARCIALIDADE E LEALDADE - Todo cidadão tem direito a um tratamento leal e imparcial, independentemente da posição do O POVO em relação a ele.

DEMOCRACIA - O próprio nome do O POVO define a opção democrática que sempre foi e sempre deve ser de defesa das causas populares, inspiração de todas as formas democráticas de organização e fonte de permanente legitimidade do Poder institucionalizado.

JUSTIÇA - O respeito à Justiça, entendida como regra que fixa a base dos interesses comunitários, funciona como elemento mediador entre conflitos que contrapõem o direito de informação às pressões do poder público e econômico.

ÉTICA - Em toda função jornalística a preocupação ética há de ser dominante. Ela é o centro aglutinador dos demais conceitos afins - Justiça, Imparcialidade e Lealdade.

POLÍTICA E IDEOLOGIA - O POVO nasceu de um programa político e ideológico. Veículo de informação e órgão de opinião, deve exercer essas duas missões com fidelidade aos fatos e ao seu ideário, quando opinativo.

(Conclusão)

REGIONALIDADE - A defesa das aspirações e dos valores da Região, prolongamento do conceito maior da nacionalidade, incorporou-se às tradições do O POVO, desde os tempos do seu Fundador. A defesa dos interesses regionais e o combate ao subdesenvolvimento constituem a projeção natural das expectativas dirigidas para a consolidação de um pacto federativo justo e harmonioso.

CULTURA E EDUCAÇÃO - A Cultura e a Educação representam valores solidários e indissociáveis na construção de uma sociedade.

MODERNIDADE - Mais do que uma questão de estilo, a modernidade importa em um processo contínuo de renovação das formas de pensar e de agir, intensificadas com os anseios e as aspirações da sociedade, com o respeito indispensável pelas opiniões sobre os fatos e as ideias. Fiel aos compromissos que lhe deram origem, ao tempo da sua fundação, O POVO tem o espírito voltado para a inovação e a modernidade, associando passado e presente como condição e antecipação do futuro.

Fonte: Elaborado pela autora. ¹⁴

Quadro 2 - Código de ética da empresa jornalística o povo

(Continua)

Tradição e modernidade são características marcantes do O POVO, uma empresa/instituição entranhada na vida dos cearenses. Este documento, proposto pela Diretoria para discussão interna e aberto a sugestões de nossos leitores e clientes se junta à CARTA DE PRINCÍPIOS elaborada pelo Conselho Editorial, com a intenção de somar à experiência do passado compromissos que o presente impõe como condição e antecipação do futuro.

PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS DA EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO

Somos Instituição e Empresa. Integradas, cada uma deve dar suporte à outra. Nossos interesses e nossos deveres nos obrigam a bem identificar os limites de cada uma, que não devem conflitar, mas serem harmonizados, sem sobreposição. A união desses dois conceitos surge do fato de lidarmos com a informação, bem essencial nas sociedades contemporâneas e patrimônio da comunidade, o que confere a O POVO papel decisivo na difusão das ideias, na aceleração da economia, na elevação do padrão de cidadania, enfim, em todas as instâncias do interesse coletivo e privado. Tal consciência nos impele a lançar e tornar públicos nossos princípios e compromissos empresariais.

DO PROGRAMA EDITORIAL

Nosso compromisso maior é com o leitor. Temos a obrigação e o interesse de bem informar. Quem faz e quem comercializa jornal precisa estar convencido de que buscar a satisfação do leitor é uma atitude de proteção ao próprio negócio, sem deixar de compreender que, como um produto que reflete a própria sociedade, o jornal também pode vir a desagradar a pequenos e a grandes grupos de leitores, no cumprimento do seu papel de informar e opinar. Mas é, e sempre será, o leitor o controlador e aprovador ou censor do resultado do nosso trabalho.

A informação será sempre passada ao leitor de maneira precisa, exata, substantiva, respeitando-se os limites da privacidade e do bom senso. Adotaremos uma atitude crítica e fiscalizadora dos atos das pessoas, empresas, instituições e poderes públicos, sendo tal postura aplicável a particulares e à empresa privada, quando se configurar, clara e continuamente, agressão aos direitos individuais, à comunidade e ao interesse público.

Contribuiremos para a formação de uma consciência crítica da comunidade, procurando estimular o surgimento e o debate de novas ideias e a discussão e aprofundamento de velhas questões não resolvidas. Fiscalizaremos a ação dos poderes públicos na defesa do interesse comunitário e da cidadania, na busca do equilíbrio político e no fortalecimento das instituições e liberdades

¹⁴ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/conhecaopovo>. Consultado em JAN, 2021.

democráticas.

DA GESTÃO

Consolidar a lucratividade e a independência da empresa;

- Racionalizar e aperfeiçoar a gestão dos negócios;
- Manter uma posição de liderança e vanguarda;
- Avançar tecnologicamente, antecipando-se às exigências do mercado;
- Treinar, valorizar e integrar nosso pessoal, mantendo ambiente favorável a ganhos de produtividade e à realização pessoal.

DO PRODUTO E DO MERCADO

- Fazer o produto chegar ao mercado em condições cada vez mais atraentes ao consumidor;
- Oferecer ao mercado um produto superior e claramente diferenciado;
- Buscar a excelência no atendimento aos nossos leitores e clientes;
- Em projetos, programas e eventos especiais, a Empresa atenderá demandas e interesses legítimos da comunidade e seus segmentos representativos, fazendo propostas consistentes, procedentes e consequentes;
- Cercar as ações comerciais de cuidado ético, sobretudo quando realizadas com entidade pública, de maneira que possam atender à transparência que caracteriza a nossa postura institucional;
- Aumentar a frequência e a profundidade das contribuições concretas ao desenvolvimento da Região;
- Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico da Região, procurando influenciar positivamente a iniciativa privada de interesse geral e cobrando a ação pública;
- Informar e formar opinião consentânea com os valores da livre iniciativa.

DA IMAGEM

- O produto deve contribuir cotidianamente para consolidar seu conceito de veículo de comunicação independente, pluralista, apartidário, ponderado e fiscalizador; Enquanto anunciante, a Empresa deve apresentar-se ao mercado de forma exemplar, veiculando anúncios próprios e campanhas publicitárias com a maior frequência possível, avaliando seus resultados;
- A empresa deve buscar uma inserção especial e relevante na sociedade, participando mais do que frequentando, antecipando mais do que acompanhando, informando mais do que noticiando, formando opinião mais do que opinando;
- Fixar e manter a melhor imagem possível da empresa, do produto e de seus serviços é um processo que envolve a todos, no dia a dia do trabalho ou na convivência comunitária, devendo nossos executivos ficar atentos e agir em harmonia com este objetivo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Empresa não oferecerá gratuitamente seus produtos e serviços normalmente comercializados, sendo vedados favores e concessões injustificadas; A Empresa e seus representantes devem ter para com seus concorrentes uma avaliação, tanto quanto possível, positiva e discreta; Devemos manter para os não-clientes, para o inusitado, para as ideias novas, para as minorias, para o não-ortodoxo e não-consensual e mesmo para os que nos criticam, uma atitude de franca e positiva abertura.

Fonte: Elaborado pela autora.¹⁵

Ao lermos os dois documentos oficiais do jornal, observamos que ambos apresentam compromisso com a produção de informação voltada para os interesses da população em geral; no entanto, observamos que esse comprometimento é selado de maneira muito contundente no segundo documento. No Código de Ética escrito em 1891, percebemos

¹⁵ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/conhecaopovo>. Consultado em JAN, 2021.

que o papel do grupo editorial do jornal passa a ser o desenvolvimento de um posicionamento crítico com vistas a despertar consciência igualmente crítica na comunidade de leitores. Outra observação pertinente a qual atentamos é o fato de o documento, que foi produzido posteriormente, preocupar-se em evidenciar o sujeito “leitor” como consumidor da programação diária da empresa.

Neste caso, há uma preocupação em dirigir-se a este leitor/consumidor e a ele direcionar o código. O fato também de a empresa assim se apresentar, como instituição privada, que distribui um produto comercial e preocupada com a qualidade deste produto que entrega aos seus clientes, coaduna com o fato de o jornal ter, no início dos anos 90, tomado uma atitude de “industrializar” a produção e dar ao grupo o caráter de empresa, como de fato é, privada (ARAÚJO, 2008).

A RS analisada nessa pesquisa está contextualizada nessa rota de produção, distribuição e consumo, ao passo que tais elementos são constitutivos para a elaboração de tais representações, pois os conteúdos que circulam na sociedade estão sujeitos às interações que surgem em torno do contexto social. Toda essa dinâmica é permeada pelo “texto sócio histórico que remete às construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto-discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais” (SPINK, 1994, p. 122).

Porém, o primeiro texto, construído por um conjunto de editores anteriores, trouxe temas mais gerais e muito alinhados ao pensamento e aos ideais positivistas, de forma mais ampla e poética, se assim atentarmos para a comparação. Há no texto, a exposição de valores que são inerentes aos princípios básicos dos direitos universais, sem um posicionamento mais firme e direto do grupo enquanto empresa privada voltada não apenas para distribuição de informação, mas para a comercialização de conteúdo e propaganda de produtos.

O projeto gráfico do jornal *O Povo* tornou-se referência em termo de técnica no Ceará e muitas mudanças ocorreram ao longo dos anos. Do ano de 1986 para 2005, notamos mudanças significativas como o número e a atualidade de imagens, o colorido das páginas que outrora eram apenas bicolores, dentre outras características que seguem as modernizações das redações como um todo.

Em relação à circulação dos periódicos, antes da inserção dos meios digitais, os jornais eram distribuídos de três maneiras: vendas em bancas de revistas, vendas avulsas e as assinaturas. No entanto, em termos financeiros, o que sustentou durante muito tempo os jornais foram os contratos com empresas para propaganda e divulgação e o apoio das instituições públicas que tanto anunciavam como fechavam pacotes de assinaturas. Sobre a relação do *O Povo* com o poder público, falaremos um pouco no decorrer deste capítulo.

Para que uma empresa ou instituição pública possa anunciar no jornal, era preciso checar o alcance da distribuição, ou seja, só era vantajoso anunciar em jornais que tivessem um índice de consumo alto. Para saber esse alcance, os jornais e empresas contratavam o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e, de acordo com os dados, anunciavam ou não no jornal em questão. No entanto, mesmo *O Povo* sendo uma contratante do IVC, nossa pesquisa não teve acesso aos dados de distribuição, procuramos alguns setores do jornal, mas não obtivemos resposta positiva neste sentido. Já em 2005, em relação à distribuição, o jornal já havia passado por reformas tecnológicas, já havia a assinatura digital, portanto, o alcance aumentou e, novamente, não tivemos acesso aos números reais ou aproximados de assinantes e consumidores.

Em relação à estabilidade e à continuidade do jornal, o período dos anos 80 foi marcado pela redemocratização do Brasil, quando a política estava começando a se reorganizar dentro dos moldes democráticos e, nesse momento, o jornal *O Povo* apresentava uma crise financeira que perdurou até meados de 1986, quando foi criado o plano Cruzado. No entanto, dentre muitas saídas para a crise da primeira metade dos anos e para a manutenção do próprio jornal, uma delas foi melhorar e estreitar a relação com o poder público. Essa relação era essencial para manter a sobrevivência dos jornais impressos, pois assegurava uma expressiva parte da receita dos jornais (ARAÚJO, 2008). Sobre a relação essencial que se construiu entre poder público e jornal no período pós-ditatorial, período este que marca as primeiras eleições diretas no ano de 1985, Araújo (2008, p. 99-100, supressão nossa) explica que:

Naquele momento, os governantes estavam acordando para a importância da comunicação para seus projetos políticos de gestão. Não custa lembrar que imperava uma realidade que se arrastava por quase duas décadas num regime com pouca ou nenhuma abertura, com governadores biônicos e presidentes-generais. [...] No entanto, com a gradual abertura do regime, a cada dia ficava mis evidente o poder de alavanca da comunicação nos atos e fatos mais simples da administração pública. [...] O poder público organizou-se para administrar as verbas de publicidade, para gerir a comunicação, para gerenciar a informação. Não era raro que essa estrutura da máquina pública negociasse, no bom sentido, direto com as redações, o maior ou o menor destaque a um fato ou a um ato público, a um ou outro personagem, a uma ou outra proposição. A caneta do poder público tem muita tinta [...].

Foi nesse contexto que o jornal ganhou muito dinheiro nas campanhas para governador do estado no ano de 1986, ano em que a prefeita Maria Luiza assumiu a prefeitura de Fortaleza, ocupando-se da disputa eleitoral entre o então candidato a governador Tasso Jereissati e Adauto Bezerra. Segundo Araújo (2008), tanto um lado como o outro investiram muito dinheiro em propaganda e visibilidade na época. O resultado do pleito foi vitorioso para

o candidato do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que, tão logo assumiu o cargo, cortou o clima de romance com o jornal, deixando de anunciar no *O Povo* durante seu mandato. Ademais, um dos grandes gargalos do mandato de Maria Luiza foi a falta de diálogo e apoio que o então governador eleito assumiu durante a gestão da ex-prefeita.

O envolvimento de um jornal com uma campanha eleitoral pode ser decisivo para os resultados. Assim, segundo Araújo (2008), foi a demonstração de força do jornal *O Povo* nas eleições para prefeitura de Fortaleza de 1985. O autor afirma que o candidato favorito para a disputa era o atual prefeito Paes de Andrade, porém, durante a eleição ele sofreu desgaste constante no noticiário do jornal durante todo o processo eleitoral, assim como o jornal repercutia com mais ênfase as candidaturas e notícias que se referiam aos outros candidatos: Maria Luiza, que parecia não ter chance alguma, e Lúcio Alcântara, que também não era o favorito na disputa. No entanto, o resultado com a vitória da única candidata mulher e a derrota do candidato principal surpreendeu a todos, ao que comenta Araújo (2008, p.121):

Esses acontecimentos que envolvem a cobertura do *O Povo* nas eleições municipais de 1985 e o surpreendente resultado das eleições (Maria Luiza, do PT, no poder) mostram a força do *O Povo*. Bem direcionada, equilibrada, precisa, essa força do *O Povo* seria decisiva em qualquer processo da política local. Em outras palavras: em qualquer disputa de poder, a posição do *O Povo* era, naquele momento, definidora.

O comentário acima aborda um aspecto crucial sobre o papel dos meios de comunicação na formação de opinião da sociedade. O modo como se dá essa organização social é fundamental para a construção da democracia. Nesse sentido, a lógica do sistema capitalista que torna tudo em produto, com donos e consumidores, coloca nossa mídia nas mãos de algumas famílias. Assim, fica claro para nós que, mesmo com a revolução tecnológica e os novos meios de comunicar ainda há no nosso país um modelo autoritário que privilegia poucos para que se apresentem como alternativa midiática. Dificilmente poderemos atingir algum estágio de democracia plena sem abordarmos o fato de que é preciso regular os meios de produção da mídia (GUARESCHI, 2013).

As informações contidas em um jornal não são livres das relações de poder presentes no contexto de sua produção. A escolha das notícias, assim como, o que enfatizar, para qual voz se abrirá espaço, são formas manipuladoras de decisão, que condizem com a função dos responsáveis pela manutenção de uma instituição que divulga conteúdo informacional. *O Povo* em sua criação defendia ideias democráticas e, durante muito tempo, ocupou lugar de prestígio por ser considerado um jornal sério e responsável, sendo uma das vezes que ressoou durante muitos anos na conjuntura municipal. Ainda assim, não podemos

desconsiderar o fato de a empresa defender interesses que condizem com o que o momento da história pede. Se pudéssemos fazer um juízo de valor até esse exato momento, diríamos que há de se avaliar com olhar crítico os interesses de uma empresa privada, seja ela qual for, que se propõe a reproduzir conteúdo informativo.

Atualmente, o jornal *O Povo* é considerado referência por ser o número um em premiações importantes na área da comunicação social. Esse reconhecimento público e dos pares atesta para o compromisso no fazer jornalístico da instituição. No entanto, reiteramos que não se dissocia um meio de comunicação de sua época, de seus interesses e da sua normatividade social, que entranha em pessoas de um tempo/espço. O jornal é produzido por pessoas que representam todo um meio que o permeia, numa cadeia que envolve todo o processo de produção, distribuição e consumo. Com tudo isso, o que se diz em um jornal vai refutar, confirmar, questionar ou mesmo intensificar padrões e comportamentos presentes num determinado período e local.

No que se refere à prática discursiva, percebemos que a editoria política de um jornal impresso, assim como os meios de comunicação no geral, como objeto de ação e representação, era e continua sendo uma arma atrelada ao poder que, segundo Jovchelovitch (2000, p. 89, supressão nossa), constitui a sociedade na medida em que

[...] eles alteram modos de interação, transformam o acesso a, e o consumo de, bens simbólicos, reestruturam a política institucional e como não poderia deixar de ser eles mudaram radicalmente as fronteiras entre a esfera pública e privada. Em relação a esta última questão, os meios de comunicação têm desempenhado, e ainda desempenham, um papel central.

No trecho acima, a autora expõe o modo pertinente em que a mídia brasileira pode “produzir significados e valores hegemônicos”, podendo ser “ela mesma um ator chave no exercício do poder”, principalmente quando se trata de uma realidade na qual os poderes estão centrados nas mãos de uma mesma família, realidade comum na constituição política e cultural do nosso país (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 91).

Contudo, quando analisamos a importância da mídia para uma sociedade, afirmamos, de acordo com Jovchelovitch (2000, p. 92) que “ela se torna uma fonte importante de reflexão para os estudos das representações sociais”. Não à toa, a pesquisa de Serge Moscovici (pai da teoria das RS), nos anos de 1961 a 1976, debruçou-se, entre outros elementos, sobre a análise da mídia francesa, confirmando, assim, que “o vínculo entre a formação e a transformação das representações sociais e os meios de comunicação de massa merecem atenção cuidadosa”. Através dessa perspectiva, podemos afirmar que a mídia atua

como vetor de produção e reprodução de representações sociais da vida pública como explica Jovchelovitch (2000, p. 108):

A análise de conteúdo de jornais e revistas sugere um sistema coerente de representações presente na imprensa. De um lado, esse sistema se nutre de padrões culturais e elementos históricos da sociedade brasileira e nessa medida reproduz sentidos que fazem parte do imaginário social do país. De outro lado, a mídia difunde e transforma estas representações pelo próprio ato de pô-las em circulação. Em meio a conversações cotidianas, a rumores e comentários que se produzem quando sujeitos sociais apropriam o conteúdo da mídia, esse sistema representacional se abre para possível transformação.

Portanto, a autora deixa claro que há uma relação de constitutividade entre as representações veiculadas através das mídias e as próprias representações presentes em determinado grupo social. Jovchelovitch (2000) chama atenção para o fato de que, ao colocar tais representações em destaque, pode haver espaço para alguma mudança ou transformação de tais representações, o que nos remete aos postulados de Norman Fairclough sobre discurso e mudança social.

Neste ínterim, tendo em vista a envergadura social que *O Povo* tinha, nos anos analisados, os profissionais que produziam e reproduziam tais editorações, colaboravam de modo bastante eficaz na medida em que o jornal moldou ou definiu por vezes a opinião pública. Essas características ainda hoje são recorrentes nas mídias, as notícias veiculadas constroem ou destroem imagens de acordo com posicionamentos defendidos por interesses que nem sempre são comuns à maioria da população. Ao modo que, reiteramos, o quanto é preciso que se pense uma maneira de entregar os meios de comunicação à regulação estatal e que esta garanta fomentar interesses coletivos, e não restritos a grupos de indivíduos que são proprietários de jornais e afins. O direito à informação e de informar deve ser acessível, transparente e prezar pelo compromisso com a democracia social.

Assim, caracterizamos a prática discursiva presente no jornal *O Povo*, entendendo que não há discurso separado dos elementos que estão envolvidos no seu momento de produção. Do mesmo modo, os sujeitos envolvidos na produção e no consumo de tais discursos igualmente devem ser levados em consideração. Há uma relação intrínseca que envolve discursos e práticas, e tais elementos estão atrelados a pessoas e contextos (FAIRCLOUGH, 2001). Retomando Fairclough (2016, p. 111), convém lembrar que “a prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais”.

Acrescentamos que estes processos e sua natureza estão alinhados a valores ideológicos e hegemônicos, conforme veremos a seguir.

4.3 Prática social: ideologia e hegemonia

De início, optamos por conceituar a prática social à luz da ADC faircloughiana e, em seguida, situar os conceitos de ideologia e de hegemonia dos quais partimos para caracterizar as estruturas que sustentam a prática social e a representação social.

De acordo com Fairclough (2016), na dimensão da prática social devem ser observadas as categorias de ideologia e de hegemonia. Nesse momento da análise tridimensional, o discurso passa a ser analisado em relação ao poder e à ideologia, de modo que o poder dentro dessa estrutura é visto a partir do viés da luta hegemônica. Portanto, de acordo com Gómez et al. (2020, p. 160), podemos compreender o seguinte:

Para a ADC, práticas sociais estão inseridas na vida social e perpassam âmbitos sociais diversos, como o econômico, o social, o cultural e outros. Nesses campos, entendemos que ações, proferidas dentro de um contexto, perfazem uma lógica reflexiva por meio dos próprios indivíduos que ponderam sobre suas práticas. Desse modo, entendemos que ações e interações não partem de uma construção individual, mas são resultados de demandas sociais com as quais negociamos e pelas quais somos afetados. Sendo assim, práticas sociais, de um modo geral, são orientadas/conduzidas/influenciadas por relações de poder.

Assim sendo, o conceito central dentro dos estudos críticos do discurso é essencial para que possamos desvelar a ideologia ou ideologias que são reverberadas através do discurso no âmbito da sociedade. Temos, nessa dimensão da análise, as bases sociais que sustentam as relações de poder desiguais no intuito de desmascará-las para que estas relações opressoras possam, ao virem à baila, ser desconstruídas através de um processo profundo de mudanças estruturais na base das relações sociais.

O conceito de ideologia, no geral, aponta para as estruturas subjacentes que sustentam práticas sociais, são elementos que, de modo decisivo, direcionam as ações, ideias e comportamentos de uma determinada cultura e sociedade. A ideologia, como assim constituiu-se e foi popularizada, são crenças e valores que fundamentam a socialização dos sujeitos em determinada posição que ocupa na estrutura social.

Porém, tal conceito passou por várias transformações ao longo da história, desde que surgiu na França como disciplina que estuda as ideias, ou conjunto de ideias, nos postulados do francês Destutt de Tracy, passando a constituir o que foi chamado de “Ciência

das ideias”, capaz de analisar a capacidade e os modos de pensar. Essa conceituação sofreu alteração posteriormente dentro da própria França, quando Napoleão Bonaparte, como ação política contra os pensadores da época, passou a integrar uma noção de valor negativo ao conceito anterior, dizendo que a ideologia representava um conjunto de ideias “ilusórias” e “falsas”, uma doutrina idealista e sectária, sem conexão com realidade e uma ameaça para a ordem estabelecida. Posteriormente, o tema da ideologia passou a ser elemento de estudo de diversos campos das ciências sociais, da linguagem e da crítica (THOMPSON, 2011).

Quando estudou as relações estabelecidas entre as classes sociais, Karl Marx concluiu que a ideologia era um mecanismo das classes dominantes de continuarem ocupando o lugar social de opressores. Isto é, a ideologia, para o autor alemão, significava instrumento para perpetuar a dominação e o poder desigual, por isso falou em ideologia burguesa. Posteriormente, outros autores também se dedicaram a estudar o conceito e, Louis Althusser, nos anos 70, desenvolveu um estudo no qual demonstrava que a ideologia era disseminada de forma organizada por aparelhos ideológicos e repressores ligados ao estado: escola, mídia, forma militar. Cada grupo operava de modos diferentes, o primeiro reprimia através da imposição de ideias, de modo subjetivo, o segundo operava de modo violento, usando a força da repressão.

No entanto, para o presente trabalho, nos filiamos à concepção crítica de ideologia formulada por Thompson (2011, p. 16), quando este defende que tal conceito define-se como “um sentido a serviço do poder”, entendendo que a ideologia vai sempre defender posicionamentos que estão associados aos interesses de uma classe opressora em detrimento dos oprimidos. Contudo, o caráter crítico/negativo passa a ser preponderante nessa concepção defendida pelo autor. Sobre esta premissa, Thompson (2011, p. 15, supressão nossa) apresenta seu posicionamento diante do conceito:

[...] sustento que o conceito de ideologia permanece uma noção útil e importante no vocabulário intelectual da análise social e política. [...] argumento que o conceito não pode ser tão facilmente despojado de seu sentido negativo, crítico- ou, mais precisamente, argumento que, na tentativa de despoja-lo de seu sentido negativo, as pessoas menosprezaram um conjunto de problemas em relação aos qual esse conceito, em algumas de suas versões, procurou chamar nossa atenção. É esse conjunto de problemas que tento discutir em minha reformulação do conceito de ideologia. Sendo que não tento eliminar seu sentido negativo, mas, ao contrario, toma-lo como um índice dos problemas aos qual o conceito se refere, como um aspecto que deve ser retido e desenvolvido criativamente, essa reformulação pode ser vista como urna *concepção critica da ideologia*. Ela mantém a conotação negativa que foi trazida pelo conceito através da maior parte de sua historia e liga a analise da ideologia à questão da critica. (grifo do autor)

A concepção crítica/negativa desenvolvida por Thompson (2011) é a mesma adotada na vertente dialético-relacional da ADC. Nessa vertente, discurso, poder e ideologia operam juntos para sustentar práticas sociais, sendo o discurso o meio ou instrumento através do qual se propagam as ideologias. Nesse sentido, entendemos que ao serem naturalizadas pelos discursos, essas ideologias formam blocos hegemônicos na sociedade. Porém, para Fairclough (2016, p.98), o “discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades e grupos) entre as quais existem relações de poder”, o que demonstra que é possível, ao tomar conhecimento das bases ideológicas que sustentam discurso, ao serem desveladas tais ideologias, é possível desestabilizar as relações de poder desiguais. Para Fairclough (2016, p. 122):

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

A partir dessa perspectiva, podemos assegurar que a ADC de base faircloughiana propõe um estudo que leve em consideração a linguagem no uso social a fim de desvelar assimetrias nas relações de poder estabelecidas e, assim, transformá-las. Uma ideologia só pode ser desestabilizada quando esta for desvelada, caso contrário, ela se impõe de modo preponderante e permanece intrínseca nas relações sociais sem que a maioria dos sujeitos perceba, a não serem os sujeitos para os quais importam tal imposição.

Outro conceito importante que compõe a prática social da teoria do discurso apresentada pela ADC é o de hegemonia. Caracterizada pela ideia de consenso, esse conceito surge, principalmente, nos estudos gramscianos como forma de dominação que se estabelece a partir do fortalecimento de ideologias. Nesse sentido, a ideologia ao ser difundida de forma eficaz em determinado grupo social, torna-se hegemônica, operando como um bloco que opera sobre os sujeitos sem que seja preciso usar a força ou a violência, pois tal ideia já está incutida nas pessoas.

Contudo, a hegemonia não é permanente, ela pode ser modificada, de acordo com Fairclough, 2016, p. 127). Vejamos:

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais, em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

A partir dessa consideração, podemos entender que existe uma luta hegemônica presente nas relações sociais e que para que a classe dominante continue na posição de dominação precisa apostar nos mecanismos ideológicos para a manutenção do poder. Desse modo, a relação dialética presente na concepção de discurso é a mesma que existe na concepção de luta hegemônica “em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 128).

A partir do momento em que encaramos o poder da indústria midiática como poder simbólico, capaz de construir e reproduzir as bases ideológicas presentes na estrutura social a qual está inserida e que serve a uma classe dominante, constatamos que, de acordo com Guareschi (2011, p. 138), “as notícias [...] são a parte mais importante na formação da ideologia das pessoas”, ao que o autor completa afirmando:

É preciso ter um cuidado enorme, e um espírito crítico muito aguçado, para não se deixar envolver e não deixar que as notícias façam a cabeça da gente. Não temos medo de dizer que a preservação da liberdade de uma pessoa está diretamente relacionada à maneira como ela se comporta em relação às notícias que recebe, principalmente dos meios de comunicação, mas também de todo um grupo que a rodeia.

Portanto, para nossa análise, colhemos um total de 34 notícias que apresentavam como tópico discursivo a discussão sobre as ex-prefeitas, que constassem no tempo de três meses, que apresentassem nos textos referência diretas as duas e/ou trouxessem ações ligadas ou executadas por elas. Constatamos que 18 notícias se referiam diretamente à Maria Luiza e 16 à Luizianne Lins. Analisamos uma a uma para identificarmos as ideologias que poderiam estar na base editorial dessas notícias e qual a representação apresentada por elas. Das 18 notícias sobre a primeira gestora, 16 delas apresentaram marcas de ideologia e hegemonia. Das 16 que cumpriam o critério proposto por nós e versavam sobre a segunda prefeita, apenas 05 apresentaram diretamente marcas de ideologia, por vezes vaga e, em algumas situações, de maneira mais explícita.

De início, gostaríamos de pontuar esta profunda mudança ou discrepância entre os dois blocos de notícias. Observamos que estas diferenças podem ser explicadas pela questão

temporal, que se justifica pelo aperfeiçoamento no modo de elaboração do gênero textual em questão, tal como, no modo como as tecnologias, formação e especialização dos profissionais do jornalismo foram evoluindo, coadunando com o que disse Nobre (1975) quando observa que, no ano em que seu estudo foi publicado, a formação dos profissionais dos jornais da época ainda deixava muito a desejar. Por isso, há uma diferença em relação ao cumprimento do propósito, estilo e estrutura das notícias dos anos 80 para os anos 2000.

Outro fator a ser levado em consideração é o fato dos anos 2000 ter apresentado que o movimento feminista no Brasil se torna bem mais atuante e coloca à baila várias pautas em debate, dentre elas a participação da mulher na política. A pauta dos gêneros passa a ganhar maior evidência nas mídias, nas organizações políticas e inclusive, na agenda política institucional. Todos esses fatores implicam um maior zelo com o discurso, pois, a reação negativa da audiência nas redes sociais determina muito o 'cuidado' com os termos usados na mídia.

Nesse sentido, percebemos que as notícias que se referem à ex-prefeita Maria Luiza apresentam de modo mais marcado e explícito uma ideologia machista, misógina e uma forte presença de violência política de gênero. Achamos importante destacar que, em geral, a ex-prefeita Maria Luiza era citada de modo nominal quando a ação apresentada, de alguma maneira, era negativa ou fazia crítica às escolhas da prefeita na época, quando a intenção era apenas informar ações cotidianas, da gerência da cidade, usava-se o termo “prefeitura” de modo mais genérico.

No entanto, as notícias sobre Luizianne Lins, nos meses analisados, demonstraram uma postura mais comedida do jornal ao se eximir de tecer comentários e juízo de valor que atingissem diretamente à ex-prefeita, aparecendo, muitas vezes, uma cobrança mais incisiva ao grupo de gestores que assumiram pontos estratégicos da administração pública. Tanto foi assim, que o tópico discursivo da maioria das notícias deste segundo período era mais voltado a membros do secretariado, poucas vezes fazia-se referência a ações diretamente ligadas à prefeita. Nos anos 2000, o jornal mostrava as ações da prefeita com menos subjetividade, com mais técnica, não apresentando de modo frequente questões pessoais e as cobranças mais incisivas eram destinadas aos gestores de modo geral, reiterando.

Nesse sentido, percebemos que as notícias que se referem à ex-prefeita Maria Luiza apresentam de modo mais marcado e explícito uma ideologia machista, misógina e uma forte presença de violência política de gênero. Achamos importante destacar que, em geral, a ex-prefeita Maria Luiza era citada de modo nominal quando a ação apresentada, de alguma maneira, era negativa ou fazia crítica às escolhas da prefeita na época, quando a intenção era

apenas informar ações cotidianas, da gerência da cidade, usava-se o termo “prefeitura” de modo mais genérico. No entanto, as notícias sobre Luizianne Lins, nos meses analisados, demonstraram uma postura mais comedida do jornal ao se eximir de tecer comentários e juízo de valor que atingissem diretamente à ex-prefeita, aparecendo, muitas vezes, uma cobrança mais incisiva ao grupo de gestores que assumiram pontos estratégicos da administração pública.

Embora as abordagens tenham aparecido de modo diferenciado, percebemos que as temáticas trazidas eram muito parecidas, sendo este um ponto de convergência. Nos dois períodos, falavam sobre condições financeiras da cidade, luta das ex-prefeitas para conseguirem parcerias ou “pedir ajuda” (como o jornal explicita) com os governos estadual e federal e a questão da limpeza urbana. Contudo, reiteramos que essa ocorrência se deu de modo mais marcado em relação a primeira prefeita.

Anunciamos, no quadro abaixo, um panorama do que encontramos em tais notícias, as ideologias presentes, assim como os traços hegemônicos que sustentam as representações sobre as ex-prefeitas:

Quadro 3 - Ideologias presentes

(Continua)

NOTÍCIA	IDEOLOGIA	EVIDÊNCIA IDEOLOGIA	HEGEMONIA	EVIDÊNCIA HEGEMONIA
01ML 02/01/1986	MACHISMO	Discurso reportado prioritariamente de homens; Ênfase no ato de reportar a presença majoritária de homens.	Homens X mulheres	A fala de uma mulher x a fala de homens
02 ML 02/01/1986	MACHISMO	Sugerir que a mulher é o “sexo frágil”; Falar sobre a voz “firme e pausada” da prefeita.		A descrição da prefeita descendo às escadas; Retratar a insistência de lula sentar à mesa;

(Continuação)

				Indício de ridicularização no ato de posse, comentários de sobre “gafes” cometidas no ato.
03 ML 02/01/1986	MACHISMO	Destaque em detalhes do visual da prefeita; Ênfase no fato dela está toda de branco.	Coisas de mulher x coisas de homem.	Tratar especificamente da roupa da prefeita
04 ML 02/01/1986	MACHISMO	Ênfase no misticismo; Precisa limpar o caminho da maria.	Colonialidade.	Detalhou o culto, com ênfase no álcool.
05 ML 03/01/1986	MACHISMO	A mulher que precisa ser conduzida.	Dominação masculina.	A visão da mulher fragilizada.
06 M 03/01/1986	MACHISMO	O “mansplaning” exposto quando explicita que a mulher precisa de “conselhos” masculinos.	Superioridade da fala masculina.	O fato de que um prefeito de fora precisou aconselhar a prefeita eleita.
07 ML 04/01/1986	MACHISMO	Pautar o rompimento entre duas amigas.	Rivalidade feminina.	Potencializar uma intriga entre mulheres.
08 ML 16/01/1986	MACHISMO	A mulher descredibilizada.	A mulher não é capaz de assumir cargos normativamente e masculinos.	Despreparo Arrependimento e desespero.
09 ML 18/01/1986	MACHISMO	Ênfase na mulher que foi abandonada pelo “PMDB”.	O não-lugar da mulher na política.	Homem x mulher.
10 ML	MACHISMO	Ênfase no	O mito do	A prefeita exigir

(Continuação)

21/01/1986		despreparo da mulher para o cargo.	homem salvador.	que o governador vá ao encontro com o presidente para pedir ajuda.
11 ML 18/02/1986	MACHISMO	Tendência no título da notícia o fato do atual secretário ser ex-marido da prefeita; Deboche ao fazer o trocadilho entre “troca” e “padre”.	Desqualificação dos atos de gestão da mulher.	Fica implícito que a escolha foi pessoal
12 ML 27/02/1986	MACHISMO	Nominaliza a prefeita quando a notícia é de cunho negativo.	Mulher despreparada para o cargo que ocupa.	
13 ML 06/03/1986	MACHISMO (VISÃO ESTEROTIPADA)	O ato de pedir ajuda ao homem.	Mulher fragilizada.	Pedindo ao homem para salvá-la.
14 ML 14/03/1986	“VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO”	Falar do atraso com tom de crítica.		Trazer informações que servem apenas para construir uma imagem negativa da prefeita.
15 ML 15/03/1986	MACHISMO	Subserviência.		Mostrar os erros da mulher gestora.
16 ML 15/03/1986	MACHISMO/GASLIGHTING	Descredibilizar a fala da mulher/ Colocar em dúvida.	A força da palavra do homem.	Quando transcreve a fala do governador dizendo que “não faz sentido” o que a prefeita fala.
NOTÍCIA	IDEOLOGIA	EVIDÊNCIA IDEOLOGIA	HEGEMONIA	EVIDÊNCIA HEGEMONIA

(Conclusão)

01 LL 03/01/2005	MACHISMO	Vagueza no modo como apresenta as ações propostas pela prefeita.		
02 LL 03/01/2005	MACHISMO	Vagueza no modo como apresenta as ações propostas pela prefeita.		
03 LL 12/01/2005	MACHISMO	Detalhe da roupa; Imagem de mulher guerreira, forte...		

Fonte: elaborada pela autora

Ao analisarmos o quadro acima, achamos importante consideramos algumas questões. Primeiro, consideramos que dos anos 80 para os anos 2000, houve muita mudança no que diz respeito ao gênero jornalístico, como pontuamos acima. Logo, o modo de construir as notícias também foi diretamente e principalmente atingido. Entendemos que, no geral, as mídias foram popularizadas e a recepção também passou por transformações, embora estas não signifiquem exatamente agudeza crítica, tendo em vista que hoje somos cercadas pelas mazelas trazidas pelo crescimento das “fake news”. Nesse contexto, os consumidores de notícias passaram a ter acesso a meios variados de informação que não se detivesse apenas ao jornal impresso ou rádio e televisão, a popularização da internet teve um papel importante para diversificar as fontes de notícias, tais como as redes sociais.

Contudo, no que concerne à prática social, ousamos concluir que, embora o discurso jornalístico tenha se especializado e se profissionalizado, ainda encontramos elementos que se referem à mulher na política, em cargo político de decisão, com as mesmas bases ideológicas e hegemônicas observadas anteriormente, mesmo que com outra roupagem. Inclusive, gostaríamos de apontar o fato de o jornal tentar, por diversas vezes, validar a mulher através da lupa da “super- mulher”, valente, guerreira, intempestiva, o que atende aos estereótipos machistas e patriarcais de que a mulher para se destacar precisa apresentar características individuais que as façam se sobrepôr e se diferenciar das outras mulheres e equiparar-se aos homens. Tal concepção, ou construção, dá a entender que para ocupar tais

espaços de políticos de poder ou manter-se neles, as mulheres precisam de uma força e garra sobrenaturais de modo que, sem firmeza, sem gana para brigar, sem as atitudes consideradas masculinas, elas não pudessem estar em tais espaços. Esse pensamento denota o sexismo presente na socialização das mulheres e homens, na nossa cultura e educação.

No que diz respeito ao argumento acima, concluímos que, embora os meios de comunicação, no geral, e em particular o jornal *O Povo*, tenham mudado a forma de produzir conteúdo informativo ao longo do tempo e tenham buscado uma maior impessoalidade, imparcialidade, no que concerne ao gênero analisado, tais mudanças discursivas não reverberaram na prática social. Assim dizendo, quando a ADC fala de mudança social, entende que há uma relação dialética entre discurso e prática social, ao passo que aquele transforma esta. Quando Chouliaraki e Fairclough (1999) avançam nos estudos críticos do discurso, passam a defender que o discurso é um momento da prática social dentre outros elementos. Fairclough (2003, p.25 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 193) vai apresentar cinco momentos da prática que são: ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), mundo material, e, dentre estes, o discurso.

Nesse sentido, a análise dos dados nos mostrou que ao mudar o discurso, não se muda diretamente a prática, mesmo que haja entre eles uma relação de tensão. Para que haja de fato uma transformação social é preciso que outros mecanismos sejam ativados, que não apenas o discurso, tendo em vista que o discurso ser atualizado pela ideologia dominante e mascarar práticas antigas travestidas por um discurso vendável. Discurso e prática relacionam-se, porém, caminham muitas vezes descompassadamente, não alcançando a mudança social que se espera.

A partir deste cenário, chamamos atenção para a apropriação que a mídia faz de discursos de cunho feminista, mas que nem por isso se questiona as origens das opressões e, especificamente, das desigualdades de gênero ainda presentes em nossa sociedade. O que quer dizer que mesmo as mudanças discursivas ainda não deram conta de uma transformação efetiva nas bases ideológicas da sociedade. Nesse momento, pedimos licença para exemplificarmos a violência política de gênero com um caso ocorrido no recente ano de 2020. Nas eleições municipais de Fortaleza, a ex-prefeita e agora deputada federal, Luizianne Lins, quando se candidatou para concorrer às eleições municipais, foi atacada de forma incisiva pela chapa vencedora, a qual não havia paridade de gênero, eram dois homens, que construíram uma campanha de ataque, utilizando um recorte de dados para acusa-la de ter sido a prefeita pior avaliada do Brasil. Ao que nos parece, a ideia era de fato enterrar a carreira política da candidata, algo parecido com o que foi feito com a primeira prefeita da

capital. Muito do que se disfarça de disputa política quando se refere ao tratamento dado às mulheres que ocupam espaços políticos de poder, quase sempre é apenas o machismo e o patriarcado escancarado, dizendo para essas mulheres que aquele espaço público, aquele espaço hegemonicamente masculino, não pertence a nós.

Interessa destacar/reforçar que a ideologia, como modo de operar para fortalecer o poder estabelecido, nas notícias analisadas foi predominantemente machista. Sustentam a referida ideologia relações hegemônicas em que homens políticos atuam como dominadores e as mulheres políticas como subjugadas a estes. Esta prática está alicerçada na base hegemônica do patriarcado. Para fins analíticos, concebemos o machismo como ideologia que sustenta ações nas quais os homens são detentores do poder e, nessa lógica, as mulheres pertencem a eles. Nessa concepção, o machismo é reforçado pela relação paternalista que se estabelece nas relações construídas dentro de uma estrutura patriarcal. O patriarcado é “a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (LERNER, 2019, p. 290).

De acordo com Lerner (2019, p. 291), “machismo e patriarcado se reforçam de forma mútua”, no entanto, mesmo em sociedades nas quais o sistema de organização social garanta que mulheres e homens tenham os mesmos direitos civis e de ocuparem espaços públicos, ainda assim o machismo pode ocorrer como ideologia. O que nos leva a refletir sobre o fato de que mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as bases que estruturam as famílias ainda são baseadas em estruturas machistas.

Abrimos este parágrafo para reafirmarmos que o modo de produção capitalista precisou estruturar-se sob a égide do patriarcado para que pudesse ser fortalecido e se estabelecer. Tão logo esse sistema econômico começou, percebeu-se que era essencial se apropriar do trabalho reprodutivo das mulheres, enclausurando-as para que estas pudessem garantir as condições para que os homens produzissem. Mesmo quando essas mulheres entraram no mercado de trabalho, passaram a acumular tarefas, pois a partir de então, eram as responsáveis pelo trabalho mal remunerado fora de casa e sem remuneração nenhuma dentro de casa. Fechando este parágrafo, defendemos que as ocorrências de machismo encontradas nas notícias analisadas apenas reafirmam os elementos estruturantes da dominação masculina e o pensamento de que a mulher ainda é vista como ser inferior e subordinado. Chegamos ao que entendemos como relação de retroalimentação entre capitalismo, patriarcado, paternalismo e machismo, ao passo que o primeiro precisa dos outros para se manter e se fortalecer.

Quando em 01ML a notícia traz explicitamente uma dicotomia enorme entre as falas, sendo apenas reportado o discurso de uma única mulher, a prefeita, em oposição ao número de homens que foram trazidos, ao longo do texto, para falar na posse da prefeita. Questionamos se naquele momento não haveria outras mulheres às quais o discurso pudesse ser reportado? Mesmo que não houvesse, cabe a nós também questionarmos o fato de não ter e por que a política é tida como “não lugar” para as mulheres, como expõe Laena (2020, p. 103).

Todas as pontuações históricas e atuais que foram explanadas evidenciam uma face da dinâmica patriarcal e colonial que antecede nossa subinclusão nos espaços institucionais de poder político no Brasil. Nossa sociedade ainda nos destina a papéis domésticos e de cuidado, somos consideradas inferiores e ocupamos uma posição de desprestígio, inclusive recebendo uma remuneração menor em postos de trabalho equivalentes, o que é mais acentuado em se tratando de mulheres negras e pobres. Nesse contexto, permanecemos majoritariamente na esfera privada e ainda um tanto distantes dos tradicionais espaços de poder, notadamente se olharmos para os partidos políticos. A dinâmica partidária interna brasileira privilegia homens e nos coloca em total desvantagem nos processos de disputa eleitoral: temos pouco poder decisório e não somos prioridade nas escolhas para as candidaturas fictícias quando essas entidades necessitam atingir uma cota mínima de gênero. Ocupamos, nesse âmbito, um *não lugar*. (grifo da autora)

O excerto acima versa sobre os dias atuais, a notícia citada acima, trata de uma situação ocorrida há 35 anos, outro fato que nos faz refletir sobre a atualidade do problema, podíamos tranquilamente dizer que as palavras da autora explicariam a ausência de mulheres na política no ano de 1986. Quando as mulheres transpõem essa barreira e chegam a cargos políticos de decisão, ocorre muitas vezes das pautas associadas a elas seguirem estereótipos machistas, como falar da vestimenta, associá-las a temas como maternidade ou trazer justificativas subjetivas, de cunho emocional, para dizer que os traços femininos se sobrepõem às decisões políticas. Os exemplos 03 ML e 03 LL apontam para essa tendência, quando nas notícias são evidenciadas as roupas que as prefeitas usavam, Maria Luiza na posse e Luizianne Lins quando foi a Brasília reunir-se com o governo federal.

Outros exemplos foram detectados por nós que apresentam traços da ideologia machista através do discurso, elementos da língua que, pautados dentro da luta hegemônica homem dominador *versus* mulher dominada, apresentaram a disputa de poder. Alguns deles são os fatos de retratar a mulher como despreparada, necessitada de ajuda (lembrando o paternalismo), que precisa ser autorizada pelo discurso masculino, colocar em dúvida o que a mulher diz, trazendo a fala masculina para contrastá-la, enfim, construções que são

representadas na/pela linguagem e que remetem instantaneamente aos modos de reafirmar ideologias e hegemonias presentes na sociedade.

Em síntese, importa destacar que as estruturas discursivo-ideológicas presentes no discurso coletado em notícias do jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas de Fortaleza publicadas nos cem primeiros dias do governo nos anos de 1986 e 2005 revelaram as representações sociais do discurso institucional do periódico sobre a mulher cearense em cargo político de decisão.

Do ponto de vista textual, as escolhas lexicais nos revelaram que a representação social sobre as ex-prefeitas é construída em torno da desconfiança em relação à competência delas para ocuparem o cargo. Em relação aos processos referenciais, entendemos eles podem ser vetores de RS, no entanto, em nossa amostra, os critérios decididos para a análise, formas de introdução e retomada de referentes, não nos mostraram o resultado que hipotetizamos.

Do ponto de vista da prática discursiva, as formas de produção, distribuição e consumo das notícias produzidas pelo jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas enquanto formas de enunciação da representação social mostrou que os discursos elaborados estão a serviço dos interesses da época. As mídias, nos anos analisados, tal qual na atualidade, representam e estão a serviço de uma classe. Contudo, de acordo com o que foi coletado sobre os elementos da prática discursiva, nem sempre essa classe é a menos favorecida, haja vista que os donos do jornal, por mais que defendam um discurso engajado, representam valores da classe dominante. Destacamos que os processos de produção podem apresentar valores e concepções contra hegemônicas e contra ideológicas, o entanto, quando falamos dos meios de comunicação institucionalizados, há predominância de ideais e valores hegemônicos e ideológicos.

Do ponto de vista da prática social, salvas as diferentes abordagens situadas no momento da prática discursiva, constatamos que as bases ideológicas e hegemônicas presentes na sociedade são reafirmadas através do discurso apresentado no jornal analisado. Essas estruturas ideológicas e hegemônicas revelaram que o fato da nossa sociedade ter sido formada dentro dos moldes patriarcais, faz com que a representação da mulher em cargo político de decisão seja atravessada por violências machistas às quais as mulheres estão expostas no dia a dia. Mesmo ocupando um cargo político de decisão, poder institucional, ainda assim, as mulheres estão sujeitas ao crivo e execução de uma sociedade que as vê como subordinadas ao lar e aos homens.

A seguir apresentamos as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido para a realização desta pesquisa foi longo e espinhoso, como é de praxe para a maioria das pesquisadoras e pesquisadores em nosso país, devido às poucas condições e à pouca atenção dadas ao fazer científico. Em relação a isso, gostaríamos de enfatizar que acreditamos que investir em Ciência e Tecnologia faz parte de uma agenda política que prioriza um projeto de emancipação de um povo. No caso, infelizmente, nossa realidade aponta para um caminho oposto, ao passo que nunca na história do país se investiu tão pouco na pesquisa científica, pelo contrário, está em curso um projeto de desmonte da educação e o do desenvolvimento científico/ tecnológico em favor do embrutecimento da população através do estímulo em políticas armamentistas e negacionistas. Lamentavelmente, direitos conquistados ou mesmo aqueles concedidos por governos específicos não estão garantidos, de modo que é preciso que a população esteja unida em torno de um projeto coletivo para, assim, estarem em constante estado de vigilância para mantê-los, por isso, o pouco investimento na agenda educativa é uma estratégia de domínio hegemônico como forma de dominação e manutenção das desigualdades impostas pelo modelo socioeconômico ao qual estamos submetidos.

Dito isto, em nosso caso particular, poderíamos citar espinhos em várias esferas para a realização desta pesquisa, desde o incômodo que fez emergir o tema pesquisado e todo o processo para que se chegasse a essas considerações acerca do trabalho. Em meio a questões subjetivas e objetivas que permearam nossa trajetória como pesquisadora, escolhemos descrever abaixo um breve relato de um dos caminhos para que pudéssemos chegar à feitura do produto que ora se apresenta.

A primeira dificuldade com a qual nos deparamos foi o acesso ao material para que realizássemos nossa pesquisa. Iniciamos nossa busca pelo arquivo do jornal disponível na Biblioteca Pública do Estado. No entanto, o referido acervo não apresentava condições de trabalho adequadas devido a uma reforma que ainda estava em processo. Além disso, o material em si encontrava-se em condições de conservação precárias. Não houve nenhum tipo de orientação de como trabalhar com o acervo por parte da Biblioteca, e isso já demonstra certo descaso com a preservação do arquivo em si, a nosso ver. Nesse primeiro momento, ficamos apreensivos com a possibilidade de não conseguirmos dar conta da pesquisa, devido à dificuldade de acesso aos textos, e de não termos todo o material disponível. A solução encontrada por nós foi buscar no próprio jornal o acesso ao acervo digital do banco de dados particular da instituição, como foi relatado anteriormente.

Tal situação nos traz a reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros quando precisam acessar textos antigos. Os documentos que circularam ou circulam na sociedade são de suma importância para as pesquisas científicas de áreas diversas. Eles nos permitem acessar um determinado momento da cultura, da política e da vivência de um povo. Um material que é de suma importância para a pesquisa documental de base qualitativa ou não deveria ser acessível aos pesquisadores interessados e a sua preservação deveria ser tratada com respeito pelos órgãos competentes.

No entanto, após a consulta e a seleção do material disponível pelo jornal, passamos a mais uma difícil empreitada: todo o processo de negociação para adquirirmos de forma gratuita todo o material selecionado. Essa negociação para que tivéssemos os textos em mãos demorou mais da metade do curso de mestrado, pois o acervo completo só nos foi cedido apenas no segundo ano de curso, pós qualificação. De posse do material, fomos paulatinamente lendo as notícias sobre as ex-prefeitas em cadernos diversos até que conseguimos elaborar critérios para que a análise pudesse ser viável para alcançar nosso objetivo de pesquisa.

De posse do material, deparamo-nos com a inevitável leitura do conjunto de textos, o que nos fizeram refletir sobre a dificuldade que a comunidade política ainda tem para aceitar como algo legítimo a presença de mulheres na política institucional, percebemos que muitas vezes abaixo do que as prefeitas falavam, havia notícias com falas de outras figuras políticas, masculinas sempre, para colocar em xeque o que havia sido dito. Como quando as prefeitas vinham a público falar sobre os problemas deixados pela gestão anterior, desfalques ou má administração, havia uma notícia inteira abaixo ou nos dias seguintes com os ex-gestores colocando em dúvida o que havia sido dito por elas, desmentindo e acusando-as. Nos anos 80, essa prática da crítica recorrente à prefeita era mais comum: foram inúmeras notícias com políticos atuais tecendo comentários negativos sobre a conduta da prefeita, as escolhas e questionando a capacidade administrativa dela. Houve um momento em que todas as notícias que pudessem ser de alguma forma positiva, eram acompanhadas de dúvidas e questionamentos na mesma folha ou no dia posterior. Entendemos que essa conduta diz muito sobre a sociedade e o espaço que querem que as mulheres ocupem, mas é dolorido comprovar como essa prática de exclusão e de negar os espaços públicos às mulheres é efetuada por meio da linguagem.

A análise discursiva da representação social pulverizada nas notícias selecionadas nos levou a responder o seguinte questionamento proposto por nós como pergunta de pesquisa central: de que modo a mulher cearense em cargo político de decisão é representada no

discurso jornalístico do Jornal *O Povo* em notícias publicadas nos cem primeiros dias de governo das ex-prefeitas de Fortaleza? Para responder tal questão, trilhamos um caminho organizado em três etapas.

Primeiro, debruçamo-nos sobre os elementos temáticos que constituem a representação social do discurso jornalístico do Jornal *O Povo* sobre a mulher cearense em cargo político de decisão revelados pelos elementos linguístico-discursivos mobilizados nos processos de lexicalização e referenciação do discurso presente nas notícias no periódico. Tal análise nos levou à conclusão de que as escolhas lexicais presentes em notícias sobre as ex-prefeitas demonstraram que a mulher cearense em cargo político de decisão era vista como algo novo, diferente e que não passava total credibilidade. Percebemos que os elementos lexicais trazidos nos textos foram usados nas notícias para representar a mulher gestora como despreparada para o cargo e, por vezes, descredibilizada, tendo sua capacidade colocada sob suspeita constantemente.

Ainda sobre os elementos temáticos construídos através da referenciação, percebemos que em nosso conjunto de dados não pudemos comprovar que a escolhas dos referentes

discursivos não nos deram elementos suficientes para que pudéssemos chegar a uma imagem do jornal sobre a mulher cearense em cargo político de decisão. Esse resultado de certa maneira nos surpreendeu, porque havia momentos em que víamos explicitamente algumas intenções, mas, no entanto, com a análise do conjunto do corpus, concluímos que não eram evidências constantes.

O segundo procedimento metodológico derivado do segundo objetivo específico foi caracterizar a prática discursiva que sintetiza as condições de produção da representação analisada em se tratando das formas de produção, distribuição e consumo das notícias produzidas pelo jornal *O Povo* sobre as ex-prefeitas do ponto de vista das formas de enunciação da representação social em análise, entendendo que, para a TRS, Spink (1995, p.121, supressão nossa) afirma que “[...] é consenso entre os pesquisadores da área que as representações sociais, enquanto produtos sociais, têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendram, ou seja, o contexto de produção”. Por serem as RS “estruturas estruturadas ou campos socialmente estruturados” (JODELET, 1989, apud Spink, 1995, p. 120), é preciso a articulação entre os elementos que envolvem a interação social seja levada em consideração, o que nos remete aos processos de produção, distribuição e consumo aos quais os textos são submetidos. Nesta seção confirmamos que os elementos citados operam para a construção e difusão de representações.

Em seguida avaliamos as estruturas ideológicas e hegemônicas que dão sustentação à representação social sobre a mulher cearense em cargo político de decisão, pois, ainda de acordo com

Spink (1995, p. 122), é preciso aliar “o texto sócio-histórico que remete às construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto-discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais”. Logo, nessa seção, concluímos que os operadores ideológicos e hegemônicos orientam práticas que se reverberam na linguagem e mantêm estruturas sociais dominantes. Nesse caso, o machismo e o patriarcalismo presentes na estrutura social local estão envoltos no modo como a imagem da mulher é representada por meio da mídia hegemônica.

Ao percorrermos esse caminho, concluímos que a mulher cearense em cargo político de decisão é representada através do crivo da desconfiança em sua capacidade e legitimidade de ocupar tal lugar, mesmo quando há um tratamento respaldado na esperança de mudanças, essa esperança vem alicerçada na base da constante cobrança e desconfiança, assim como, não se perde a oportunidade de colocar essa mulher em situação vexatória no que diz respeito às pautas abordadas. Ser uma mulher eleita para um cargo político de decisão não garante um tratamento livre das atitudes misóginas e machistas presentes na sociedade. Ou seja, a representação que vai prevalecer é pautada nos valores incutidos no processo de socialização do feminino.

Ao longo da pesquisa, percebemos que há muitas lacunas a serem preenchidas em pesquisas futuras, tanto no que diz respeito ao modo como as mulheres são representadas ao ocuparem espaços nos quais a presença é massivamente masculina, como sobre a forma como a mídia a representa. É preciso que se analise, nos espaços de decisão política, como as múltiplas violências às quais as mulheres estão expostas cotidianamente ocorrem. Investigar o modo como a mídia opera para romper ou fortalecer a deslegitimação das mulheres em cargos de liderança política é também um espaço profícuo, tendo em vista que nossa pesquisa fez um pequeno recorte, um jornal, de uma cidade e duas ex-prefeitas, pensamos que uma investigação que se estende à câmara municipal, estadual e federal pode trazer um panorama maior desses elementos de reprodução das opressões marcadas pelo gênero feminino.

Afirmamos que o que nos levou a essa pesquisa foi o incômodo gerado por nós em relação à exposição por meio das mídias das mulheres representantes políticas, o modo como elas são abordadas e tratadas, assim como os temas que permeiam seus itinerários durante a vida políticas que resolvem seguir. Foi com essa perspectiva que empreitamos esse

trabalho, para que pudéssemos chegar aos elementos textuais e discursivos que são ativados para construir ou reproduzir imagens não condizentes com o papel que as mulheres ocupam. É imprescindível que a sociedade garanta não só a participação, mas a permanência das mulheres em todos os espaços, sobretudo nos cargos de decisão e essa garantia passa pela mudança discursiva. Mesmo defendendo que o discurso sozinho não muda a sociedade, não rompe práticas e preconceitos, entendemos que sem ele não é possível também mudar, por isso é tão importante que busquemos como caminho para a revolução revolucionarmos o nosso modo de dizer e de representar.

Ao término deste trabalho, afirmamos que o nosso compromisso é com a responsabilidade ética de seguirmos engajadas em uma luta a favor da construção de uma sociedade mais justa, que vá de encontro ao pensamento que acredita que as mulheres podem viver sujeitadas ao poder masculino imposto pela lógica machista e patriarcal. Quando uma mulher ocupa um cargo político de decisão, quando uma mulher é eleita por meio do voto popular, ela mexe nas estruturas sociais, com o *status quo*, porque mostra que não há um só lugar na sociedade ao qual homens e mulheres em condições iguais de oportunidades não possam almejar e ocupar.

Reitero que nossa pesquisa, como recorte necessário, investigou como um jornal local representou a mulher cearense em cargo político de decisão política, mas não podemos deixar de observar que se trata de duas mulheres brancas, oriundas de famílias que ocupam socialmente lugares privilegiados de uma classe que não está na base e ainda assim pairou sobre elas o crivo da desconfiança e do preconceito em relação a capacidade de estarem naquele lugar. Mesmo quando a mulher vem de um lugar de privilégio social, a desqualificação aparece, buscam outras maneiras de expô-la, criando pautas de cunho sexista e a expondo a assédios, como podemos acompanhar nos noticiários diuturnamente. No entanto, se fizéssemos o recorte de mulheres negras, mulheres trans ou mulheres que acumulam marcas de opressão significativas, podemos supor, com base nos estigmas presentes na sociedade, que elas seriam muito mais expostas e, certamente, o número de mulheres que preenchessem essa categoria seria inferior, diametralmente oposto à violência sofrida por elas.

Outro fator relevante no que se refere à nossa temática é que o fato das ex-prefeitas serem oriundas do mesmo partido situado à esquerda pode ter sido o ou um dos motivos para que as cobranças e críticas mais contundentes, no entanto, pertencer a um partido ou associação de bases ideológicas de direita não as salva do mesmo tratamento. Com isso, concluímos dizendo que há ainda muita luta pela frente.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018.
- COSTA, Á. D. Os Cem Anos Da Imprensa No Brasil: A Comemoração Através da Exposição e dos Catálogos do IHGB. In: COSTA, Á. D. **Bibliografia: história da mídia e da imprensa.** Ponta Grossa, PR: Atena, 2019.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1991.
- ARAÚJO, O. E. de. **Breve e incompleta Notícia sobre um Jornal.** [S.l.: s.n.], 2008.
- BEAUVOIR, S. de **O segundo sexo, vol. 1 e vol. 2.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRUMFIT, C. Teacher professionalism and research. In: COOK, G; SEIDLHOFER, B. (Org.). **Principle and practice in Applied Linguistics: studies in honor of H. G. Widdowson.** Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 27-41.
- CAPISTRANO, J. T. **O jogo das identidades como fator de mobilização político-eleitoral nas campanhas de Dilma Rousseff e Rosalba Ciarlini em 2010.** 2014. 174 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16395/1/JanainaTC_TESE.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.
- CAVALCANTI, L. de P. **Devious Maids: Representações Sociais Sobre As Mulheres Latinas Em Uma Perspectiva Multimodal.** 2017. 271 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/26382/1/TESE%20Larissa%20de%20Pinho%20Cavalcanti.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.
- CAVALCANTI, M. M. **Os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinbourg: Edinbourg University Press, 1999.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global.** São Paulo: InVerso, 2015.
- CORACINI, M. J. R. F. **Um fazer persuasivo: O Discurso Subjetivo da Ciência.** Campinas, SP: Pontes, 1991.

DANTAS, F. A. Ecos do Patriarcado nas eleições do Distrito Federal. In: RUBIM, L. (org.). **Gênero, cultura, mídia**. Salvador: Edufba, 2013.

DEMO, P. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro, 2004.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

DIEB, M. H. **Educação infantil e formação docente**: um estudo em representações sociais. 2004. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GARCIA, Paulo Cesar Alves. **Representações sociais sobre o racismo no discurso de discentes Moçambicanos na Unilab/Ce**: vozes, imagens e trajetórias coletivas. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) - Instituto Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018. Disponível em:
<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/887/1/DISSERTA%20PAULO%20GARCIA%20-%20VERS%20FINAL.pdf>. Acesso em: 02 maio 2018.

GEHRKE, D. D. **A constituição de um ethos de resistência no discurso da presidente Dilma Rousseff durante investigações da operação “lava jato”**. 2018.122f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Santa Catarina – Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em:
<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/722/1/GEHRKE.pdf>. Acesso em: 02 maio 2018.

GOMES, N. L. Golpe disfarçado de *impeachment*: uma articulação escusa contra as mulheres. In: RUBIM, L.; ARGOLO, F. (org.). **O Golpe na Perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

GOMÉZ, A. C.; SILVA, C. M.; OLIVEIRA, F.P.; VIEIRA JR., M.I.; ARAÚJO, M. L.; VIANA, O. X.; BARROSO, S. L. Prática Social. In: IRINEU, Lucineudo Machado.et.al. (org). **Análise de Discurso Crítica**: conceitos-chave. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

GUARESCHI, P. A. **O Direito Humano à Comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia Crítica: alternativas e mudanças**. Porto Alegre: EDIPURS, 2011.

GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 191-225.

GUARESCHI, P., HERNANDEZ, A. CARDENAS, M. **Representações Sociais em Movimento: Psicologia do ativismo político**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8289/1/2011_dis_lmirineu.pdf. Acesso em: 02 mai. 2018.

IRINEU, L. M. **Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e no Clarín nos séculos XX e XXI: vestígios de mudança e traços de permanência**. 2014. 332f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8922/1/2014_tese_lmirineu.pdf. Acesso em: 02 mai. 2018.

IRINEU, L. M. Abordagem discursiva das representações sociais: sistematização de um construto teórico-metodológico. **Mandinga - Revista de Estudos Linguísticos**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 8-18, July 2019. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/289>. Acesso em: 02 mai. 2019.

IRINEU, L. M.; SOUSA, M. M. F. de; GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da. S. Discurso do professor e problematização da prática docente: argumentação, interdiscurso e representação. **Cadernos de Letras da UFF**, [S.l.], v. 28, n. 57, p. 273-297, dez. 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/550>. Acesso em: 05 maio 2019.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAGE, N. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2011.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. São Pulo: Cultrix, 2019.

LOBO, E. S. Movimento e mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero da representação. In: LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011. p. 263-275.

- MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. : a análise de discurso crítica. **Delta**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, [s.l.], v. 21, n. 7, p. 1-9, 2005.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.
- MARTINS, A. M. S. **Representações do feminino: uma análise discursiva dos perfis jornalísticos de O Estado do Maranhão**. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2816/1/2009_dis_amsmartins.pdf. Acesso em: 05 maio 2018.
- MELO, H. P. de; THOMÉ, D. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- MICHEL, M. O. **A mulher no discurso midiático: candidatas à prefeitura municipal de Porto Alegre e sua representação na mídia nas eleições 2008**. 126f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2009.
- MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (orgs.). **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.
- MORAIS, F. B. C. de **As mulheres na política brasileira: um estudo sob a perspectiva sistêmico-funcional**. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/14005/1/Fernanda%20Beatriz%20Caricari%20de%20Morais.pdf>. Acesso em 06 mai. 2018.
- MORENO, R. **A Imagem da Mulher na Mídia**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. 6º.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 2. p. 100-142

NASCIMENTO, M. V. F. **Autoria e posicionamento na produção textual escrita de futuros professores de espanhol como língua estrangeira**. 2007. 195f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação e Linguística Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8772/1/2007_dis_mvfnascimento.pdf. Acesso em: 05 maio 2018 .

NOBRE, Geraldo. **Introdução a História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1975.

PAIVA, V. L. M. de O. **Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. p. 185-208, set. 2010. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307. Acesso em: 06 maio 2018.

RESENDE, V.; VIEIRA, V. **Análise do discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

RESENDE, V; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Viviane Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

RUBIM, L.; ARGOLO, F. (org.). **O Golpe na Perspectiva de Gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

RUBIN, L. (Org). **Miradas: gênero, cultura e mídia**. Salvador: UFBA, 2013.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, B. de S. **Um Discurso sobre as Ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SERRANO, P. Outro jornalismo possível na internet. In: MORAES, D. De (Org.). **Mídia, Poder e Contrapoder**: Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013. P.189

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SPINK, M.J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 191-225.

ANEXO A – MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA

